



Vila Tibério

de arraial
a bairro industrial?

Ana Carolina Valente Ribeiro



ANA CAROLINA VALENTE RIBEIRO

Vila Tibério: de arraial a bairro industrial?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

VERSÃO CORRIGIDA

Área de Concentração: Teoria e História da
Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Angela Pereira de
Castro e Silva Bortolucci

Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior – CAPES

SÃO CARLOS-SP

2022

VERSÃO ORIGINAL ENCONTRA-SE NA UNIDADE QUE ALOJA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) local da ficha

R484v Ribeiro, Ana Carolina Valente
 Vila Tibério: de arraial a bairro industrial? /
 Ana Carolina Valente Ribeiro; orientadora Maria
 Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. -- São
 Carlos, 2022.
 150 p.

 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
 em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
 Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
 Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
 2022.

 1. Vila Tibério.. 2. Ribeirão Preto-SP.. 3. Ciclo
 cafeeiro.. 4. Mercado de terras na passagem do
 século XIX para o século XX.. I. Bortolucci, Maria
 Angela Pereira de Castro e Silva, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2: Brianda de Oliveira
Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Ana Carolina Valente Ribeiro**


Título da dissertação: "Vila Tibério: de arraial a bairro industrial?"

Data da defesa: 17/11/2022

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci

Comissão Julgadora:

Resultado:



Prof^a Dr^a Maria Ângela Pereira de Castro e Silva Bortolucci
(IAU/USP)

Não votante



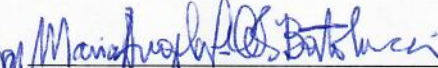
Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka
(IAU/USP)

APROVADA



Prof^a Dr^a Nainora Maria Barbosa de Freitas
(CUBM)

APROVADA



Prof. Dr. Rodrigo Sartori Jabur
(UFPR)

APROVADA

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**



Agradecimentos

Produzir uma pesquisa acadêmica é, por vezes, um processo bastante solitário. Apesar disso, não é possível realizá-la sem o auxílio e apoio de algumas pessoas. Por isso, meus sinceros agradecimentos vão, em primeiro lugar, a minha orientadora Maria Angela, quem me norteou durante todo o processo de mestrado, sempre com muito respeito e amizade. Aos meus familiares, que estiveram sempre dispostos a me apoiar e auxiliar em qualquer empreitada em que me dispusesse a realizar. Ao Lucas, cujo companheirismo e lealdade foram de extrema importância para que eu pudesse percorrer mais essa etapa profissional. E a todos os meus amigos e professores que contribuíram direta ou indiretamente para que eu pudesse concluir este trabalho.

Gostaria de agradecer imensamente ao pessoal do APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, em especial ao Mauro Porto que, pelo seu vasto conhecimento acerca do acervo ali existente, me conduziu a importantes descobertas para este trabalho. Ao pessoal do setor de microfilmagem da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, e ao pessoal dos cartórios de notas de Ribeirão Preto e Descalvado, especialmente a Sandra, que não mediu esforços para que eu conseguisse extrair todas as informações necessárias, principalmente quando a pandemia da Covid-19 fazia restringir o acesso aos lugares.

Agradeço também ao pessoal do grupo de pesquisa “Patrimônio, Cidades e Territórios”, pelas inúmeras trocas e pelo constante apoio. Aos integrantes da comissão julgadora de qualificação, pelos importantes apontamentos feitos sobre este trabalho. Em especial, agradeço o pessoal do IAU – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, pela paciência e disposição em sempre orientar e auxiliar, principalmente durante o período tenso de pandemia. E agradeço, por fim, a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é de fundamental importância para que nós, pesquisadores, possamos realizar nosso trabalho com o mínimo de respaldo financeiro.

*“Uma geração passa, outra vem; mas a terra sempre
subsiste. O sol se levanta, o sol se põe; apressa-se a
voltar a seu lugar; em seguida, se levanta de novo. O
vento vai em direção ao sul, vai em direção ao norte,
volteia e gira nos mesmos circuitos.”*

ECLESIASTES, 1992, p. 816

Resumo

RIBEIRO, Ana Carolina Valente. **Vila Tibério: de arraial a bairro industrial?**. 2022. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.

Há, no imaginário da população de Ribeirão Preto, a ideia de que a Vila Tibério, um de seus primeiros bairros, tenha se formado a partir da instalação de uma unidade fabril da Cia. Cervejaria Antártica em suas terras, no início do século XX. Ao final do século XIX, porém, Ribeirão Preto foi integrada ao ciclo cafeeiro, resultando em uma crescente procura pelas terras locais e regionais. Nesse cenário, um migrante contador chamado Tibério Augusto Garcia de Senna, o loteador da Vila, chegou a Ribeirão Preto buscando oportunidades nesse nicho econômico, tendo a terra como principal elemento de suas negociações. Este trabalho busca identificar, por meio de uma pesquisa histórica documental, utilizando fontes primárias e secundárias, as principais causas da formação do loteamento Vila Tibério, investigando se há, de fato, uma ligação entre a formação do bairro com a chegada da Cia. Cervejaria Antártica em suas terras, não deixando de considerar as condicionantes econômicas, políticas e sociais que envolviam o local e, principalmente, o mercado de terras na passagem do século XIX para o XX.

Palavras-chave: Vila Tibério. Ribeirão Preto-SP. Ciclo cafeeiro. Mercado de terras na passagem do século XIX para o século XX.

Abstract

RIBEIRO, Ana Carolina Valente. **Vila Tibério: de arraial a bairro industrial?**. 2022. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022.

There is the idea in the imaginary of the population of Ribeirão Preto that “Vila Tibério”, one of the first neighborhoods in the city, was formed due to the installation of a manufacturing unit of “Cia. Cervejaria Antártica” on its lands, at the beginning of the 20th century. However, at the end of the 19th century, Ribeirão Preto started taking part in the Brazilian cycle of coffee exportation; therefore, there was a growing demand for local and regional land. In this context, an accountant migrant called Tibério Augusto Garcia de Senna, who was responsible for the subdivision of the land in the neighborhood, arrived in Ribeirão Preto looking for opportunities in this economic niche, and real estate was the main element of his negotiations. This work aims to identify, through documental historical research, using primary and secondary sources, the main reasons of the formation and subdivision of Vila Tibério, investigating if actually there is a connection between the formation of the district and the arrival of “Cia. Cervejaria Antártica” on its lands, not forgetting to consider the economic, political and social conditions which involved the place, and mainly the land market, in the passage from the 19th to the 20th century.

Keywords: Vila Tibério. Ribeirão Preto-SP. Coffee Cycle. Land market in the passage from the nineteenth century to the twentieth century.

Lista de Figuras

- Figura 1: Trecho paulista do Caminho dos Goiáses, interligando Campinas ao Rio Grande 28
- Figura 2: Recorte genealógico da família Reis de Araújo, integrantes ligados a ocupação de terras em Ribeirão Preto e região 29
- Figura 3: Situação de divisão das fazendas da região em meados de 1846, área correspondente às terras do município de Ribeirão Preto 32
- Figura 4: Processo de fracionamento das terras da fazenda Laureano até 1850 34
- Figura 5: Recorte genealógico da família Reis de Araújo, descendentes herdeiros das terras apossadas 39
- Figura 6: Parte da família Franco de Moraes. Da esquerda para direita suas filhas Tita, Virginia, sua nora Anna Epifania – esposa de João Franco de Moraes Octávio Filho –, e por último, sua filha Deolinda. 47
- Figura 7: Tibério Augusto Garcia de Senna 54
- Figura 8: Vista do casarão da fazenda Monte Alegre, em meados do século XX. 57
- Figura 9: Vista da fazenda Monte Alegre, meados do século XX. 58
- Figura 10: Planta baixa da vila do Ribeirão Preto, na década de 1870 59
- Figura 11: Construção do viaduto da Grotta Funda na serra do mar, em 1864 77
- Figura 12: Ponte da Grotta Funda, trecho da Railway, em 1900 78
- Figura 13: Planta baixa da vila do Ribeirão Preto, em 1884. 84
- Figura 14: Vista da estação definitiva da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no início do século XX 86
- Figura 15: Vista da estação definitiva da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no início do século XX 86
- Figura 16: Vista da Rua General Osório, em frente à estação, ao final do século XIX 87
- Figura 17: Vista da rotunda da Cia. Mogiana em Ribeirão Preto, em meados do século XX 87
- Figura 18: Alagamento em frente à estação da Mogiana 88
- Figura 19: Alagamento na Rua General Osório, em frente à estação da Mogiana. 89
- Figura 20: Esquema de vendas de terras das fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo realizadas por Tibério 102
- Figura 21: Localização estimada das terras vendidas por Tibério das fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo 103
- Figura 22: Porteira de acesso vista da Vila para o Centro, em 1936 108
- Figura 23: Plataforma de embarque e desembarque da Mogiana, em frente à Vila Tibério, em 1910 109
- Figura 24: Plataforma de embarque e desembarque, ao lado da porteira da Vila, primeira metade do século XX 109

- Figura 25: Terras da Vila Tibério, atrás da estação Mogiana, primeira metade do século XX **110**
- Figura 26: Localização estimada do acesso à Vila Tibério e da olaria local **111**
- Figura 27: Planta baixa da vila de Ribeirão Preto em 1898 **118**
- Figura 28: Planta baixa de Ribeirão Preto em 1903 **119**
- Figura 29: Vista aérea e representação das primeiras ruas da Vila Tibério, horizontais e verticais **120**
- Figura 30: Estimativa das divisas de terras na região da Vila Tibério **122**
- Figura 31: Construção da fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, em 1911 **125**
- Figura 32: Fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, em 1911 **126**
- Figura 33: Cia. Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, em 1911 **126**
- Figura 34: Mapa de Ribeirão Preto feito pela empresa Força e Luz, entre 1911 e 1914 **127**
- Figura 35: Galpões da parte interna da Cia. Cervejaria Antarctica margeando os trilhos da Mogiana, na segunda metade do século XX **128**
- Figura 36: Vista aérea da Vila Tibério e representação em planta baixa, primeira metade do século XX **129**
- Figura 37: Igreja Nossa Senhora do Rosário em construção, na segunda década do século XX **130**
- Figura 38: 3º Grupo escolar Dona Sinhá Junqueira, meados da década de 1940 **130**
- Figura 39: Escola Dona Sinhá Junqueira, meados da década de 1930 **131**
- Figura 40: Vista da Praça Coração de Maria, primeira metade do século XX: à esquerda a Igreja Nossa Senhora do Rosário, à direita a Escola Dona Sinhá Junqueira, e a seu lado esquerdo, o antigo Coreto **131**
- Figura 41: Busto de Tibério Augusto Garcia de Senna, feito por Thirso Cruz e instalado na Praça Coração de Maria **132**

Lista de Tabelas

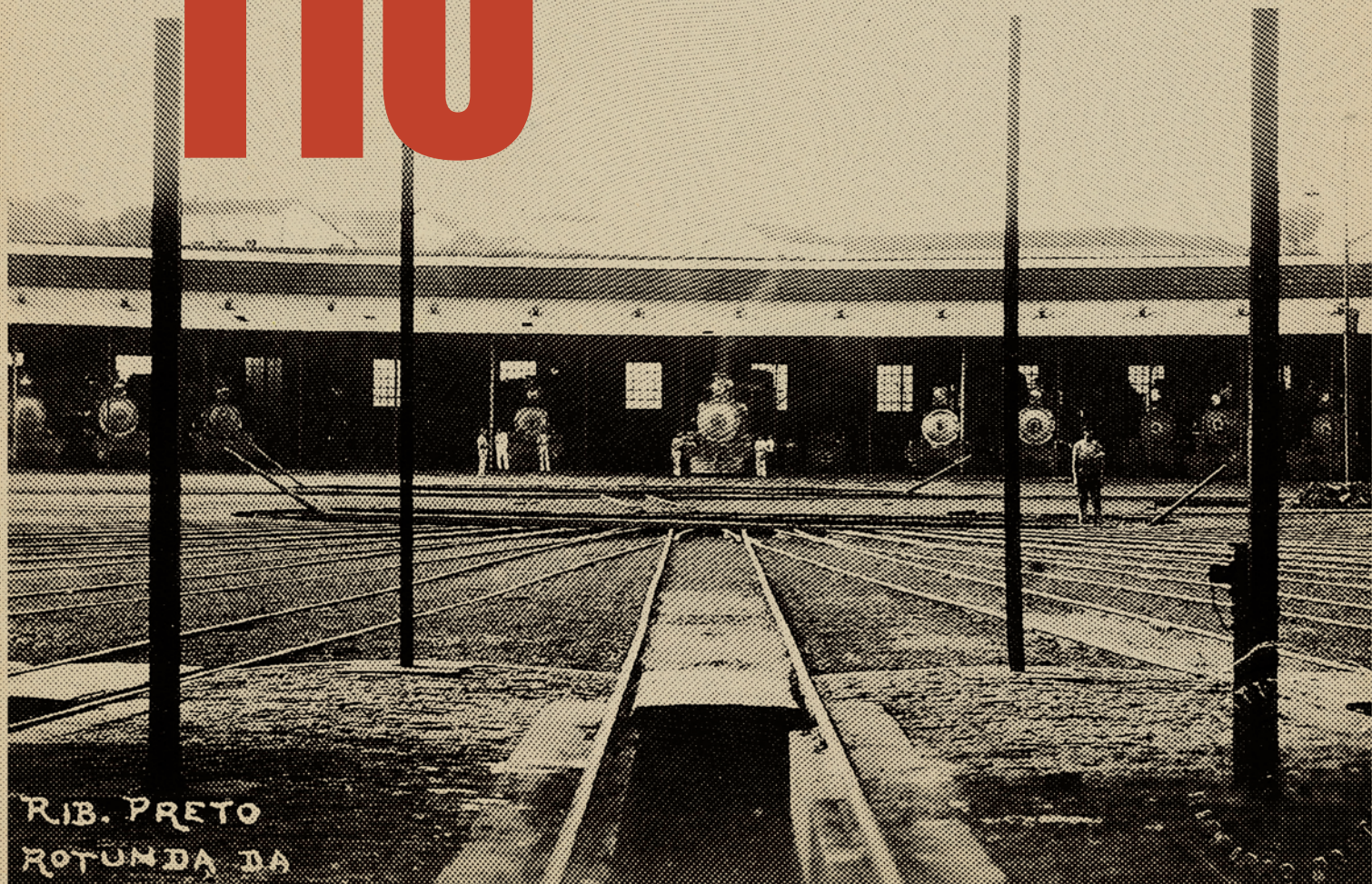
- Tabela 1: Situação de divisão da fazenda Rio Pardo após o encerramento do processo de “libelo civil de força e esbulho de terras” **31**
- Tabela 2: Imigrantes entrantes em São Paulo por nacionalidade, entre 1870 e 1899 **38**
- Tabela 3: Movimentações financeiras de Tibério em Descalvado, entre 1864 e 1873 **50**
- Tabela 4: Preço médio do hectare de terra em Ribeirão Preto entre 1876 e 1891 **59**
- Tabela 5: Maiores negociantes por somatória de compras e vendas de terra em Ribeirão Preto, entre 1889 e 1930 **61**
- Tabela 6: Aquisições de terras para ampliação da fazenda Monte Alegre, ano de 1878 **64**
- Tabela 7: Ampliação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, década de 1870 **79**
- Tabela 8: Ampliação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, década de 1880 **80**
- Tabela 9: Negociações de Tibério em Ribeirão Preto, entre os anos de 1880 e 1884 **82**
- Tabela 10: Aquisições de terras da fazenda Laureano para ampliação da fazenda Monte Alegre, anos entre 1877 e 1885. **90**
- Tabela 11: Negociações de Tibério em Ribeirão Preto, de 1885 a 1889 **91**
- Tabela 12: Dez maiores saldos negativos de Ribeirão Preto, de 1874 a 1899 **96**
- Tabela 13: Comercialização da Monte Alegre, década de 1890 **97**
- Tabela 14: Negociações de Tibério em Ribeirão Preto, de 1890 a 1899 **100**
- Tabela 15: Vendas de lotes na Vila Tibério, de 1893 a 1900 **106**
- Tabela 16: Negociações de Tibério sobre a terra, de 1864 a 1899 **113**
- Tabela 17: Número de estabelecimentos fabris em Ribeirão Preto de 1864 a 1899 **116**
- Tabela 18: Empregabilidade por atividade em Ribeirão Preto, em 1902. **117**
- Tabela 19: Negociações de Deolinda em Ribeirão Preto, de 1900 a 1910 **124**

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Evolução dos preços médios do hectare de terra em Ribeirão Preto e da arroba do café, entre 1876 e 1888 **60**

Gráfico 2: Evolução da população em Ribeirão Preto, de 1874 a 1920 **104**

su má rio



RIB. PRETO
ROTUNDA DA

Introdução **19**

CAPÍTULO 1

O valor da terra nua: prólogo do comércio de terras no novo oeste paulista **23**

- 1.1 Ocupação do interior paulista: a família Reis de Araújo 24
 - 1.2 Conflitos, disputas e negócios 29
 - 1.2.1 O caso Laureano 33
 - 1.2.2 O caso Ribeirão Preto Abaixo 35
 - 1.3 Contexto geral da terra no Império: as fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo 36
-

CAPÍTULO 2

Em busca de oportunidades: o processo de formação da fazenda Monte Alegre **43**

- 2.1 Formação e deslocamento familiar: Tibério e os Franco de Moraes 43
 - 2.2 A constituição do patrimônio 60
 - 2.2.1 O contrato 62
 - 2.2.2 A tentativa de morte do procurador 64
 - 2.2.3 A sentença 66
 - 2.2.4 Novos conflitos, etc. 69
-

CAPÍTULO 3

A bancarrota: dispersão de bens e a formação da Vila Tibério **73**

- 3.1 A “Grande Depressão” e as modificações no quadro econômico brasileiro 73
 - 3.2 A chegada da ferrovia e as negociações nos anos de 1880 82
 - 3.3 A Abolição da escravatura e a derrocada financeira dos Franco de Moraes 93
 - 3.4 O nascimento da Vila Tibério 99
-

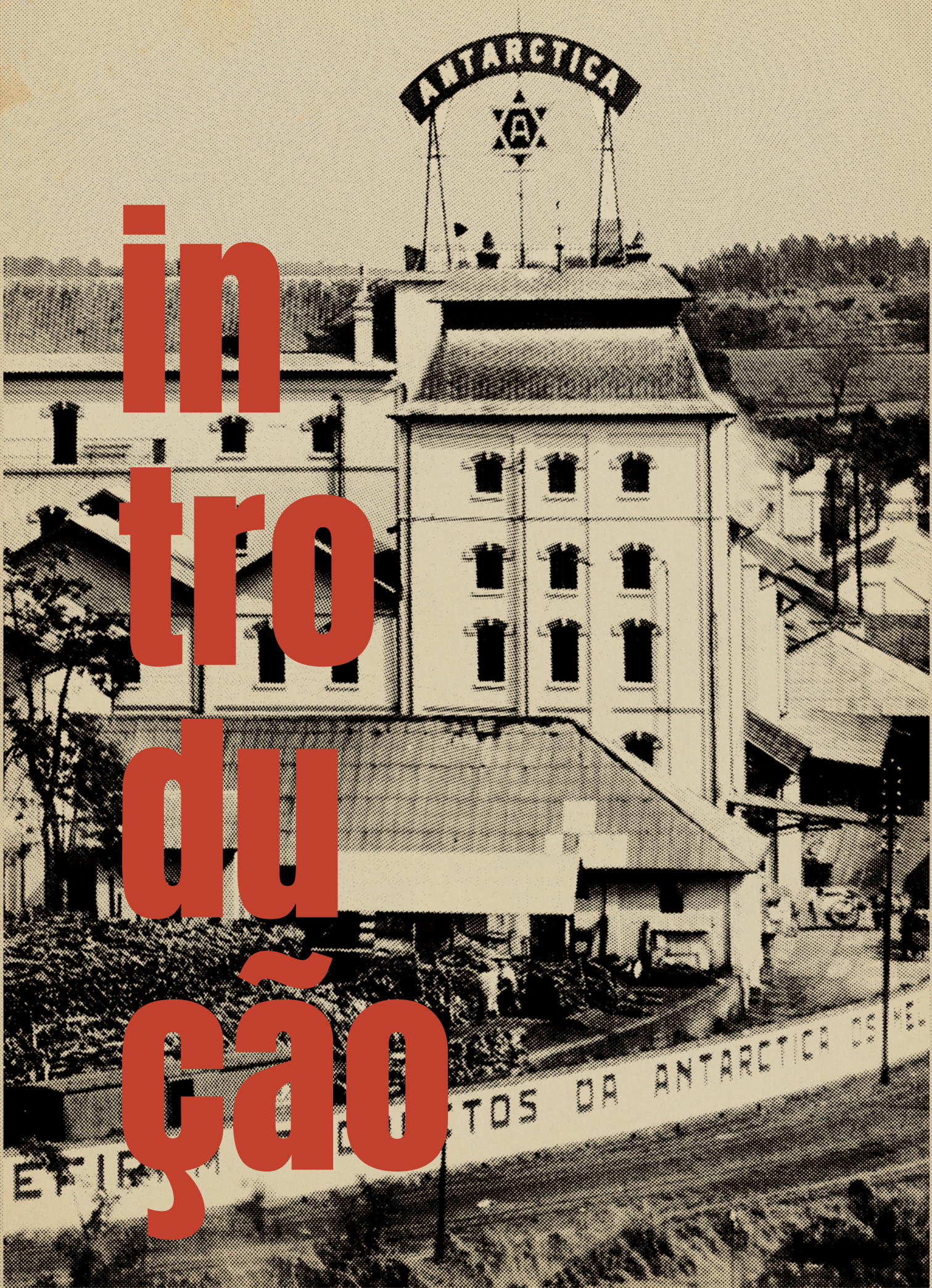
Considerações Finais **135**

REFERÊNCIAS 139

APÊNDICE A – Cronologia 145

APÊNDICE B – Lista de arquivos pesquisados 148

in tro du ção





A Vila Tibério é um bairro tradicional e contíguo ao centro de Ribeirão Preto. Atualmente, apresenta uso misto e abriga alguns prédios que constituem o patrimônio histórico local, inclusive industrial, como é o caso da antiga fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica, edificada no início do século XX. Em suas proximidades, também é possível encontrar o prédio da antiga Cervejaria Paulista, igualmente instalada no início do século XX, e também algumas fornalhas que restaram da antiga Cerâmica São Luís, inaugurada mais adiante, em meados da década de 1940. Numa tentativa de comunicar a população ribeirão-pretana à existência de uma estação ferroviária ao lado da antiga fábrica Antarctica, os órgãos municipais exibiram por muitos anos, na Praça do Pronto Socorro, onde outrora existiu a estação, uma das locomotivas usadas naquele período pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro para o transporte de pessoas e cargas. Todos esses elementos, tombados à nível municipal pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural – CONPPAC, permitiram aos habitantes e pesquisadores da cidade produzirem um imaginário histórico sobre a Vila Tibério, consolidado na premissa de que sua formação tenha ocorrido a partir dos desdobramentos da “industrialização” que Ribeirão Preto experimentou no início do século XX, período em que o município vivia o auge da economia cafeeira.

Esta pesquisa busca verificar, por meio de uma pesquisa histórica e documental, se efetivamente a chegada das fábricas foi fator determinante para que Tibério Augusto Garcia de Senna, proprietário daquelas terras ao final do século XIX, loteasse aquela gleba em pleno apogeu econômico cafeeiro. Qual seria a relação da tímida indústria ribeirão-pretana com a formação fundiária da cidade? É possível identificar nessa atividade econômica periférica as causas fundamentais de formação da Vila Tibério? Ou será mais interessante buscar esses fatores de determinação da formação do espaço urbano na dinâmica própria gerada pela atividade cafeeira? Foi a partir de questionamentos como esses que buscamos nortear nossa pesquisa, levando em conta fatores políticos, sociais e econômicos que engendraram o loteamento e a ocupação inicial da Vila.

Existem, na literatura histórica e arquitetônica da cidade, pesquisas sobre outros bairros igualmente antigos e tradicionais, como o Campos Elíseos e Ipiranga, por exemplo, discutido por Adriana Capretz, ou ainda o trabalho de Rodrigo Santos Faria, que trata sobre o quadrilátero central da cidade. Nessa mesma direção, nosso trabalho tem o objetivo de contribuir para o aspecto histórico de Ribeirão Preto, identificando e analisando as reais motivações do surgimento do loteamento Vila Tibério, que além de ser um dos primeiros bairros formados na cidade, situado geograficamente entre esses citados acima, é pouco explorado pelos pesquisadores locais.

Para que pudéssemos, então, obter resultados mais fiéis, optamos pelo levantamento de fontes primárias e secundárias, disponíveis em cartórios e arquivos históricos. Entre os documentos analisados, destacamos as escrituras de compra e venda que mostram o perfil de negociação de Tibério, o loteador da Vila, e suas transações sobre as áreas que formaram inicialmente o bairro, além dos processos judiciais que envolviam o patriarca da família a qual Tibério fazia parte. Utilizamos ainda algumas notícias da imprensa da época, que nos permitiram compreender as atuações de tais sujeitos na localidade.

No que diz respeito ao embasamento teórico deste trabalho, recorremos à autores da história econômica nacional como Caio Prado Júnior em sua obra *História Econômica do Brasil*, Emília Viotti da Costa em sua obra *Da Senzala à Colônia* e José de Souza Martins em *O Cativo da Terra*, estudos que nos permitiram compreender o perfil das relações brasileiras de comércio interno e externo e as capacidades econômicas do país, principalmente no período final do Império e inicial da República. Já sobre a história econômica mundial, utilizamos o clássico *Era dos Impérios*, de Eric Hobsbawm, que nos apontou o papel que o Brasil ocupava no cenário de crise do capitalismo no final do século XIX, e que pudemos relacionar com o período áureo cafeeiro vivido pela região de Ribeirão Preto.

No campo da história política e social, recorremos, respectivamente, à Raimundo Faoro em sua obra *Os Donos do Poder* e Sidney Chalhoub em *Cidade Febril*, que nos indicaram as relações de hierarquia política e social no Império e República, através das atribuições de cargos e funções. Por último, e não menos importante, recorremos, no campo da temporalidade histórica, à Fernand Braudel. Em sua obra *Escritos sobre a história*, o historiador lança luz sobre a importância da “longa duração” da história. Não poderíamos compreender algumas modificações estruturais e suas lógicas se não enxergássemos pela ótica da conjuntura de longa duração, justificando, portanto, a escolha desse referencial.

Entre as referências regionais deste trabalho estão Ernesta Zamboni em sua pesquisa *Processo de formação e organização da rede fundiária da área de Ribeirão Preto (1874 a 1900): uma contribuição ao estudo de estrutura agrária*, Carlos Bacellar e Lucia Brioschi em *Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista* e José Antonio Lages com as obras *Ribeirão Preto: da figueira à barra do retiro* e *Ribeirão Preto Revisitada*. As contribuições dadas por esses autores foram extremamente relevantes, uma vez que tratam de assuntos que vão desde a formação populacional da região de Ribeirão Preto, passando pelas

demarcações das primeiras fazendas do município, até a formação dos primeiros bairros da cidade.

Sendo assim, o trabalho foi dividido em três partes. No primeiro capítulo, partimos de um breve esclarecimento sobre a formação do interior paulista, onde apresentamos uma primeira família de proprietários das terras que vieram incorporar a Vila Tibério, assim como as primeiras fazendas formadas por eles. Também discutimos os motivos que os trouxeram à região de Ribeirão Preto e a política de terras vigente no período. Já no segundo capítulo, apresentamos Tibério e seus familiares, explorando a trajetória desses personagens durante suas migrações entre as localidades do novo oeste paulista, até que se tornassem os “novos” proprietários das terras em que viriam formar a Vila Tibério. Especulamos ainda as estratégias utilizadas por eles para construir um patrimônio local e alcançarem boas posições econômicas, políticas e sociais.

Por último, no terceiro capítulo, abordamos o papel do Brasil cafeeiro no final do século XIX, no cenário econômico mundial de crise produzida pelo capitalismo, incluindo elementos como a instalação da estrada de ferro, a imigração europeia e a abolição da escravatura, fator significativo para que Tibério chegasse a obter as terras em que loteou a Vila. Nessa última parte do trabalho, trazemos detalhes do loteamento, como as dimensões dos terrenos, proprietários e valores dos primeiros lotes vendidos, delimitando uma área do bairro que chamamos de “área primitiva”. Por fim, traçamos um paralelo entre o nascimento da Vila Tibério e o surgimento dos primeiros estabelecimentos fabris de Ribeirão Preto, produzindo uma análise que mostra, por meio de dados levantados, se a fabricação sistemática existente na cidade no final do século XIX, teria, de fato, influenciado a formação fundiária da Vila Tibério, ou se, talvez, a Vila teria nascido da dinâmica da especulação de terras locais em função do auge da cafeicultura.



Ribeirão-Preto.

Rua da Estação e parte da Cidade.

//
01

O valor da terra nua: prólogo do comércio de terras no novo oeste paulista



Já dizia Braudel, em meados de 1950, que o passado pode parecer uma massa de fatos miúdos, em que alguns aparecem em maior destaque, enquanto outros são indefinidamente repetidos. Essa perspectiva de passado, segundo ele, não constitui toda a realidade da história e nem mesmo toda a sua espessura, pois, é fundamental distinguir movimentos longos de impulsos breves. Dessa forma, Braudel tratou o fato como duração mínima e o inseriu em um contexto de longa duração, formando o que chamou de “conjuntura e estrutura”. Nas palavras do autor, ele destaca que

“[...] é lícito desprender-se do tempo exigente da história, sair dele, depois voltar a ele, mas com outros olhos, carregados de outras inquietudes, de outras questões. Em todo o caso, é em relação a essas extensões de história lenta que a totalidade da história pode se repensar, como a partir de uma infra-estrutura. Todas as faixas, todos os milhares de faixas, todos os milhares de estouro do tempo da história se compreendem a partir dessa profundidade, dessa semi-mobilidade; tudo gravita em torno dela.”¹

Ou seja, o tempo curto para Braudel é a “mais enganadora das durações”, principalmente, no tocante à reflexão científica, pois a integridade da história se constitui na soma de todas as histórias possíveis. E é embasado nesse conceito, de longa duração da história, que buscamos, no passado, não simplesmente identificar o surgimento da Vila Tibério como um evento separado dos demais acontecimentos, mas sim, compreender todos os processos que estão por trás de sua formação, sejam eles no âmbito econômico nacional e regional, na posição política social e até mesmo na esfera familiar. Portanto, iniciamos este primeiro capítulo discutindo brevemente

¹ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Lisboa: Perspectiva, 1992. p. 53

sobre a relação entre a exploração do ouro nas Minas Gerais e a formação populacional do interior paulista, ainda no Brasil colonial*, pois, dentro desse cenário, apresentamos a família Reis de Araújo, que a partir do esgotamento do ouro resolve migrar para a região de Ribeirão Preto, realizando sucessivos apossamentos e monopolizando por gerações as terras que, mais tarde, serão negociadas, descentralizadas e, parte delas, serão chamadas de Vila Tibério. Por esse motivo, falamos também da dinâmica da terra sob a política imperial e as novas estruturas político-jurídicas, a partir das quais os agentes econômicos passaram a concentrar capital, negociar propriedades e estabelecer redes de poder e parentesco na vila do Ribeirão Preto.

1.1 Ocupação do interior paulista: a família Reis de Araújo

Sabemos que no período inicial da colonização brasileira, a principal atividade econômica era voltada às plantações de cana e aos engenhos de açúcar, então concentrados na região Nordeste do país. Tendo início no século XVI, a produção açucareira teve seu apogeu no século XVII, e declinou ao longo do XVIII por fatores externos, como o crescimento da produção açucareira nas colônias da América Central², e também por fatores internos, como a descoberta do ouro em território brasileiro. Diante de uma agricultura decadente, Portugal encontrou na mineração brasileira uma oportunidade de sobrevivência para seu mercantilismo debilitado, tomando como medida central o alargamento do controle do fisco, e fazendo do século XVIII, o período áureo de extração de ouro no Brasil.³

Embora a mineração brasileira tenha sido oitocentista, o ouro foi descoberto ainda na década de 1670, nas terras do atual estado de Minas Gerais. Essa região do país, até então habitada exclusivamente por indígenas *Goiáses*, atraiu, da Vila de São Paulo do Piratininga, inúmeras expedições em busca de metais preciosos. A região acabou tomada pelos grupos bandeirantes que, financiados pelo governo e por alguns particulares interessados, seguiam em direção ao interior do Brasil, tendo em vista não apenas a exploração das terras em função do ouro, mas também a captura da mão de obra indígena, assegurando a ampliação dos domínios territoriais de Portugal na colônia brasileira. Com isso, foi aberto um caminho de acesso às minas de ouro que passou a ser intensamente explorado no século XVIII, quando atraiu toda a sorte de gente e estabeleceu um trânsito constante de pessoas e cargas.⁴

Na então capitania de São Paulo**, o desdobramento da mineração se deu no movimento

2 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977. p. 47-53.

3 PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 56-65.

4 LAGES, José Antonio. **Ribeirão Preto: da figueira à barra do retiro**. São Paulo: Nelpa, 2010.

* Estamos trabalhando com a ideia de ciclos econômicos, extraída de Caio Prado Júnior. (Cf. PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**: Brasiliense, 2006.)

** Na primeira metade do século XVIII, a capitania de São Paulo foi constituída a partir da união entre as capitanias de São Vicente e Santo Amaro, e chamada capitania de São Paulo e Minas de Ouro. No entanto, de 1720 em diante, São Paulo foi paulatinamente perdendo autonomia até tornar-se subalterna a capitania do Rio de Janeiro. Acabou se recuperando em 1765, quando instituiu Morgado de Mateus como seu governador, permanecendo como capitania até 1822, período da independência brasileira. (Cf. BUENO, B. P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2009.)

de expansão que seguiu a trilha para o interior, levando a ser desbravado o que era então “sertão desconhecido”. Rossetto⁵ nos diz que a região foi envolvida num denso movimento migratório, onde surgiram conflitos pelas posses das minas, como a Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, que marcou o confronto entre paulistas e forasteiros, levando à expulsão dos paulistas que partiram em busca de novas fontes para extração de minérios. O caminho que dava acesso a essas minas acabou sendo chamado *Caminho dos Goiáses*, e, em 1722, já interligava de forma definitiva a capitania de São Paulo, sendo oficialmente reconhecido com esse nome em 1725, quando os paulistas encontraram ouro em solo goiano.⁶

No trecho paulista, o caminho abrangia uma distância de aproximadamente 89,08 léguas, o equivalente a 530 quilômetros⁷, mas, de acordo com Lages, ao somarmos as testadas de todas as sesmarias estabelecidas ao longo trajeto, o resultado é de 690 quilômetros, deixando clara a falha na exatidão dos dados. Seja qual for a real distância, o trecho não apresentava uma topografia de grandes entraves. Essa conformação geográfica foi elementar à entrada do comércio praticado pelos pousos que se instalaram no percurso, visando atender às necessidades dos viajantes e obter bons negócios.

Esses sítios distavam em média 2,5 a 5 léguas entre si⁸, e eram divididos numa configuração interna caracterizada por ranchos, pastos e, quase sempre, as pequenas vendas para o suprimento das tropas e viajantes. Ofereciam mantimentos derivados das roças locais como o milho, feijão, porcos e galinhas, formando, segundo Brioschi, um “[...] conjunto de ofertas que permitiam aos seus proprietários converter o comércio à beira de estradas numa prática lucrativa, apesar da precariedade em suas bases de organização.”⁹

Brioschi nos conta ainda que os “[...] interesses dos particulares em auferir lucros com o fornecimento de abrigo e mantimentos aos viajantes juntaram-se às preocupações da Coroa em facilitar, de forma controlada, as vias de acesso ao ouro.”¹⁰ Havia uma preocupação em controlar não somente os sucessivos apossamentos que vinham ocorrendo pelo trajeto, como também o uso destinado àquelas terras. Diante disso, a Coroa estimulou a ocupação interiorana oferecendo sesmarias àqueles que provassem condições de cultivá-las e administrá-las, o que deu início, em meados de 1726, à regularização de posse das terras ao longo do Caminho dos Goiáses.

Os que haviam ali se instalado, deveriam apresentar documentos que comprovassem a propriedade da terra, pois, nessa altura, já existia grande quantidade de posseiros estabelecidos

5 ROSSETO, Francisco Pedro. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiáses” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **An. Mus. Paul.**, São Paulo, v. 14, n. 2, Jul./Dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000200006>

6 BRIOSCHI, L. Os Caminhos do Ouro. In BACELLAR, C.; BRIOSCHI, L. (org.) **Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999.

7 LAGES, **Ribeirão Preto: da figueira...** op. cit., p. 23.

8 BRIOSCHI, **Os Caminhos...** op. cit., p. 48.

9 *Ibid.*, p. 49.

10 *Ibid.*, p. 47.

irregularmente. Ainda em 1726, o governo fez a distribuição da primeira sesmaria no Caminho dos Goiáses¹¹, e nos anos seguintes, entre 1727 e meados de 1736, foram concedidas mais 67 sesmarias¹². Essas distribuições de terras indicavam não somente uma pretensão em estimular a ocupação legal do interior, como também assegurar a proteção dos viajantes pelo caminho do ouro, o que constituiu um caráter oitocentista do povoamento local.

Para entendermos de forma mais clara, no decorrer do século XVIII, apenas no trecho que interligava São Paulo às margens do Rio Grande, foram identificados quarenta pousos. A metade desses esteve concentrada ao norte, onde o censo realizado em 1767 os identificou nas proximidades da atual cidade de Casa Branca. Essa região exerceu tamanha atração que o censo realizado no ano de 1776 reconheceu, situada às margens do Caminho dos Goias, 45% da população brasileira livre e 50% da população escrava¹³. Apesar disso, não tardaria para que esse ciclo intenso de exploração de minérios no solo brasileiro fosse definitivamente encerrado.

Caio Prado aponta que ao final do século XVIII, “o país acordara finalmente do seu longo sonho de metais e pedras preciosas [...]”¹⁴ para vislumbrar o que ele chama de “renascimento da agricultura”. Com o esgotamento do ouro, a Coroa investiu, no primeiro momento, na retomada das plantações de cana de açúcar, mas logo os canaviais cederiam espaço aos cafezais, iniciando então um novo ciclo de exploração nas terras do Brasil, conforme veremos adiante.

O contingente formado pelo ouro no sul e no oeste de Minas Gerais, composto por pequenos comerciantes, conhecedores da lavoura e da criação de gado, acabou migrando para o interior do território paulista. Foram atraídos pela região plana, uma vez que o aspecto montanhoso de Minas restringia a expansão da atividade agropecuária. Dedicaram-se então a atividades como fabricação de queijos, cultivo de milho, algodão e tabaco; criavam bois, porcos e produziam artefatos domésticos por meio da confecção de fios, panos etc. Lages nos diz que “[...] todas essas atividades já existiam durante o período forte da mineração, agora elas tendem a se expandir para abastecer os mercados em crescimento, como o da Corte com a chegada a família real em 1808”¹⁵.

Além dos mineiros, os antigos paulistas que haviam se fixado no caminho do ouro também partiram para o interior de São Paulo. Instalaram-se na região nordeste implantando algumas “fazendas de criar” próximas ao Rio Pardo e ao ribeirão Tamanduá. É nesse contexto que uma família paulista, os Reis de Araújo, abriu algumas fazendas próximas à Ribeirão Preto, realizando diversos apossamentos locais, tornando-se responsáveis pela formação fundiária primitiva dessa região e apropriando-se, inclusive, das terras que viriam constituir a Vila Tibério.¹⁶ Anos mais tarde, seus descendentes negociariam terras com os familiares do idealizador desse bairro.

11 LAGES, **Ribeirão Preto: da figueira...** op. cit., p. 25.

12 BRIOSCHI, **Os Caminhos...** op. cit. p. 50.

13 Ibid., p. 50.

14 PRADO JR., op. cit. p. 85.

15 LAGES, J. A. **Fundadores: a saga de Manoel Fernandes do Nascimento.** Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. p. 08.

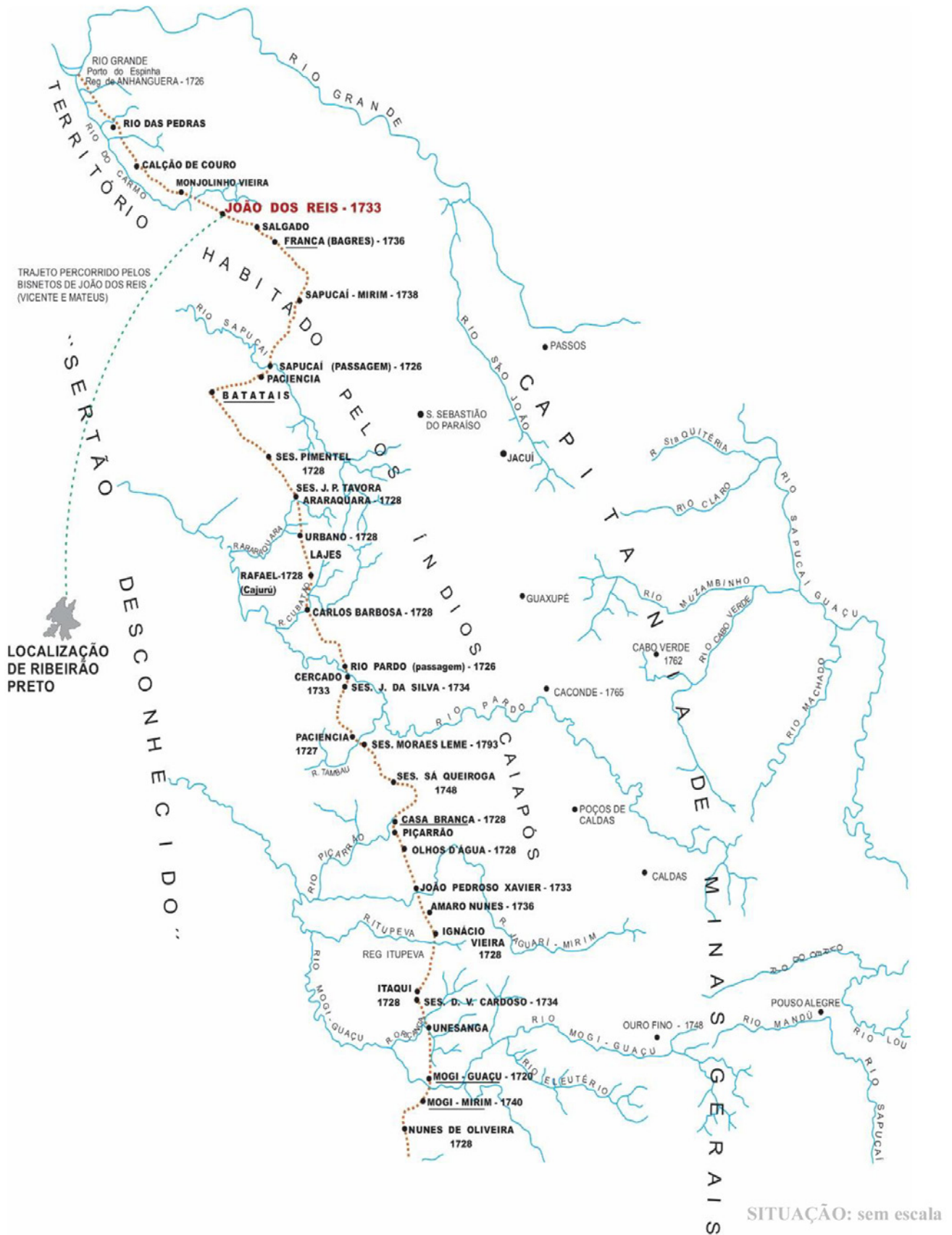
16 Id. 2010, p. 136.

O primeiro integrante dessa família a ser identificado chamava-se João dos Reis de Araújo, que partiu de Moji do Campo – atual cidade de Mogi Guaçu – justificando plantar e criar gado, e acabou conseguindo uma sesmaria no caminho do ouro em 1733, durante o apogeu da mineração no Brasil. Segundo Lages, os Reis de Araújo “[...] viveram por muito tempo em sítios e pousos ao longo do Caminho dos Goiáses. Eram muito conhecidos em toda essa região no século XVIII e início do século XIX.”¹⁷ A *Figura 1* nos mostra a localização de sua sesmaria ao longo do trecho paulista do caminho.

Podemos notar que o pouso estabelecido por João dos Reis era próximo ao Rio Grande, situando-se entre os pousos de Monjolinho Vieira e Salgado, também ao lado do pouso de Franca. Dali, logo no início do século XIX, seus bisnetos migraram em direção ao Nordeste paulista, instalando-se na região de Ribeirão Preto, em terras próximas ao Rio Pardo. O deslocamento da família Reis ilustra o quadro de migração que avançava para a o sertão desconhecido de São Paulo em busca de novas atividades, e que, nesse caso, deixavam para trás cerca de setenta anos de práticas comerciais que sua família havia realizado nas proximidades da atual cidade de Franca.

17 LAGES, *Fundadores: a saga...* op. cit., p. 09

Figura 1: Trecho paulista do Caminho dos Goiães, interligando Campinas ao Rio Grande



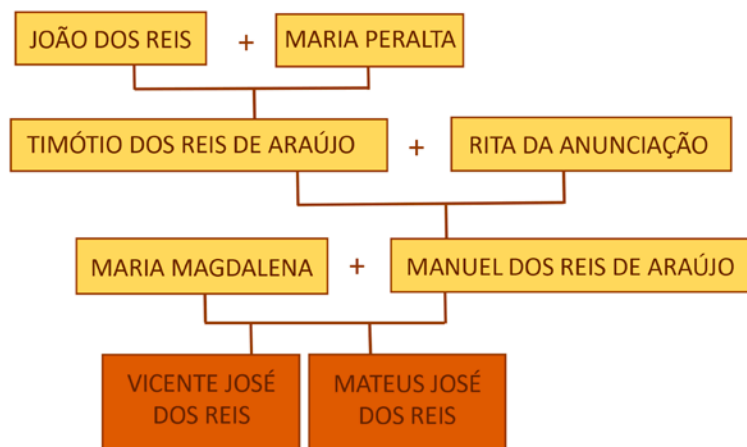
Fonte: Desenvolvido e adaptado de LAGES (2016).

1.2 Conflitos, disputas e negócios

Embora tenha partido de Moji do Campo para a estrada do ouro, João dos Reis de Araújo nasceu em Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba Paulista. Foi casado com Maria Peralta, vinda da freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Carijós, atual cidade de Conselheiro Lafaiete. Foi no auge da mineração brasileira que João e Maria criaram seus sete filhos, e entre eles está Timóteo dos Reis de Araújo, também nascido em Pindamonhangaba. Timóteo casou-se em Moji do Campo com Rita da Anunciação Vieira, natural de Nossa Senhora da Conceição dos Carijós, e entre 1765 e 1777 tiveram quatro filhos. Interessa-nos aqui o caminho de um deles, Manuel José dos Reis de Araújo.¹⁸

Nascido em Jacuí, no interior de Minas Gerais, Manuel casou-se com Maria Magdalena de Jesus, mineira de Congonhas do Campo. Durante sua união os dois tiveram seis filhos, configurando então a geração de bisnetos de João dos Reis que migraram para a região de Ribeirão Preto. Eram eles: Vicente José dos Reis, Mateus José dos Reis, Manoel José dos Reis, Ana Rosa de Alexandria, Bárbara Maria Gertrudes e Antônia. Interessa-nos, porém, a trajetória de Vicente e Manoel. Para compreendermos de forma mais clara a genealogia dessa família, a *Figura 2* ilustra um recorte dos integrantes que estiveram ligados ao processo de ocupação dessas terras.

Figura 2: Recorte genealógico da família Reis de Araújo, integrantes ligados a ocupação de terras em Ribeirão Preto e região



Fonte: Desenvolvido e adaptado de LAGES (2010).

Sobre esse emaranhado de relações aqui apresentadas, Gilberto Freyre já nos dizia em 1933 que as condições de vida no meio rural impunham uma sociabilidade restrita, confinada à fazenda. Esses elos matrimoniais entre vizinhanças, até mesmo com padrões conjugais estreitos

18 LAGES, *Ribeirão Preto: da figueira...* op. cit., p. 172-187.

à endogamia, eram muito comuns no período¹⁹. Se por um lado encontravam-se limitados em suas relações sociais, o mesmo não ocorria em relação às expansões territoriais, pois, os Reis de Araújo, seguiram copiosamente se apossando de terras devolutas* consolidando um padrão de apropriação fundiária à revelia da lei.

Esses sinais se confirmam quando, em 1808, Vicente e Mateus aparecem ocupando uma parcela de terra próxima à São Simão, já na região paulista. Naquela localidade, demarcaram uma área e constituíram a fazenda da Figueira, de onde partiu o povoamento da região de Ribeirão Preto. É importante frisar que a área abrangida por essa fazenda não inclui as terras da Vila Tibério. A abertura da fazenda Figueira nos mostra apenas como, e quando, os dois irmãos Reis de Araújo chegaram na região de Ribeirão, sendo esta a primeira de muitas terras locais que viriam a apossar-se. Naquele período, apesar do sistema de apossamento ser costumeiro, a prática oficial de distribuição de terras ainda se dava por meio do sistema de sesmarias que, enfraquecido, foi abolido em junho de 1822, quando o apossamento passou então a ser o único meio de obtenção de terras até a publicação da chamada Lei de Terras, sobre qual falaremos posteriormente.²⁰

Mais adiante, em 1834, Vicente e Mateus ocuparam outra porção de terras localizada a oeste da fazenda da Figueira, confrontando-se com outra família de posseiros, os descendentes de José Dias Campos e Maria Ignácia de Jesus que, instalados no local, já conduziam a Fazenda do Rio Pardo. A família Dias Campos era de origem mineira e migrou em torno de 1807, período de esgotamento da mineração, alcançando inicialmente a região de Batatais, onde abriu a Fazenda Velha.

Nesse ínterim, movidos pelo interesse nas terras, as duas famílias entraram em disputa pela área, fato que deu origem a um processo de “libelo civil de força e esbulho de terras” na justiça municipal de Moji Mirim e também em Casa Branca. A fim de conseguir as terras, os Reis de Araújo “[...] lançaram uma estratégia espetacular, abriram dentro da fazenda outras várias fazendas trazendo agregados e moradores vendendo partes para terceiros”²¹. Instalaram porteiras, trabalharam a agricultura, a criação de animais e, em pouco tempo, a área encontrava-se intensamente parcelada. Dela originaram-se novas propriedades carregando grande quantidade de condôminos que conseguiram essas terras por meio de doações, vendas, trocas, transmissões de herança, entre outros, tornando-se, então, impossível sua retirada.

Somente em 1846, o processo chegou ao fim, trazendo como sentença o pagamento do valor simbólico de 4 contos de réis que os Reis de Araújo efetuaram aos Dias Campos.** Esse

19 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Recife: Global, 1933. p. 220.

20 LAGES, *Fundadores: a saga...* op. cit., p. 09.

21 Id. 2016, p. 18.

* As terras devolutas são grandes áreas que não estão incorporadas ao domínio privado e onde não se aplica uso ou ocupação pública em nível federal, estadual ou municipal, sendo configuradas como bens da união. (Cf. MIRANDA, N. R. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. *Revista do CAAP*, Belo Horizonte, v. XVII, n. 2, 2011.)

** A família Dias Campos jamais aceitou o desfecho do processo. Ainda em 1846 recorreram à sentença concedida pelo juiz, arrastando o processo por mais dez anos. Porém, nunca obtiveram sucesso, ficando a família Reis como única proprietária por várias gerações. (Cf. LAGES, 2010.)

desfecho, além de assegurar a ampliação dos domínios territoriais da família Reis naquela área, acabou dividindo a Rio Pardo em outras novas fazendas que deram origem à Ribeirão Preto. Vejamos na *Tabela 1* as divisões oficiais.

Tabela 1: Situação de divisão da fazenda Rio Pardo após o encerramento do processo de “libelo civil de força e esbulho de terras”

FAZENDAS	EXTENSÃO	VALOR	ATUAIS BAIRROS DE RIBEIRÃO PRETO	PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS	PROPRIETÁRIOS SEGUINTE
Ribeirão Preto Abaixo	4.050 alqueires	7 contos e 200 mil réis	Vila Tibério, Campos Eliseos, Ipiranga, Jardim Jandaia, Antônio Marincek, Parque Industrial Tanquinho, Adelino Simioni, Avelino Palma, Quintino Facci II e adjacências	Mateus José dos Reis (1/2)	José Mateus João Mateus Francelina Ananias José Mateus
				Vicente José dos Reis (1/2)	Maria Silvéria Manuel Mateus Claudina
Laureano	2.067 alqueires	600 réis	Vila Monte Alegre e Jardim Recreio	Vicente José dos Reis (1/2)	Maria Silvéria Manuel Mateus Claudina
Palmeiras	2.250 alqueires	-	Jardim das Palmeiras, Jardim Aeroporto, Jardim Salgado Filho e Quintino Facci I	Mateus José dos Reis	José Mateus João Mateus Francelina Ananias José Mateus
Retiro	4.632 alqueires	8 contos de réis	Vila Virgínia, Parque Ribeirão Preto, Jardim Sumaré, Santa Cruz do José Jacques e adjacências	Vicente José dos Reis (1/2)	Maria Silvéria Manuel Mateus Claudina
				Manoel José dos Reis (1/2)	Maria Felizarda Ana Teodora
Barra do Retiro	263 alqueires	-	Centro, Higienópolis, Vila Seixas e Jardim Paulista	Vicente José dos Reis	Maria Silvéria Manuel Mateus Claudina

Fonte: Adaptado de LAGES (2016, p. 19)

Como podemos notar, a área correspondente à fazenda do Rio Pardo acabou repartida em outras cinco fazendas: Pontinha ou Ribeirão Preto Abaixo, Laureano ou Braço Direito do Ribeirão Preto, Palmeiras, Retiro e Barra do Retiro, todas de propriedade da família Reis. Ao somarmos as áreas dessas fazendas, encontramos um total de 13.262 alqueires*, o equivalente 320 km² de terras cuja propriedade esteve vinculada a uma única família. Considerando que a atual dimensão territorial de Ribeirão Preto corresponde a 26.800 alqueires ou 650 km²²², a

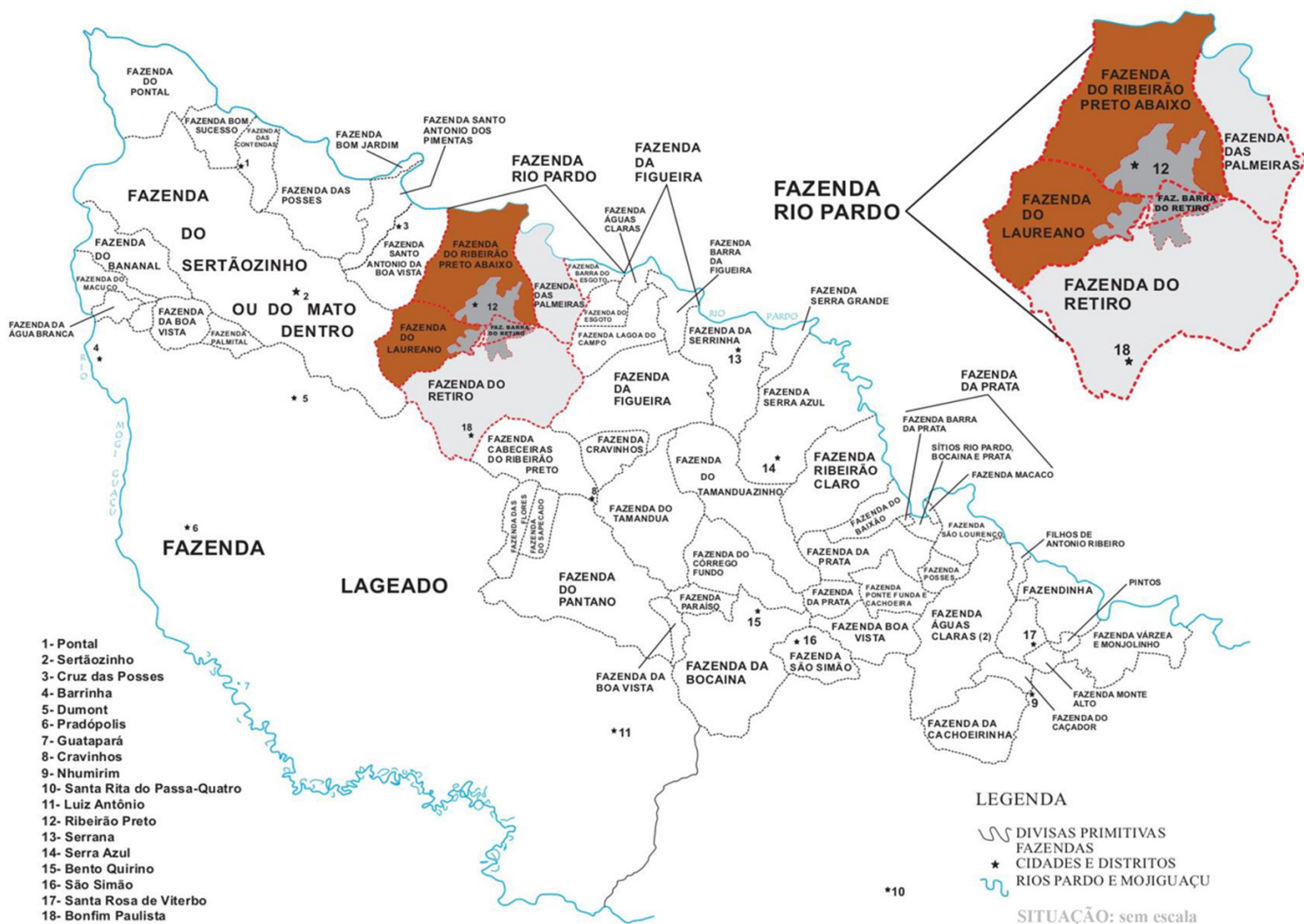
22 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **levantamento censitário de 2018:** território e ambiente. Ribeirão Preto: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>

* Em relação as medidas de grandeza, o alqueire configura uma unidade de medida de superfície agrária. No Brasil, a unidade dessa medida é alterada de acordo com o estado ou região. Como as terras mencionadas no texto estão situadas no estado de São Paulo, o alqueire, nesse caso, é igual a 24.200 metros quadrados.

porção de terras adquirida pelos Reis de Araújo representa 49,48 % da área que atualmente constitui o município, ou ainda, em média, vinte e quatro bairros da cidade, conforme aponta Lages²³.

Cabe lembrar que os dados acima, acerca da extensão das terras da família Reis, estão de acordo com o desfecho do processo de apossamento da antiga fazenda do Rio Pardo, movido pelas famílias Dias Campos e Reis de Araújo. Isso significa que não estão inclusas as outras propriedades que estiveram sob domínio dessa família, como a própria fazenda da Figueira anteriormente citada, e muitas outras que se tem registro. Contudo, os dados apresentados demonstram que, para além de conflitos e disputa pela terra, houve uma explícita monopolização fundiária. A família Reis de Araújo concentrou essas terras em seu grupo familiar por algumas gerações até que se tornassem mercadoria, gerando mais riquezas para seus descendentes conforme veremos mais adiante. Para compreendermos melhor, vejamos na *Figura 3* a situação de divisão das terras da fazenda do Rio Pardo a partir do processo de desmembramento.

Figura 3: Situação de divisão das fazendas da região em meados de 1846, área correspondente às terras do município de Ribeirão Preto



Fonte: Adaptado de LAGES (2016).

23 LAGES, *Ribeirão Preto Revisitada...* op. cit., p. 19.

A porção do mapa representada em cinza claro constitui a área da antiga fazenda Rio Pardo, sobre ela, demarcada pelo pontilhado em vermelho, está a nova divisão de fazendas estabelecida a partir de 1846. Identificamos, em cinza escuro, a área de Ribeirão Preto passando pelas terras da Laureano e Ribeirão Preto Abaixo, ambas destacadas em marrom. Exatamente nessa região é que estão situadas as terras que vão originar a Vila Tibério, nosso objeto de pesquisa. Por esse motivo, nos debruçamos sobre o percurso histórico de ambas as Fazendas, levantando seus processos de divisão fundiária, a fim de entender de que forma elas chegaram a ser loteadas para formar a Vila Tibério.

Até aqui, ficou evidente que as fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo são fruto do desmembramento da antiga fazenda Rio Pardo. E quando formadas pelos irmãos Mateus e Vicente José dos Reis, suas dimensões eram de 2.067 e 4.050 alqueires, respectivamente – ver *Tabela 1* –, o que equivale a 148 km² de terra, e corresponde aproximadamente a 1/4 da atual área urbana de Ribeirão Preto, onde estão estabelecidos não somente a Vila Tibério, mas também outros bairros como o Jardim Recreio, Vila Monte Alegre, Campos Elíseos, Ipiranga, entre outros. Vejamos agora de que forma ocorreu a divisão e comercialização de ambas as fazendas.

1.2.1 O caso Laureano

O primeiro fracionamento da fazenda Laureano ocorreu devido ao falecimento de Vicente, em 1839, quando seus herdeiros receberam uma área de 1.033 alqueires, isto é, a metade da fazenda, já que a outra metade permaneceu com seu irmão, Mateus. À viúva, Maria Silveira da Anunciação, coube 516,5 alqueires e aos seus filhos, Matheus dos Reis de Araújo e Claudina Maria Teixeira, duas partes iguais, medindo 258,25 alqueires. É importante frisar que o responsável pela parte de Claudina foi seu esposo, Antonio José Teixeira Júnior, considerado, por Maria da Anunciação, como o “cabeça do casal”. Dessa forma, a transmissão de todas as propriedades de Claudina não se deu em seu nome, mas sim, em nome de Teixeira Júnior.

Em 1845, em razão de seu novo casamento com José Borges da Costa, Maria da Anunciação doou a seus filhos as partes que lhe pertenciam das fazendas Laureano, Ribeirão Preto Abaixo e Barra do Retiro – parte da fazenda Retiro havia sido vendida ao seu futuro marido. De acordo com a escritura de doação, lavrada no mês de junho em Casa Branca, as terras foram cedidas juntamente com escravos de “nação” e escravos crioulos*, existia também uma quantia em dinheiro, cinco mil telhas e alguns pertences de uma tenda de ferreiro. O montante foi avaliado em 13 contos e 550 mil réis, recebendo, as partes, metades iguais de seis contos e 775 mil réis.**

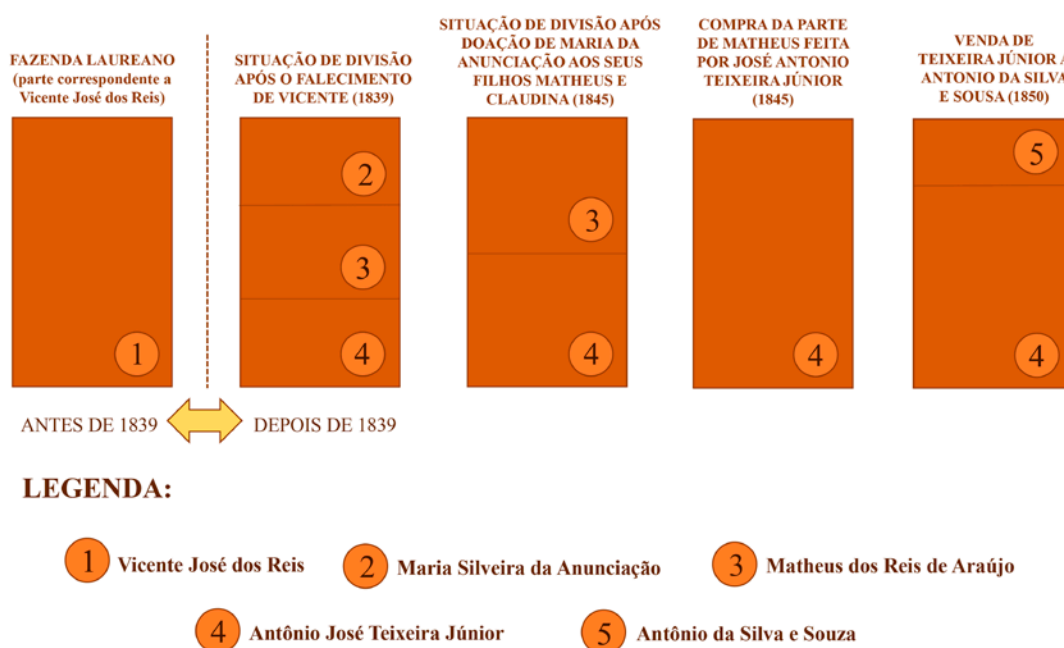
* O escravo de nação possuía origem africana e era trazido pelo tráfico negreiro, diferente do escravo crioulo, já nascido em terras brasileiras e descendentes dos africanos que vieram constituir a mão de obra na Colônia e Império. (Cf. RIBEIRO, Darcy. **O Brasil Crioulo**: Cia das Letras, 1995.)

** Apesar da doação de terras, escravos etc., aos donatários Matheus dos Reis de Araújo e Antonio José Teixeira Júnior, foi posta a condição de somente conferir continuidade à cultura ali existente. O documento de doação não legitimava qualquer autonomia sobre as fazendas, travando assim uma possível tramitação de doação ou venda exercida sobre a terra que não fosse do consentimento de Maria da Anunciação. Essas condições estariam cessadas depois de sua morte, em data desconhecida.

Essa escritura de doação mostra ainda que as terras da Laureano valiam, naquele período, o total de cinco contos de réis.

Naquele mesmo ano, o marido de Claudina, Teixeira Júnior, comprou a parte da Laureano que cabia a seu cunhado, Matheus dos Reis de Araújo, convertendo-se em único proprietário e firmando um processo de centralização dessas terras, que permaneceram aglutinadas por um período de cinco anos. Somente em 1850 esse quadro de transações entre membros da família começou a se modificar, quando houve a primeira venda a terceiros realizada por Teixeira Júnior a um sujeito chamado Antônio da Silva e Sousa.²⁴ A *Figura 4* mostra de forma mais clara o percurso de divisão e concentração das terras da Laureano durante a primeira metade do século XIX.

Figura 4: Processo de fracionamento das terras da fazenda Laureano até 1850



Fonte: Adaptado de Zamboni (1978)

A partir disso, entendemos que os movimentos de aglutinação e fragmentação que envolveram as terras da Laureano se deram, até 1850, por meio de heranças e doações. Houve apenas duas transações de compra e venda, sendo apenas uma destinada a alguém de fora do grupo familiar. Vale lembrar que naquela época as transações realizadas, seja por meio de compra, venda, herança ou doação, foram recursos bastante utilizados como instrumento de legalização de terras obtidas por apossamento. Podemos notar uma tendência distinta nas

24 ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização da rede fundiária da área de ribeirão preto (1874 à 1900):** uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978. p.76.

décadas seguintes, pois, entre os anos de 1850 e 1877, essas terras estiveram envolvidas em uma nova dinâmica, caracterizada por uma intensa fragmentação resultante de sucessivas transações de compra e venda realizadas com terceiros. Entre 1877 e 1890, permaneceu a tendência às transações executadas com sujeitos externos ao núcleo familiar, porém, os vários proprietários, cedem espaço a um só negociante, João Franco de Moraes Octávio, que por meio de pequenas e sucessivas compras, iniciou novamente o processo de aglutinação dessas terras, colocando-as sob seu exclusivo domínio.

1.2.2 O caso Ribeirão Preto Abaixo

Assim como a fazenda Laureano, as terras da Ribeirão Preto Abaixo foram também originadas da antiga fazenda Rio Pardo, e, da mesma forma, pertenceram aos irmãos Mateus e Vicente José dos Reis. Como vimos, por ocasião da morte de Vicente, essas terras foram doadas por Maria da Anunciação, juntamente às terras da Laureano e da Barra do Retiro, aos seus filhos Matheus e Claudina, ou melhor, Matheus e Antonio José Teixeira Júnior. Os dados da escritura de doação de Maria da Anunciação mostram que, na época, a Ribeirão Preto Abaixo foi também avaliada em cinco contos de réis, mas, diferente da Laureano, sobre ela não conseguimos identificar de forma detalhada as negociações de compra e venda. Tudo o que sabemos é que até meados de 1850, as divisas dessa fazenda confrontavam-se com as fazendas do Sertãozinho, Laureano e Barra do Retiro, passando por vários desmembramentos até 1886, quando foi feita sua divisão judicial em função de seus vários condôminos²⁵. Inclusive, Silva nos diz que no ano seguinte, essas terras receberiam a implantação do “Núcleo Colonial Senador Antônio Prado”²⁶.

O fato é que a propriedade de parte dessa fazenda aparece também em nome João Franco de Moraes Octávio, e Zamboni nos diz que a ele pertencia exatamente a fração de terras que fazia divisa com as terras da Laureano²⁷. Mas, por que ambas as fazendas foram parar em suas mãos, e qual o interesse desse homem naquela região? Sobre quem foi João Franco, o que significavam e justificavam essas compras, e como se desencadeou essa movimentação intensa nas terras das duas fazendas, falaremos mais adiante. Antes, é preciso compreender uma série de fatores gerais que ocorriam no Império brasileiro.

25 LAGES, *Ribeirão Preto: da...* op. cit., p. 23.

26 Ibid., p. 70.

27 ZAMBONI, *Processo de formação...* op. cit., p.76.

* Em 1886, quando a cafeicultura e a rede ferroviária haviam já alcançado as terras de Ribeirão Preto – cenário que discutiremos ao longo do trabalho –, o governo mapeava os “terrenos nacionais” próximos as linhas férreas da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, visando então a implantação de um núcleo colonial que constituiria grande parte da mão de obra livre e imigrante para a lavoura cafeeira. No ano seguinte, em 1887, o Ministério da Fazenda disponibilizou a quantia de cinco contos de réis para a implantação do “Núcleo Colonial Senador Antônio Prado”, na Vila do Ribeirão Preto, que foi inaugurado no mesmo ano. Divido ao meio pela estrada de ferro, esse núcleo possuía um total de 200 lotes, recebendo inúmeros imigrantes europeus. (Cf. SILVA, Adriana C. Borges da. **Campos Eliseos e Ipiranga**: memórias do antigo barracão. Ribeirão Preto: COC, 2006.)

1.3 Contexto geral da terra no Império: as fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo

Para entendermos de forma mais clara esse processo, voltemos a 1807, quando foi abolido o tráfico escravista na Inglaterra, pressionando ou influenciando diplomaticamente, e não raro militarmente, o fim da escravidão em todos os países do mundo²⁸. No Brasil, sua primeira expressão foi a Lei Feijó, de 1831: uma tentativa de proibir o tráfico atlântico de escravos, que estipulava penas e punições a quem insistisse em transportá-los. Embora fosse vigente, essa lei era mantida às “vistas grossas”, arrastando o tráfico ilegal por muitos anos. Em 1845, pressionada pelo capital industrial e pela necessidade de novos mercados consumidores, a coroa britânica adotou medidas mais rígidas criando a Lei Bill Arberdeen, autorizando a apreensão dos navios negreiros e sua carga pela marinha britânica. Essa situação levou o Brasil, em 1850, a determinar a Lei Eusébio de Queiroz, que procurava encerrar a importação de escravos africanos. Mas, a Lei Nabuco de Araújo, de 1854, que estabelecia maior rigor na fiscalização, nos mostra que mesmo com a proibição essas práticas ainda persistiam^{*29}.

Mediante o impedimento da importação, a diminuição da oferta de escravizados elevou de forma acentuada a média de seu preço, marcando o início da transição da mão de obra escrava para a livre. Somado a isso, foi estabelecida no mesmo ano a Lei de Terras, um instrumento jurídico fundamental para o campo fundiário que determinou a compra como única forma de acesso a terras. Essa lei excluiu por completo o sistema de posse então vigente, garantindo o monopólio das terras àqueles que as possuíam, ou detinham capital para sua aquisição.

Enquanto isso, o Brasil vinha tomando posição de destaque no cultivo do café, um fruto de origem africana que acabou convertido em mercadoria bastante cobiçada. Uma espécie de “elixir do mundo moderno”³⁰, que entrou em terras brasileiras ainda em meados do século XVIII, adquirindo escala comercial somente no início do XIX, iniciando um novo e longo ciclo econômico após a mineração. Instalou-se, então, no Vale do Paraíba e foi fortemente cultivado no Rio de Janeiro. O aumento considerável na quantidade de escravos entre 1840 e 1851 indica a importância que essa cultura havia adquirido, pois, naquele período, um montante de 371.615 escravos entrariam no Rio de Janeiro, embora os maiores registros teriam ocorrido nos anos de 1847 e 1848, sendo 56.172 e 60.000, respectivamente.³¹ Mas, se a década de 1850 foi marcada

28 PRADO JR., op. cit. p. 145.

29 ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de. Fim do tráfico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 232.

30 MARTINS, Ana Luiza. Elixir do mundo moderno. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 5, 2010.

31 LOPES, Luciana Suarez. **Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. p.11

* Os movimentos que ocorriam na Inglaterra influenciavam especialmente o Brasil, tendo em vista as relações de dependência assumidas pela família real, quando em sua chegada, desembarcaram escoltados por navios ingleses como medidas de proteção contra as investidas de Napoleão Bonaparte. Em troca, o então governo brasileiro concedeu à Inglaterra mais liberdade comercial, inclusive a abertura dos portos, rompendo então o pacto colonial. Diante de tal situação, era prudente que o Brasil expedisse medidas de favorecimento ao combate a escravidão, agradando os interesses da Inglaterra. (Cf. PRADO, 2006.)

pelo apogeu da cafeicultura fluminense, os anos de 1860 caminharam no sentido oposto, trazendo algumas crises, sobretudo, da mão de obra, que no Vale do Paraíba era fortalecida pelo modelo escravista, tendo suas etapas de produção desenvolvidas de forma manual. Não tardaria para que as técnicas de beneficiamento do café fossem modernizadas, surgindo problemas pela incompatibilidade com mão de obra escrava.³²

Seja como for, o café foi tomando espaço em outras localidades como Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo. Nessa última, as primeiras experiências com o plantio foram ainda no século XVIII em Jundiaí, aparecendo já no início do século XIX em Campinas, região que ficou conhecida como “velho oeste” paulista. Especialmente nessa província, seu avanço esteve sempre ligado ao avanço da ferrovia. É possível notar uma relação direta entre o crescimento das áreas cultivadas e a construção das estradas de ferro. Por vezes, o café determinava o sentido dos novos ramais, mas por outras, os novos ramais ditavam a compra das terras e a abertura de novas fazendas. Rapidamente avançaram para as terras do chamado “novo oeste paulista”, alcançando a região de Ribeirão Preto, onde além de haver grande disponibilidade de terras férteis, a cultura poderia ser também deslocada continuamente.³³

Diante dos valores crescentes dos escravos, tornava-se cada vez mais inviável, principalmente para os novos fazendeiros, manter investimentos imobilizados na escravaria. Além disso, o conjunto de leis abolicionistas indicava o fim da escravidão bem como a liberação de capitais para novos investimentos, sobretudo a aquisição de terras. Para o capital, abriram-se então novas perspectivas. Nesse sentido, Martins nos diz que

[...] quando o capital se transfigura em renda territorial capitalizada, a ênfase do empreendimento econômico do café passa a ser a formação da fazenda, pois o seu valor de mercado estará nos frutos que pode produzir, no trabalho materializado nas plantações. O capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho. O seu valor se contará, pois, pelo número de cafeeiros e por sua produtividade, pela quantidade de arrobas de café que se pode obter de uma árvore em média.³⁴

No decorrer desse processo, a mentalidade dos fazendeiros foi se modificando, sobretudo daqueles do oeste paulista onde novas fazendas formavam-se já na segunda metade do século XIX, em plena modernização das técnicas de beneficiamento. Esses cafeicultores inclinavam-se à mão de obra imigrante e a modernização da produção, mesmo que em muitos casos alicerçados em dívidas hipotecárias, as quais o incremento do maquinário passava a ser fator de valorização à concessão de empréstimos. Viotti nos diz que embora houvesse bastante interesse, eram poucos os fazendeiros que conseguiam organizar suas fazendas nesses moldes. Havia certa dificuldade em acompanhar a modernização das máquinas, além de serem demasiadamente dispendiosas.

32 COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 226.

33 MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café**. São Paulo: Hucitec, 1938. p.23

34 MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 33.

Diante de tais circunstâncias, as fazendas do Vale do Paraíba que se organizaram com base no braço escravo, não se sentiam impelidas em providenciar a sua substituição. Além do mais, o trabalho escravo era pouco compatível com as inovações técnicas que vinham surgindo, tornando-se então cada vez mais claras as diferenças entre as técnicas agrárias adotadas no oeste paulista e no Vale do Paraíba.³⁵

Nesse sentido, a pressão exercida pelo café acabou alterando significativamente o movimento dos negócios fundiários. Brioschi nos explica que naquele período “[...] o mercado passou por uma inflexão sensível, voltando sua atenção para as até então pouco exploradas terras roxas [...]”³⁶. Ou seja, a frente agrícola vinha retomando o seu avanço no novo oeste paulista, incluindo neste ciclo a malha ferroviária, responsável pelo crescimento da demanda internacional do café. Monbeig nos diz que a única empresa a se “aventurar” a embrenhar suas linhas, e de forma ousada, em direção a essas terras, foi a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, em meados da década de 1870. Segundo ele, seu objetivo era atingir o coração do Brasil, mas logo foi atacada como veremos mais adiante³⁷.

Entre os anos de 1880 e 1890, quando a estrada de ferro avançou para a região, Carvalho conta que surgiram grandes centros cafeeiros, como: Limeira, São Carlos, Araraquara, Descalvado, Jaboticabal e Ribeirão Preto³⁸. Não por acaso, grandes quantidades de imigrantes entrariam no Brasil nesse período. Os dados da *Tabela 2* mostram que dezoito anos antes da abolição, já havia estrangeiros chegando em São Paulo. Para termos ideia do volume migratório, podemos observar que em meados de 1880 eram 11.330 os trabalhadores livres desembarcados em solo paulista. Até 1889, ano seguinte à abolição, esse valor cresceria para 183.505 imigrantes entrantes, somente no estado de São Paulo. Esses números representam apenas o começo de um denso fluxo migratório que atingiria o país, modificando completamente o cenário do trabalho e seus personagens.

Tabela 2: Imigrantes entrantes em São Paulo por nacionalidade, entre 1870 e 1899

PERÍODO	TOTAL	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Alemães	Austríacos	Outros
1870 -1879	11.330	3.411	300	1.160	1.091	176	4.692
1880 - 1889	183.505	144.654	5.538	22.613	2.354	2.590	5.756
1890 - 1899	734.985	430.243	86.994	59.011	7.176	14.910	136.651

Fonte: Walker e Barbosa (2000, p. 24-25)

35 COSTA, op. cit. p. 226.

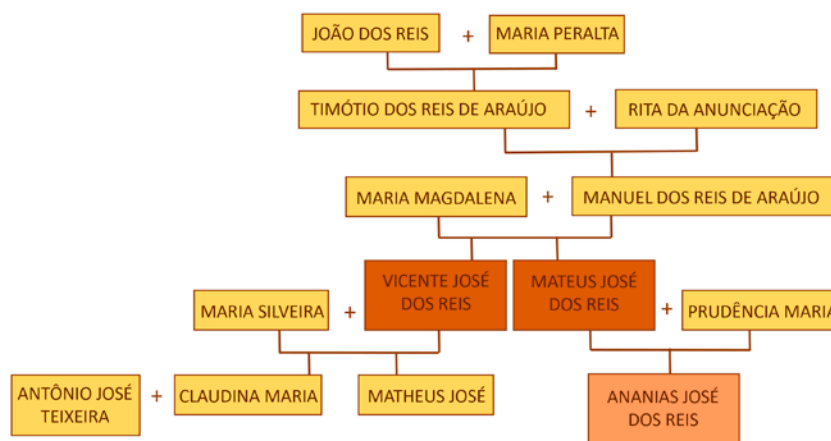
36 BRIOSCHI, L. Uma rede fundiária em transição. In BACELLAR, C.; BRIOSCHI, L. (org.) *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 109.

37 MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998. p. 174-175.

38 CARVALHO, Diego Francisco de. Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. *A Revista Histórica*, São Paulo, ed. 27, ano 03, novembro. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia02/>

A partir de tais acontecimentos, podemos entender as movimentações que ocorreram nas terras da fazenda Laureano e do Ribeirão Preto Abaixo, durante a segunda metade do século XIX. Se antes os Reis de Araújo sustentavam, por meio de sucessivos apossamentos, uma grande concentração de terras, a partir de 1850 seus herdeiros vão seguir o caminho inverso. Com a terra convertida em mercadoria, e ingressada numa economia que pretendia ao máximo explorá-la, a família Reis começa a abrir mão da propriedade exclusiva de ambas as fazendas, realizando a venda sequente de suas partes. Embora a grande maioria das vendas da Laureano fosse externa à família, notamos uma negociação entre os próprios herdeiros, como foi o caso de Ananias José dos Reis, personagem significativo nessa trama, que adquire de Teixeira Júnior, o marido de Claudina, uma parcela da fazenda ainda no ano de 1857³⁹. Ananias era filho de Mateus José dos Reis, portanto, sobrinho de Vicente⁴⁰, e representava, juntamente com seus primos Mateus e Claudina, a quinta geração da família Reis de Araújo que detinha a posse de terras na região. Para entendermos com mais clareza, a *Figura 5* ilustra – de forma complementar a *Figura 2* – a genealogia da família.

Figura 5: Recorte genealógico da família Reis de Araújo, descendentes herdeiros das terras apossadas



Fonte: Desenvolvido e adaptado de LAGES (2010).

Essa negociação feita entre Ananias e seus primos, nos faz entrar numa parte importante que antecedeu o nascimento da Vila Tibério. Passados vinte anos de sua aquisição, quando então a cafeicultura havia chegado a Ribeirão Preto e, sobretudo, valorizado suas terras, Ananias decide vender sua parte da Laureano. A essa altura, o movimento de partilha da fazenda era tamanho que, em meados de 1874⁴¹, o próprio Ananias chegou a realizar a divisão judicial dessas terras, dando início então às suas escrituras. Foi por meio desses registros que encontramos, no ano de 1877, a comercialização de sua propriedade feita com João Franco de

39 ZAMBONI, *Processo de formação...* op. cit., p. 76.

40 LAGES, *Ribeirão Preto: da...* op. cit., p. 182.

41 ZAMBONI, *Processo de formação...* op. cit., p. 76.

Moraes Octávio, um fazendeiro que vinha migrando do Vale do Paraíba para o oeste paulista em busca de oportunidades. Infelizmente, não obtivemos acesso a detalhes sobre as negociações de compra e venda da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, como já foi dito. Mas, tendo essa fazenda passado pelo mesmo processo de desmembramento que a Laureano, desempenhado pela mesma família, sabemos que por alguma negociação essas terras tornaram-se propriedade de João Franco, ficando para segundo plano esse percurso sobre como chegaram até o fazendeiro.

Fato é que João Franco não vinha para o oeste paulista sozinho, trazia com ele um sujeito nascido em Minas Gerais, cuja profissão era a contabilidade, chamado Tibério Augusto Garcia de Senna, quem vai lotear e vender parte das terras da família Franco. É no decorrer desse processo que nascerá a Vila Tibério, conforme veremos mais adiante. Por enquanto, lembremos dos esclarecimentos apresentados acerca da marcha cafeeira rumo ao oeste paulista, para que possamos entender os motivos que trouxeram João Franco e Tibério à vila do Ribeirão Preto.



11
02

Em busca de oportunidades: o processo de formação da fazenda Monte Alegre



Até o momento, destacamos, ainda que de forma muito breve, alguns dos ciclos econômicos do Brasil até meados do século XIX e sua influência sobre a ocupação da região de Ribeirão Preto, sempre enfatizando a família Reis e sua relação com a terra. Essas informações contidas no primeiro capítulo tornam-se indispensáveis, uma vez que os Reis de Araújo, além de terem sido os proprietários originais das terras que vieram formar a Vila Tibério, foram também, na pessoa de Ananias, os credores daquele que veio a adquiri-las. Isso significa que depois de vender suas terras ao fazendeiro João Franco, um ano mais tarde, Ananias lhe emprestou ainda uma grande quantia em dinheiro, tendo em vista um contrato de hipoteca das próprias terras compradas. O desenrolar dessas transações, como acompanharemos, foi significativo para a posterior constituição da Vila Tibério.

Nessa lógica, trataremos ao longo deste segundo capítulo, sobre a vida de João Franco e de Tibério, suas relações de parentesco, padrões e volumes de negociação, e, por fim, as relações estabelecidas entre eles e os “últimos” Reis de Araújo. Levaremos em conta ainda as movimentações desses sujeitos em meio à complexa teia de relações sociais e políticas constituídas, buscando entender o novo padrão de formação fundiária que se estabelece a partir dessa segunda geração de proprietários das terras da Vila Tibério.

2.1 Formação e deslocamento familiar: Tibério e os Franco de Moraes

De acordo com informações colhidas no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, constatamos que João Franco era filho de André Bueno de Moraes e Maria Franco Cardoso, tendo nascido em 1817, em São João Batista de Atibaia – atual cidade de Atibaia, interior de

São Paulo.⁴² Embora tivesse possuído terras naquela região, acabou migrando para o Rio de Janeiro e Vale do Paraíba Fluminense, onde veio a adquirir algumas fazendas de café e gado. É provável que nessa época tenha se casado com Gertrudes Andrade de Moraes, sua única esposa, com quem teve cerca de dez filhos, inclusive, alguns deles nascidos em Valença⁴³, um então vilarejo situado a 130 quilômetros do Rio de Janeiro.

Ainda na década de 1850, João Franco partiu daquela província com sua família para o interior paulista, com uma trajetória que incluiu diferentes ocupações em cargos políticos, e, principalmente, a propriedade de terras. Esteve sempre em meio a grandes transações nesse mercado, estendendo seus negócios não somente a compra e venda do solo, mas também à formação de fazendas e à comercialização de alguns de seus elementos, como o café, gado e escravos⁴⁴. João Franco era, na verdade, um grande comerciante do mundo rural.

Entendemos que João Franco pertencia a uma nova elite agrária, que veio se moldando no novo oeste paulista, composta por produtores e comerciantes que, embora possuíssem projeção econômica e social, não obtinham participação nas altas esferas do governo central. Tanto que o veremos ao longo de sua vida ocupando pequenos cargos políticos de base municipal, sempre no interior da Província. Foi também, por muitos anos, filiado ao Partido Liberal* que intervinha pela autonomia das localidades, posição que melhor atendia a sua estratégia de expansão pelo sertão paulista. No entanto, somente quando chega à região de Ribeirão Preto, tendo como primeiro ponto de parada o então arraial de Belém do Descalvado**, sua trajetória e interesses começam a ficar mais claros.

Em meados de 1850, antes mesmo do Vale do Paraíba entrar em declínio, João Franco já aparecia em Descalvado intitulado Coronel do Comando da Guarda Nacional pelo 6º Batalhão de Reserva do Estado Maior.⁴⁵ Instituição que, inclusive, foi criada em meados de 1831 em decorrência das indisposições que os liberais mantinham com o Exército Nacional, visando então enfraquecer os antigos pilares do Primeiro Reinado.⁴⁶ Basile conta que a Guarda Nacional era fundamentada no conceito francês de “*Milícia Cidadã*”, “[...] que tinha como princípio a ideia burguesa de confiar a segurança do país aos seus cidadãos proprietários.”⁴⁷ Isto é, figuras

42 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

43 Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 68 de Registro de Óbitos, ordem n.º 295, fls. n.º 37 de 19 de março de 1934.

44 MUSEU DO CAFÉ FRANCISCO SCHMIDT. **Filhos do Café**: Ribeirão Preto da terra roxa, tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010. p.28

45 Informação fornecida pela Loja Maçônica Amor e Caridade Adonhiramita, n.º. 313.

46 BASILE, Marcello O. N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In. LINHARES, M. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 225.

47 *Ibid.*, p. 225.

* Os ideais do Partido Liberal eram propensos a uma maior independência das regiões, pois estavam ligados à agricultura de mercado interno, diferente do Partido Conservador, que, como oposição, inclinava-se à centralização do poder, sustentando-se na união entre a burocracia e o grande comércio, incluindo a lavoura de exportação. (Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 282.

** O arraial de Descalvado foi elevado à Vila somente em 1865, pela Lei de n. 72.

que no Brasil estavam ligadas à terra, símbolo de poder econômico, e, portanto, capazes de exercer a autoridade assegurando a propriedade privada.

Pouco mais adiante, em 1857, João Franco recebeu o título de Comissário Vacinador* da Paróquia⁴⁸, concedido pelo então vice-presidente da província, Antônio Roberto de Almeida: um juiz filiado ao Partido Liberal e bastante próximo ao então Imperador Dom Pedro II. Essa nomeação certamente lhe garantiu o afastamento da Guarda Nacional, quando contava quarenta anos de idade. Diante dos fatos, chamou-nos a atenção a seguinte questão: quais motivos teriam levado um negociante rural de meia idade, vindo do Vale do Paraíba em pleno vigor da produção, a escolher o afastamento da Guarda Nacional em função do posto de Comissário Vacinador, não remunerado, em uma freguesia no sertão de São Paulo?

Não sabemos ao certo, mas Chalhoub nos diz que fora da Corte, “era comum que os vacinadores [...] prestassem trabalho gratuito, ficando apenas dispensados de servir na Guarda Nacional e tendo promessa de efetivação e remuneração... após dez anos de serviços prestados!⁴⁹” Essas concessões compensavam o estigma do cargo, a aversão nutrida pela população em relação à vacina e também a forma como estava estruturado o serviço de vacinação no Império. Devemos lembrar que, nessa época, o Brasil vivia os antecedentes da Guerra do Paraguai instaurada por Solano Lopez, e os métodos vacínicos, de inoculação braço a braço, afugentavam toda a gente não apenas pela dor causada, mas principalmente, pela ameaça do recrutamento forçado que ocorria nesse período.

Talvez, a decisão de se tornar comissário vacinador seja explicada, então, pelas prerrogativas de poder que o cargo garantia. Além dos benefícios prometidos, o posto de vacinador concedia poderes especiais a quem o ocupava. Chalhoub conta que era dado a esses comissários até mesmo poder coercitivo, ou seja, “um auxílio mais efetivo dos fiscais de freguesia na aplicação de multas aos faltosos, além do concurso de ‘ordenanças’ de polícia encarregados de ir buscar a domicilio os portadores das preciosas pústulas.⁵⁰” Tornar-se vacinador, significaria, também, continuar servindo ao governo, sem necessariamente estar nos campos de batalha, iniciados pouco tempo depois de sua nomeação.

Seja como for, cumprir essa função era uma das formas de estabelecer poder de mando em um local onde não havia ainda figuras de autoridade bem consolidadas, se comparada a

48 EXPEDIENTE DA PRESIDENCIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano IV, n. 00557, p. 3, 30 maio 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_01&pagfis=2134&url=http://memoria.bn.br/docreader#

49 CHALHOULB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 2017. p. 143.

50 *Ibid.*, p. 142.

* Desde o período colonial, a varíola era umas das maiores preocupações sanitárias no Brasil. Somente a partir da vinda da corte, em 1808, que a vacinação veio a ser difundida como medida de combate à doença. Quase quarenta anos mais tarde, foi criado o decreto de n. 464 que estabeleceu o Instituto Vacínico do Império, cuja estrutura possuía uma hierarquia de comissários vacinadores, entre eles o paroquial, responsável pela propagação das vacinas de seu povoado. Segundo a Memória da Administração Pública Brasileira, ao Comissário Vacinador Paroquial era concedido tal cargo desde que fosse considerado uma pessoa “esclarecida”, e, ao contrário dos outros comissários, o paroquial não recebia qualquer tipo de pagamento pelo governo central, obtinha, porém, o afastamento da Guarda Nacional. Cf. MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. *Instituto Vacínico do Império*. MAPA, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/366-instituto-vacnico-do-imperio>

outras regiões, como o próprio Vale do Paraíba. Portanto, João Franco não chega a Descalvado como um simples negociante, mas alguém que detém um capital político complementar ao seu poderio econômico. Essa associação de poderes é uma característica dominante do coronelismo que Faoro apontou da seguinte forma

Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia.⁵¹

João Franco também era vinculado por parentesco à família Junqueira, tradicionais proprietários de terras na região. Inclusive, possuía alguns familiares igualmente envolvidos com patentes: um irmão, era o Tenente João Francisco de Moraes Octávio, e entre os seus filhos, estavam os Tenentes Luiz Franco de Moraes Octávio e João Franco de Moraes Octávio Filho e o Capitão Daniel Franco de Moraes Octávio. Seus outros filhos foram: Eloy Franco de Moraes Octávio, Guilhermina Franco de Moraes, Virgínea Franco, Tita Franco, Maria Conceição Franco, Mirandolina Franco e Deolinda Franco de Moraes. Pela *Figura 6*, é possível identificar alguns membros da família*.

Com a mão direita sobre o ombro do pai, Deolinda aparece na foto em meados de 1890. Nesse período, havia já se casado com Tibério Augusto Garcia de Senna, levando-o à condição de genro do Coronel João Franco. Segundo consta em algumas bibliografias existentes, Tibério teria sido um agrimensor, porém, ao pesquisarmos nos arquivos das faculdades de agrimensura do período, como a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou a Universidade Federal Fluminense, e também a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, nenhum registro sobre ele foi encontrado. Na verdade, identificamos que foi um guarda-livros, como eram chamados os antigos Contadores do período, e como ele mesmo chegou a se apresentar^{**52}.

51 FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001. p. 700.

52 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 11, fls. n.º 26 v. e 27 de 29 de janeiro de 1873.

* Algumas bibliografias apontam que João Franco esteve casado por duas vezes, sendo a primeira com Gertrudes, mãe de seus filhos, e a outra com Ana Epifânia. No entanto, essa informação não procede. A realidade é que Ana foi casada com João Franco de Moraes Octávio Filho, e muito provavelmente, essa confusão se deu pela semelhança entre os nomes de pai e filho. Podemos conferir essa informação nas escrituras de compra e venda da fazenda do Laureano, qual Ana Epifânia é citada por mais de uma vez como esposa de Franco Filho.

** A origem do termo “guarda-livros” esteve associada à própria função de escriturar, e manter organizados, os livros mercantis das empresas comerciais, quando ainda não se exigia especialização ou conhecimento científico para isso, consistindo em um trabalho totalmente mecânico. Diante do desenvolvimento econômico comercial e das novas exigências do mercado, o guarda-livros foi assumindo uma maior responsabilidade ingressando no campo contabilista. Atualmente, o contador inclui a tecnologia da informação no serviço burocrático, atendendo não somente às obrigações assessorias, como também pode implantar sistemas que favoreçam o desenvolvimento das empresas, auxiliando diretamente na tomada de decisões. (Cf. PIRES, C. B.; OTT, E.; DAMACENA, C. “Guarda-livros” ou “Parceiros de Negócios”? Uma Análise do Perfil Profissional Requerido pelo Mercado de Trabalho para Contadores na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 157-187, jul./set. 2009.)

Figura 6: Parte da família Franco de Moraes. Da esquerda para direita suas filhas Tita, Virginia, sua nora Anna Epifania – esposa de João Franco de Moraes Octávio Filho –, e por último, sua filha Deolinda.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F623.

Frente a isso, Martins nos diz que em São Paulo não havia escolas oficialmente reconhecidas de ensino contábil⁵³. Mas, o *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial*, de 1878, mencionava o total de 14 guarda-livros sediados naquela cidade⁵⁴. Já os *Almanaques Administrativos de São Paulo* destacavam em 1883, 1884, 1886 e 1891, a quantidade de 45, 40, 21 e 39, respectivamente, o número de guarda-livros locais⁵⁵. Isso significa um aumento desses profissionais na primeira metade da década de 1880, seguido de uma queda nos anos seguintes, até o início dos anos de 1890. Nesse sentido, vale o seguinte questionamento: se em São Paulo não havia escolas oficiais de Contadores, onde esses

53 MARTINS, E; SILVA, A. F. D.; RICARDINO, A. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do Estado de São Paulo. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, n. 42, p. 113-122, set./dez. 2006.

54 SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. *Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial*. São Paulo, primeiro ano, 1878. Disponível em: file:///C:/Users/Carol/Downloads/45000011701_Output.o.pdf

55 MARTINS, SILVA e RICARDINO, op. cit., p. 113-122.

guarda-livros então atuantes na província aprendiam tal ofício? E principalmente: como Tibério chegou a capacitar-se em tal profissão?

Martins conta que é difícil obter uma resposta precisa, porém, nos oferece algumas hipóteses a serem consideradas. Uma delas é a aprendizagem nas escolas de comércio brasileiro em outras províncias, criadas a partir das Aulas de Comércio em Lisboa, que visava, desde o século XVIII, preparar homens de negócios e Contadores. No Maranhão foi onde se ergueu a primeira escola de comércio do Brasil, em 1811, seguida pelo Rio de Janeiro que oferecia as Aulas de Comércio da Corte, em 1846. Outros cursos foram surgindo na então capital do país, como o Lyceu Commercial e o Collegio São Sebastião, e também no interior da província, como o Collegio João Henrique Freese, em Nova Friburgo, e o Collegio Estrela de Petrópolis, em Petrópolis. Em 1856, as Aulas de Comércio da Corte acabaram cedendo espaço ao Instituto Comercial da Corte, que, não obtendo sucesso, foi encerrado em 1882. No ano seguinte, houve uma nova tentativa com a criação do Instituto Comercial, mas igualmente ao primeiro, não obteve prosperidade. De início, essas escolas possuíam um alto índice de rejeição, pois, no século XIX, os trabalhos de cunho manual e mecânico eram associados às funções dos escravizados e das classes mais humildes, situação que gerava um obstáculo para os cursos profissionalizantes, incluindo os ligados à administração de negócios, por não possuírem projeção social e econômica.⁵⁶

Uma outra hipótese colocada por Martins, e mais comum no período, era a aprendizagem prática nos estabelecimentos comerciais e industriais: como foi o caso do engenheiro polonês Estanislau Kruszynski, que, tendo se fixado no Brasil, ministrava aulas de contabilidade em sua própria residência, entre os anos de 1884 e 1924. Kruszynski residia no município de São Carlos, interior de São Paulo, e prestava serviços de contabilidade às fazendas da região, onde empregava seus melhores alunos em seu próprio escritório.⁵⁷ Vale lembrar que mesmo legando conhecimento sobre a contabilidade e ensinando o ofício a vários jovens, suas aulas não eram oficialmente reconhecidas.

Nesse sentido, não podemos afirmar com certeza em qual desses casos Tibério se encaixava. As escolas mencionadas acima já não existem para que pudéssemos proceder a busca em seus arquivos, tornando-se, assim, praticamente impossível apurar se Tibério passou por alguma delas em algum momento de sua vida. Mas, considerando a dificuldade no oferecimento dos cursos oficiais para contador, e as datas e locais em que foram oferecidos, muito provavelmente Tibério tenha aprendido o ofício em alguma situação de trabalho, ou até mesmo em algum curso não oficial, como era o caso daqueles ministrados por Kruszynski. Essa suspeita nos pesa mais pelo fato de não encontrarmos em sua trajetória qualquer passagem pelo Rio de Janeiro ou Maranhão. Na verdade, antes de se fixar no interior paulista, tudo o

⁵⁶ MARTINS, SILVA e RICARDINO, op. cit., p. 113-122.

⁵⁷ Ibid., 113-122.

que encontramos sobre ele foi que nasceu em 1840 na vila de Camanducaia^{58*}: um pequeno povoado no Sul de Minas Gerais formado pelo ciclo do ouro, localizado a 130 quilômetros da cidade de Campinas. E também, que era filho de Bernardino Augusto Garcia de Senna e Ignácia Leandrina Garcia de Senna⁵⁹. Mas, além dos nomes de seus pais, não conseguimos qualquer informação, ou registro, sobre o restante de sua família de origem, embora tenhamos buscado em Camanducaia, e também nas proximidades, como Cambuí, Extrema e Pouso Alegre, tanto nos cartórios, arquivos e fóruns municipais, como nos acervos da Igreja Católica. Incluímos ainda uma busca no Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e Arquivo Público Mineiro, onde também nenhum vestígio foi encontrado.

Essa ausência geral de documentação que indique uma estadia mais longa no Sul de Minas nos leva a pensar que talvez Tibério tenha apenas nascido em Camanducaia, decerto numa passagem de seus pais por ali, o que pode significar que sua família não, necessariamente, tenha se fixado no vilarejo.

É muito provável que Tibério tenha se casado com Deolinda no início da década de 1860, pois, em 1864, em Belém do Descalvado, contando então vinte e quatro anos de idade, há registros de já estar casado com a filha do Coronel. Temos aqui um hiato significativo na vida de Tibério. Ao deixar Camanducaia, fosse com a família, ou sozinho, não deixou qualquer indício sobre o momento em que se deu sua partida e nem tampouco sobre seu destino. Igualmente, nada conseguimos apurar sobre as circunstâncias em que conheceu e casou com Deolinda, nem mesmo o que fez Tibério ao longo dos primeiros vinte anos de sua vida. Além dos nomes de seus pais, e local de nascimento, tudo o que sabemos acontece a partir de 1864, quando alguns registros cartoriais o mostram na vila do Belém do Descalvado, casado, se dizendo contador, e negociando terras em uma fazenda do vilarejo. Vejamos a *Tabela 3* que mostra as negociações feitas por ele nos anos entre 1864 e 1873.

58 Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 13 de Registro de Óbitos, ordem n.º 510, fls. n.º 13 de 16 de julho de 1900.

59 Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 13 de Registro de Óbitos, ordem n.º 510, fls. n.º 13 de 16 de julho de 1900.

* Em tupi, Camanducaia significa “favas queimadas”. Foi esse o nome dado a vila que se ergueu em meados do século XVIII pela exploração do ciclo do ouro, estando localizada ao extremo sul do estado de Minas Gerais, próximo à divisa com o estado de São Paulo. Não existe uma data precisa de fundação da vila de Camanducaia, porém, na década de 1760, constava um cemitério e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, elevada à Paróquia em 1799. Em 1840, a Vila foi elevada à categoria de cidade, recebendo então o nome de Jaguari. Somente em 1930, Camanducaia tem de volta a sua denominação original. (Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Camanducaia**. IBGE, 2017). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/camanducaia/panorama>

Tabela 3: Movimentações financeiras de Tibério em Descalvado, entre 1864 e 1873

DATA	OBJETO	SITUAÇÃO	VALOR	DIMENSÕES	NEGOCIANTE
DESCALVADO					
30/09/1864	terreno no subúrbio de Descalvado	COMPRA	300 mil réis	-	Cândido José de Camargo e Firmina Souza de Castro
12/10/1864	terras com befeitorias na fazenda São Miguel	COMPRA	600 mil réis	-	José Carlos de Oliveira e Anna Joaquina [?] Divino
15/10/1864	terras na fazenda São Miguel	VENDA	350 mil réis	15 alqueires	José Francisco Padilha
27/03/1865	terras na fazenda São Miguel	COMPRA	500 mil réis	-	Antônio Joaquim Lial e Sabrina M. de Jesus
02/06/1865	terras na fazenda São Miguel	VENDA	219 mil réis	-	João Ferras Cardoso
03/10/1865	terras no bairro São Miguel	COMPRA (hipoteca)	3 contos e 400 mil réis	-	João Ferras Cardoso
14/10/1865	público recibo	PAGAMENTO	10 contos e 800 mil réis	-	José Francisco Padilha
21/05/1868	terras na fazenda São Miguel	DÍVIDA DE HIPOTECA (pagamento)	3 contos e 400 mil réis	-	João Ferras Cardoso, residente em Rio Claro
03/12/1868	terras na fazenda São Miguel	VENDA	1 conto e 56 mil réis	cinco partes de terras	João Ferras Cardoso, residente em Rio Claro
11/12/1868	imóvel (centro de Descalvado)	VENDA	1 conto e 50 mil réis	-	Cândido Gomes Braga
29/01/1873	dívida sobre fuga de escravo	EMPRÉSTIMO DE DINHEIRO	-	-	Joaquim Fernandes Lemes

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados no Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado, livros de nº. 04-fls. 65v. a 67, 99 e 100; 05-fls. 01 e 02; 10-fls. 54 a 55v., 60v. a 61v., 63 e 64; 11-fls. 03v. a 05, 26v. a 27v., 30v. a 35v. e 75 a 77v.

Pelos dados levantados, podemos observar que das 11 negociações registradas por Tibério no período em que esteve em Descalvado, 7 foram da fazenda São Miguel. Conforme os dados, em setembro de 1864, Tibério comprou pela primeira vez um pedaço de terra local, pelo valor de 300 mil réis, vendida por Candido José de Camargo e Firmina Souza de Castro⁶⁰. Logo

60 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 10, fls. n.º 54 até 55v. de 30 de setembro de 1864.

no mês seguinte, também comprou de João Carlos de Oliveira, e Ana Joaquina Divino, uma primeira propriedade na fazenda São Miguel, com benfeitorias como casa de morada coberta com telhas e um paiol, além de sementes, engenho, monjolo, cereais, cana, café, bananal e vários pés de abacaxi, pelo valor de 600 mil réis⁶¹. No entanto, notamos que apenas três dias após a última compra, Tibério vendeu para José Francisco Padilha o equivalente a 15 alqueires da mesma terra⁶², isto é, 363 mil metros quadrados pelo valor de 350 mil réis.

Esse curto intervalo entre as duas últimas negociações nos mostra que talvez Tibério possuísse interesse meramente especulativo por aquelas terras, comprando-as em partes maiores para depois vendê-las repartidas e em valores menores: situação que relativamente aumenta o valor do metro quadrado vendido, tornando-o especulador de terras locais. Tanto que no ano seguinte, em 1865, passou a se envolver exclusivamente com a São Miguel, onde realizou três novas negociações.

Em março, Tibério comprou de Antônio Joaquim Lial e Sabrina Maria de Jesus, outra parte da São Miguel pelo valor de 500 mil réis.⁶³ Em junho, já vendia por 219 mil réis parte da Fazenda a João Ferras Cardoso⁶⁴, repetindo o padrão do ano anterior. O registro dessa última venda menciona que a terra em questão chegou a possuir duas casas de morada, mas que restavam então apenas mato e capim, e que, na verdade, essas terras compunham uma unidade formada por diversos títulos que Tibério havia adquirido. Esses apontamentos no registro de compra e venda, nos levam a pensar que talvez Tibério desmanchasse as benfeitorias para manejar a venda da terra com mais facilidade. Assim, poderia negociar o tamanho que fosse necessário sem se preocupar com as edificações existentes.

Em outubro daquele ano fez uma nova negociação com o mesmo João Ferras, mas, dessa vez, Tibério foi quem adquiriu, por força de hipoteca, uma nova parte da São Miguel, investindo 3 contos e 400 mil réis em uma área da fazenda já reconhecida como bairro, conforme indica o próprio registro⁶⁵. Essa dívida se pagará com as mesmas terras, como veremos pouco mais adiante. Fato é que onze dias após esse episódio, Tibério procura pelo cartório de notas e registra um pagamento feito a José Francisco Padilha no valor de 10 contos e 800 mil réis⁶⁶, referente a um acordo feito entre eles, que, infelizmente, não conseguimos identificar entre as documentações existentes. Esse registro de “público recibo” segue informando que, apesar de tal pagamento, Tibério deixava ainda um restante da dívida de quase 3 contos de réis, com vencimento em agosto de 1866, ano em que assumiu um cargo público no vilarejo, indicado, a princípio, ao próprio Padilha. O que ninguém sabia é que Padilha iria ficar detido na Guerra do

61 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 10, fls. n.º 60v. até 61v. de 12 de outubro de 1864.

62 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 10, fls. n.º 63 e 64 de 15 de outubro de 1864.

63 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 11, fls. n.º 03v. até 05 de 27 de março de 1865.

64 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 11, fls. n.º 30v. até 35v. de 02 de junho de 1865.

65 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 11, fls. n.º 75 até 77 de 03 de outubro de 1865.

66 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 11, fls. n.º 77 e 77v. de 14 de outubro de 1865.

Paraguai⁶⁷, e não há indícios que tenha voltado de lá. O pagamento do restante da dívida jamais foi registrado, nem mesmo nos anos seguintes à guerra. Para nós, ficam então as seguintes questões: que tipo de acordo Tibério realizou com Padilha que valesse, naquele período, quase 14 contos de réis? E como um jovem de apenas vinte e cinco anos possuía tamanha quantia?

Não sabemos ao certo, mas o padrão que vimos na *Tabela 3* nos leva a pensar que o acordo pudesse estar relacionado a alguma negociação de terras, ou imóveis, na região de Descalvado. Já a quantia, talvez procedesse de seu próprio trabalho como contador no vilarejo, contabilizando, inclusive, os negócios de João Franco. Ou ainda, essa quantia fosse proveniente de um suposto dote, recebido por Tibério pelo casamento com Deolinda. Sobre isso, Moura nos diz que embora tenha havido uma diminuição desse costume ao longo do século XIX, principalmente em São Paulo, onde se formava novas classes como a de pequenos proprietários, comerciantes e profissionais liberais, a prática do dote ainda era mantida, porém, adaptada aos recursos disponíveis⁶⁸. Ou será que esses recursos apresentados por Tibério vinham de sua própria família? A qual não sabemos exatamente a posição social porque simplesmente não encontramos nenhum registro a seu respeito, nem mesmo em Descalvado.

Até aqui, o que podemos afirmar é que entre os anos de 1864 e 1865, além do valor acordado com Padilha, Tibério investiu um total de 4 contos e 800 mil réis em compras de terras na vila do Belém do Descalvado. E desse montante, apenas 300 mil réis não foram destinados à São Miguel, considerando ainda que grande parte do valor total foi hipotecado, ou seja, um investimento pago em prestações. Já as vendas que Tibério realizou não passaram de 569 mil réis de recebimento, significando que houve mais investimentos nas compras do que, de fato, lucros sobre as vendas.

De todo o modo, ao olharmos na *Tabela 3*, notamos que Tibério parece ter interrompido suas negociações no vilarejo entre 1866 e 1867. Isso, porque em janeiro de 1866, na residência de um sujeito chamado Bernardino José Pereira, houve uma cerimônia de posse dos primeiros vereadores locais eleitos, ocasião em que foi inaugurada a Câmara Municipal de Belém do Descalvado. Ali, Tibério assumiu o cargo de secretário da Câmara Municipal⁶⁹, indicado pelo vereador Dr. Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, que, recém nomeado com maior número de votos, tornou-se presidente do legislativo fazendo indicações a outros cargos da Câmara. Na verdade, o Dr. Queiroz havia indicado para secretário o já mencionado Padilha, mas como esse achava-se preso por insubordinação no Forte de Itapura, onde então servia o Império na guerra contra o Paraguai, acabou designando o jovem Tibério para o controle da secretaria da Câmara. Mas, por que, na ausência de Padilha, Tibério foi o escolhido para inaugurar o cargo de secretário daquela freguesia?

67 KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. Conheça Descalvado. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Descalvado*. Descalvado, p. 26. No prelo.

68 MOURA, Denise A. S. de. Mulheres e dote no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 246-247, jan. 2002.

69 KASTEIN, op. cit., p. 26.

Tibério poderia residir no vilarejo há tempos e, por isso, ser bem relacionado naquele lugar. Mas, acreditamos que tenha mesmo se mudado para lá em função do casamento com Deolinda, que foi viver no vilarejo ainda em 1857. Naquele ano, Tibério possuía apenas dezessete anos, o que nos impossibilita pensar que teriam se casado nesse período, ou antes dele. Além disso, Tibério surge nos registros de Descalvado já entrelaçado à família Franco. Portanto, sendo Tibério um jovem recém-chegado ou não, com ou sem recursos próprios, o fato de Deolinda ser filha do Coronel Vacinador do vilarejo legitimava a obtenção de propriedades locais, bem como a ocupação de cargos políticos, devido à posição socioeconômica de João Franco. Fato é que pelas datas das transações notamos que o casal permaneceu em Descalvado por pelo menos nove anos, e embora Tibério demonstrasse naquele momento condições suficientes, ocupou o cargo de secretário por apenas dois anos, quando começou então a se desfazer de suas propriedades em Descalvado, incluindo a São Miguel.

A *Tabela 3* nos mostra ainda que somente em maio de 1868 Tibério pode quitar a hipoteca contraída em 1865. Mas, para isso, doou a João Ferras uma chácara dentro da própria Fazenda⁷⁰, se livrando da dívida com a devolução das próprias terras. Em dezembro, decidiu vender a ele mais cinco partes que possuía da São Miguel por 1 conto e 56 mil réis⁷¹. Ainda no mesmo mês, vendeu também a Cândido Gomes Braga uma casa de morada, localizada na Rua do Comércio, por 1 conto e 50 mil réis⁷². Podemos notar que nas transações da São Miguel, especificamente, Tibério já apresentava um aspecto de parcelamento da terra para a venda. Encontramos essa mesma característica quase 30 anos depois, quando mais experiente em suas negociações, parcelará as terras da Vila Tibério para venda, dedicando especial atenção àquele loteamento.

Passados cinco anos de todos esses acontecimentos, em 1870, Tibério, contando então 33 anos de idade, voltou a aparecer nos registros da vila do Descalvado. Desta vez, envolvido no caso da escrava Ana, que penhorada por meio particular de José Maria da Costa a Joaquim Fernandes Lemes, fugiu do cativo gerando uma briga judicial acerca do valor da penhora. Naquele momento, Tibério se apresentou como Guarda-livros e liquidou, por meio de empréstimo, a dívida imposta a Joaquim pela fuga da escrava. Esse episódio, ocorrido em 1873, colocou Tibério como comprador da dívida de Joaquim, passando esse a dever não mais para José Maria, e sim, para Tibério.⁷³ Isso nos mostra que, talvez, Tibério não estivesse envolvido apenas em negociações de terras ou imóveis, mas também em oportunidades de negócios de qualquer esfera, inclusive empréstimos de dinheiro. Quem sabe fosse ainda uma espécie de capitalista do período? Pela *Figura 7*, podemos conhecer sua fisionomia, provavelmente em meados de 1880, com aproximadamente 40 anos de idade, através da única fotografia encontrada.

70 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 04, fls. n.º 65 v. até 67 de 21 de maio de 1868.

71 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 04, fls. n.º 99 e 100 de 03 de dezembro de 1868.

72 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 05, fls. n.º 01 e 02 de 11 de dezembro de 1868.

73 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 11, fls. n.º 26 v. e 27 de 29 de janeiro de 1873.

Figura 7: Tibério Augusto Garcia de Senna



Fonte: Jornal da Vila (2015).

Seguindo os passos de seu sogro, foi também membro da maçonaria. Tamanho era seu envolvimento que, em meados de 1875, aparece novamente nos registros de Descalvado⁷⁴ em meio a uma procuração coletiva feita pelos maçons do Brasil, direcionada ao conselheiro Saldanha Marinho*. O documento legitimava poderes ao conselheiro para que os representasse no poder imperial, ou junto ao corpo legislativo, reclamando a manutenção dos direitos dos maçons brasileiros e estrangeiros. No documento, os direitos reivindicados eram relativos ao estado civil, batizados, liberdade religiosa, entre outros, mostrando que Tibério atuava pelos direitos dos Maçons no Brasil**.

Diante disso, entendemos que, depois de seu nascimento no sul de Minas, Tibério manteve uma trajetória completamente desconhecida, e, sem sabermos por quais circunstâncias, acabou migrando para Descalvado e casando-se com a filha do Coronel Vacinador do vilarejo,

74 Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado – Livro 15, fls. n.º 06 e 07 de 11 de dezembro de 1875.

* Joaquim Saldanha Marinho era grão-mestre da Maçonaria no Brasil. Advogado e político brasileiro, foi deputado provincial e geral, escritor e também redator. (Cf. DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Joaquim Saldanha Marinho**. Dibrarq, 2017.) Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/marinho-joaquim-saldanha-1816-1896>

** Segundo Silva, a maçonaria teria chegado ao Brasil em meados do século XVIII, solidificando-se de fato no XIX. Tinha como principal inimiga a Igreja Católica, instituição que claramente condenava a maçonaria em todo o mundo. No Brasil, os maçons eram formados pela elite política nacional, que difundia um pensamento racionalista e liberal. (Cf. SILVA, Marcos José Diniz. **História da Maçonaria**: memória coletiva, escrita histórica e legitimação de uma potência no Ceará. São Paulo: Editora, 2010.)

que também havia migrado de outras terras. Ainda jovem, Tibério se envolve em algumas oportunidades de negócios, movimentando, nos doze anos em que muito provavelmente esteve naquele vilarejo, um montante de no mínimo de 18 contos de réis.

Tibério e a família Franco permaneceram em Descalvado até meados de 1876, quando deixaram aquela vila em direção a outras terras de maior ascensão na região. Os caminhos percorridos por eles ilustram o fluxo de migração que ocorria para o novo oeste paulista no período. Nesse sentido, chama-nos a atenção a quantidade de locais em que João Franco teria adquirido terras desde que deixa o Vale do Paraíba. Além de Descalvado e Brotas, surgiram novas propriedades em Araraquara, Sertãozinho, Ribeirão Preto, entre outras localidades.⁷⁵ Como sua fonte primária de ganhos estava voltada à especulação fundiária, tendo como pano de fundo o café, o gado e o comércio de escravos, era natural que migrasse de acordo com a valorização que as terras apresentavam. E a década de 1870, submetida à marcha cafeeira, apontava a valorização para o novo oeste paulista.

Quando o plantio de café alcançou a região de Ribeirão Preto, João Franco, que vinha numa sequência de aquisições de terras, avistou juntamente com Tibério, amplas oportunidades para continuação dos negócios da família. Por esse motivo, continuariam a migrar tendo como próxima e última parada, a vila do Ribeirão Preto.

Em 1876, o cenário encontrava-se bastante modificado. Os registros daquele ano, deixados pela Junta Municipal, ao classificarem o quadro eleitoral local, identificaram Tibério residindo no “Segundo Quarteirão” dessa Vila, sendo também *eleitor geral* da paróquia⁷⁶, uma posição considerável no colégio eleitoral, significando que além de estar oficialmente fixado na vila do Ribeirão Preto, possuía renda anual superior, ou igual, a 200 mil de réis.*

Ao que tudo indica, Tibério teria chegado a essas terras um ano antes de João Franco, que somente em março de 1877 aparece nos registros de Ribeirão Preto, assumindo o posto de fabriqueiro local⁷⁷. Como vimos, João Franco mantinha o perfil de homem público, uma irrefutável conduta do coronelismo, e, na vila do Ribeirão Preto, não teria feito o contrário, pois esteve expressivamente envolvido com os cargos públicos locais. Tanto que dois meses depois de tornar-se fabriqueiro, foi nomeado o primeiro coletor de impostos da Vila, inaugurando a

75 GODOY, Coronelismo em... op. cit., p. 55-56

76 CAMARGO, José Benedito S. O Processo eleitoral em Ribeirão Preto – 1876 a 1886. **Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, p. 12. No prelo.

77 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto – Caixa 5A, processos antigos de 19 e 21 de março de 1877.

* Em regra, eleitores imediatos ou gerais deveriam ser obrigatoriamente homens livres e possuir idade mínima de vinte e cinco anos, com exceção dos militares, casados, bacharéis e religiosos. Para candidatar-se como *eleitor imediato*, o sujeito deveria possuir renda líquida mínima anual superior, ou igual, a 100 mil réis, podendo assim eleger vereadores, juízes de paz e eleitores gerais. Para candidatar-se como *eleitor geral*, a renda líquida mínima anual deveria ser superior, ou igual, a 200 mil réis, visto que, essa qualidade de eleitor possibilitava a escolha não somente de vereadores e juízes de paz, mas também de senadores, deputados e conselheiros da província. Poderiam, inclusive, concorrer a esses cargos, desde que, nomeado eleitor geral, comprovassem renda líquida mínima anual superior, ou igual, a 400 mil réis para senadores e/ou rendimentos anuais de 800 mil réis para deputados. Ou seja, o cenário político brasileiro lançava critérios que enquadravam apenas uma fatia da população, e que detinha certo poder aquisitivo, tornando evidente a hierarquia política bem como a exclusão de larga parcela da população sob o direito a participação política de forma igualitária. (Cf. CAMARGO, no prelo.)

coletoria conforme noticiado no jornal da época⁷⁸.

Essas nomeações indicam não somente a presença da família no auge da marcha cafeeira para Ribeirão Preto, como também a posição socioeconômica que ocupava no povoado, mesmo que recém-chegada. Talvez essa velocidade no envolvimento de João Franco com a política local se justifique pela forma como teria chegado àquela Vila.

No mesmo mês em que se tornou fabricante, protagonizou a mais onerosa aquisição de terras da região, comprando de Ananias José dos Reis uma parcela de terras da fazenda Laureano pelo valor de 33 contos de réis.⁷⁹ De acordo com Zamboni, o valor dessa compra seria muito elevado para a época. A autora afirma ter sido a maior transação executada na região, em que nenhuma outra foi registrada com valor próximo ou semelhante.⁸⁰ Mas, será que João Franco teria investido tamanha quantia nessas terras apenas pelo aparente deslocamento da monocultura para a região? E, em meio a outras localidades que compunham o novo oeste paulista, por que optou pela vila do Ribeirão Preto para lançar seu maior investimento?

Acontece que um ano antes de sua compra, o agrônomo Luís Pereira Barreto* teria feito algumas expedições em Ribeirão Preto, coletou amostras do solo local, enviou para análise na Europa, e publicou seus resultados no Brasil.⁸¹ Não por acaso, no mesmo ano da publicação, Tibério partiu em direção à vila do Ribeirão Preto. Pereira Barreto enaltecia demasiadamente essa vila e reforçava sua predileção dizendo que: “O Ribeirão Preto é o vasto repositório em que a “Flora Brasileira” se ostenta em sua mais enérgica e deslumbrante expressão. [...] Graças às suas terras excepcionais, a província de São Paulo é a única que escapará ao naufrágio geral da nossa lavoura.”⁸²

As descobertas de Pereira Barreto impactaram a monocultura de tal forma que teriam ainda motivado algumas visitas como a de Martinho Prado Júnior*, uma figura emblemática desse período que a partir de sua passagem pela Vila em 1877 inicia uma série de publicações sustentando que Ribeirão Preto era a “saída para a crise que ameaçava de morte a cafeicultura brasileira”, então concentrada no Vale do Paraíba fluminense. “Ribeirão Preto” – conta

78 PARTE OFFICIAL. **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano XII, n. 03412, p. 2, 02 maio 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709557&pagfis=13726>

79 ZAMBONI, **Processo de formação...** op. cit., p.77.

80 Ibid., p. 77.

81 WALKER e BARBOSA, op. cit., p. 40.

82 MUSEU DO CAFÉ FRANCISCO SCHMIDT. **Filhos do Café** Ribeirão Preto da terra roxa, tradicional em ser moderna. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010. p.12

* Luiz Pereira Barreto foi médico sanitarista e agricultor brasileiro diplomado pela Universidade de Bruxelas, na Bélgica, para onde enviou amostras das terras de Ribeirão Preto com o objetivo de serem analisadas cientificamente. Embora tenha sido atuante na medicina e contribuído demasiadamente com a ciência médica, foi o responsável pela introdução do café tipo Bourbon na região de Ribeirão Preto, e pela difusão da qualidade das terras locais através de seus vários artigos publicados no jornal A Província de São Paulo. (Cf. LAGES, 2016.)

** Martinho Prado Júnior foi político e agricultor, formado pela faculdade de Direito de São Paulo. Assim como Pereira Barreto, Martinho difundia as qualidades das terras da região de Ribeirão Preto, chegando a comprar parte da fazenda Guatapará de João Franco de Moraes Octávio, onde, inclusive, alcançou uma das maiores produções de café do mundo, apoiando-se na imigração italiana. (Cf. SOUZA, Ana Carolina V. de. Martinho Prado Júnior: um empresário agrícola no interior paulista. **A Revista Histórica**, São Paulo, ed. 35, abril. 2009.)

Martinho – “constitui o maior dote da província de São Paulo [...] Àqueles fazendeiros da província que amam o trabalho e [...] desejam fazer fortuna, eu recomendo uma peregrinação àquelas regiões.”⁸³

Foi então que João Franco decidiu mudar-se definitivamente para a vila do Ribeirão Preto, comprando as terras de Ananias José dos Reis e edificando sua nova casa de morada, a fazenda Monte Alegre⁸⁴. Vejamos o casarão construído por ele nas *Figuras 8 e 9*.

Figura 8: Vista do casarão da fazenda Monte Alegre, em meados do século XX.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F024.

83 POCAI, Elvino. **In Memoriam: Martinho Prado Júnior**. São Paulo, 1944. p. 19.

84 DA FAZENDA DE CAFÉ A CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ENSINO E PESQUISA. **Jornal da USP**, Campus Ribeirão Preto, 24 outubro 2016. Disponível em: jornal.usp.br/?p=281845

Figura 9: Vista da fazenda Monte Alegre, meados do século XX.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F061.

Como vimos anteriormente, Zamboni destaca que João Franco comprou também uma pequena parte da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, que fazia divisa com as terras da fazenda Laureano por ele adquiridas, e então, “[...] uniu essas duas partes em um só bloco e nele formou e organizou a nova fazenda.⁸⁵” Será exatamente sobre essas terras da Ribeirão Preto Abaixo que, a partir de 1890, Tibério construirá o seu próprio bairro.

Embora algumas bibliografias apontem que a Vila Tibério foi erguida em cima das terras da fazenda Laureano, os dados cartoriais obtidos detalham as primeiras vendas do loteamento a partir da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo. Há, naturalmente, uma confusão sobre o ponto de partida da Vila, pois, Tibério obteve a posse de parte de ambas as fazendas na mesma época. Entretanto, a parte correspondente à Laureano foi vendida integralmente a um só comprador, o que não aconteceu com a Ribeirão Preto Abaixo, que foi vendida em pequenos lotes, formando a Vila Tibério, como veremos mais adiante.

De todo o modo, Zamboni destaca que João Franco dedicou-se bastante a essa nova propriedade, plantando milhares de pés de café, incluindo a instalação de máquinas de beneficiamento.⁸⁶ Apesar de ter sido um alto investimento, essa aquisição representa apenas a

⁸⁵ ZAMBONI, *Processo de formação...* op. cit., p. 78.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 78.

primeira de uma sequência de partes que ele compraria para ampliar e consolidar seu patrimônio em Ribeirão Preto.

É interessante notar que no período em que João Franco investiu na vila do Ribeirão Preto, ele capitalizou um solo em pleno processo de valorização acelerada, inclusive de maior salto dos preços, se comparado à valorização dos anos seguintes. A *Tabela 4* ilustra a média dos valores da terra entre os anos de 1876 e 1891, em que se nota o valor do hectare quase triplicado em 1877, fato que não ocorre nos próximos anos, mesmo com o aumento contínuo dos preços.

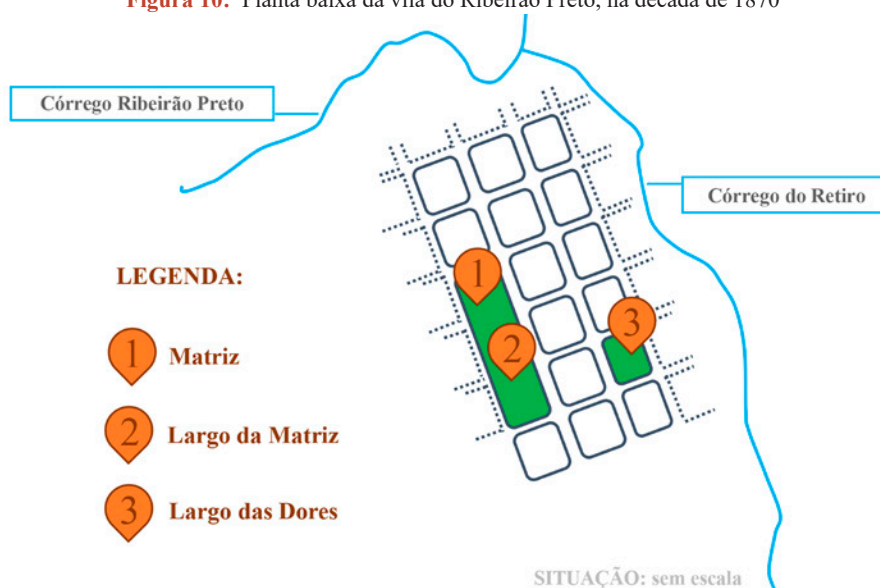
Tabela 4: Preço médio do hectare de terra em Ribeirão Preto entre 1876 e 1891

ANO	PREÇO MÉDIO DO HECTARE (em réis)
1876	3\$845
1878	8\$440
1879-1883	14\$592
1884	23\$603
1885	25\$572
1886-1888	32\$624
1891	31\$068

Fonte: BRIOSCHI (1999, p. 111)

Naturalmente, essa súbita valorização é justificada pelo incremento da cafeicultura que alcançava a região. Para termos ideia, em 1869, era 3.000 a quantidade de habitantes locais, passando para 12.033 habitantes em 1890 e 59.195 habitantes em 1900.⁸⁷ Esses números evidenciam nada menos que o poder de atração que o café exercia para a região. Podemos ver, pela *Figura 10*, o dimensionamento local na década de 1870, período no qual Ribeirão tornou-se Vila pela Lei Provincial de nº. 67, e que Tibério e João Franco vieram a se estabelecer nesse

Figura 10: Planta baixa da vila do Ribeirão Preto, na década de 1870



Fonte: Adaptado de ZAMBONI (2012).

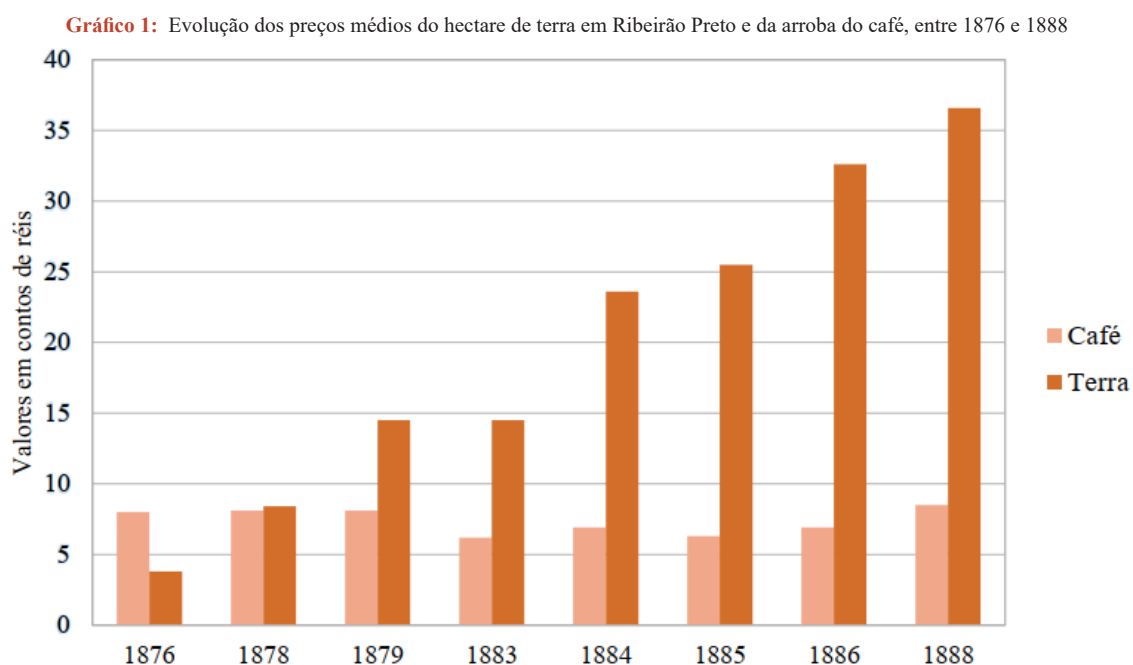
87 WALKER e BARBOSA, op. cit. p. 40.

povoado. O local era formado por apenas dezesseis quarteirões, distribuídos estrategicamente próximos aos córregos Ribeirão Preto e do Retiro, adotando a mesma regularidade de traçado que será tão recorrente nas cidades paulistas do período.

Como podemos perceber, apesar da valorização da terra pela presença do café, Tibério e João Franco alcançaram uma Ribeirão Preto ainda muito embrionária. Diante disso, negociaram suas terras, ocuparam seus arrabaldes e, pela comercialização, consolidaram um patrimônio local constituído por sítios, fazendas e até mesmo a formação de um bairro. As oportunidades encontradas por essa dupla de forasteiros modificaram por completo o desenho de Ribeirão Preto, pois, suas negociações vão expandi-la para além dos limites naturais que a delimitavam, fazendo-a então ultrapassar o córrego do Ribeirão Preto e erguer sobre a sua margem direita a Vila Tibério.

2.2 A constituição do patrimônio

Como vimos, a cafeicultura aumentou significativamente os preços da terra em Ribeirão Preto. Embora o mesmo não acontecesse com os preços do café, a sua introdução naquela região trouxe uma valorização que dinamizou o incipiente mercado de terras. Seja no novo oeste paulista ou no Vale do Paraíba, os preços do café mantinham-se estáveis. O *Gráfico 1* ilustra a evolução e relação de ambos no período entre 1876 e 1888, vejamos.



Fonte: Adaptado de BRIOSCHI (1999, p. 111) e COSTA (2010, p. 240)

Diante de um cenário dúbio – estabilidade no preço do café e alta no preço da terra –, Godoy nos diz que João Franco ocupou praticamente sete municípios vizinhos à vila do Ribeirão Preto. O autor destaca que apesar de não ter sido o fazendeiro quem introduziu a monocultura no local, foi quem a desenvolveu em larga escala de produção⁸⁸. João Franco fazia uso de maquinário a vapor para o beneficiamento do café⁸⁹ que, paradoxalmente, era operado pela mão de obra escrava. Inclusive, João Franco incorporava também considerável capital escravista ao seu patrimônio, ao manter a maior escravaria da região⁹⁰. A *Tabela 5* o destaca entre os maiores negociantes de 1889 a 1930.

Tabela 5: Maiores negociantes por somatória de compras e vendas de terra em Ribeirão Preto, entre 1889 e 1930

NEGOCIANTE	SALDO
Francisco Schmidt	3.233:674\$975
Arthur de Aguiar Diederichsen	1.222:612\$357
Iria Alves	734:054\$000
● João Franco de Moraes Octávio	617.182\$987
Domiciano Leite de Assis	526:334\$466
Antônio Silvério de Alvarenga	483:029\$577
Joaquim Ignácio da Costa	477:066\$248
Francisca Silveira do Val	377:641\$184
Fernando Ferreira Leite	366:148\$346

Fonte: FORNER (2017, p. 35)

É importante lembrar que João Franco faleceu ainda no século XIX, isto é, dos quarenta anos compreendidos tabela, o Coronel negociou apenas dez. Os trinta anos de negociações que sucederam sua morte não foram suficientes para superá-lo entre os maiores negociantes locais. Francisco Schmidt, por exemplo, será protagonista das negociações somente a partir do século XX, período em que a região de Ribeirão Preto atravessou o apogeu da cafeicultura*.

Embora João Franco estivesse entre os maiores negociantes, existiam algumas contradições em relação aos seus métodos de atuação no grande mercado rural. Primeiro: a mão de obra escrava adotada por ele – em detrimento da imigrante que vinha ganhando espaço na região –,

88 GODOY, *Coronelismo em...* op. cit. p. 55-56

89 Camara municipal. *Almanach da Província de São Paulo*, São Paulo, quinto anno, p. 482, 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/829161/per829161_1887_00005.pdf

90 GODOY, *Coronelismo em...* op. cit. p. 55-56

* Francisco Schmidt foi um colono alemão que, tendo saído dos cafezais em meados de 1870, acabou abrindo um comércio de secos e molhados na região do novo oeste paulista. No mesmo período, trabalhava também com a corretagem de café, o que o levou a abandonar o comércio e investir na compra de fazendas na região. Em Ribeirão Preto, encontrou algumas oportunidades que o fizeram crescer economicamente a tal ponto de ser chamado “Rei do Café”, quando se tornou o maior fazendeiro da região. (Cf. FORNER, Larissa Aparecida. **Francisco Schmidt: o colono que se tornou o ‘Rei do Café’ (1890-1924)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.)

o levará a falência ainda no século XIX quando grande parte de seu investimento estará perdido com o fim da escravidão. Esse fenômeno, inclusive, será um dos gatilhos para a formação da Vila Tibério. Segundo: tinha como base para suas aquisições de terra o crédito hipotecário. Esse último modelo apresentado colocava o bem adquirido como garantia do empréstimo realizado, em que era cobrado juro baixo e estipulado um longo prazo para o pagamento. Sendo assim, com o abolicionismo, o que poderia acontecer a alguém que mantinha boa parte de seus investimentos em cativos e parcelas de hipotecas para liquidar? Essas são questões que veremos um pouco mais adiante, por agora, vamos conhecer os meios utilizados por essa família para construir um patrimônio local.

2.2.1 O contrato

No período cafeeiro ocorreu com muita frequência a utilização do sistema de hipoteca para aquisição de terras, e Marcondes nos diz que o mercado paulistano de hipotecas era empregado em 93% dos casos por intermédios particulares, ou seja, oferecido por pessoas físicas. Além da característica escassa de capitais, natural de uma sociedade em pleno início de seu desenvolvimento, essa circunstância se dava em função da ineficiência dos meios oficiais de empréstimos, executados pelo sistema bancário nacional do século XIX.⁹¹

Marcondes conta que a “[...] presença de instituições formais de crédito mostrava-se limitada. No período 1865-1920, os bancos realizaram apenas 2,6% das hipotecas, mas compreenderam 41,5% dos valores transacionados.”⁹² Ou seja, embora o sistema bancário fosse inconsistente na extensão de seus empréstimos, acabava por contemplar as transações mais elevadas. Isso porque as condições de financiamento eram opostas às da lavoura, e seus riscos e flutuações, sobretudo em relação aos prazos e taxas exacerbadas de juros que dificultavam, ou até mesmo tornavam inviável, o financiamento por intermédio dos veículos oficiais.

Por esse motivo, os fazendeiros recorriam às relações pessoais, uma vez que oportunizavam operações de créditos mais maleáveis. Marcondes conta que “as redes de crédito estabelecidas favoreceram os grandes devedores com ligação pessoal, familiar ou de nacionalidade com seus credores [...]”⁹³ Foi dessa forma que, amparado pela hipoteca privada, João Franco assinou um contrato por meio de particulares, Ananias José dos Reis e Bernardo Alves Pereira*, admitindo receber dos referidos a quantia de 43 contos e 26 mil réis em moedas correntes. Como garantia, João Franco ofereceu as próprias terras da fazenda Monte Alegre que havia comprado de

91 MARCONDES, Renato Leite. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 776. Out./Dez. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612014000400004>

92 *Ibid.*, p. 776.

93 MARCONDES, Renato Leite. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914) *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 307. Abr./Jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614824rlm>

* Bernardo Alves Pereira foi igualmente proprietário de parte da fazenda do Laureano. Ele aparece nas escrituras em 1874 – ano de início dos registros oficiais de compra e venda daquelas terras –, quando faz uma aquisição de Antonio Maciel Pontes.

Ananias no ano anterior.⁹⁴

O modelo de hipoteca assumido por João Franco constitui nada mais que a expressão de um acordo realizado entre ricos proprietários de terras, sendo os contratos atestados em cartório de modo a assegurar às partes os seus bens. A hipoteca foi lavrada em 14 de fevereiro de 1878, no 1º cartório de registro da vila do Ribeirão Preto, trazendo uma escritura acompanhada de um contrato.⁹⁵

Essa escritura indica o campo geográfico da fazenda, demarcando de forma clara as divisas das terras em questão. Já o contrato relata detalhadamente os valores investidos pelos integrantes: dos 43 contos e 26 mil réis concedidos a João Franco, pertenciam a Ananias José dos Reis o montante de 32 contos e 602 mil réis, e a Bernardo Alves Pereira, o restante de 10 contos e 724 mil réis. Um elemento significativo dessa negociação consiste no período de vencimento, estabelecido em um intervalo de doze meses a contar das assinaturas do referido contrato. Ou seja, com expiração em 14 de fevereiro de 1879, conferindo ainda juros de 1% ao mês caso não houvesse o devido pagamento conforme os termos acordados. Como testemunhas do ocorrido, assinavam Eloy Franco de Moraes Octávio e Hafonso de Assis Pinto – o filho e o advogado de João Franco –, e por último, o escrivão Francisco de Macedo.

A essa altura dos acontecimentos, é importante lembrar que dos três fazendeiros envolvidos no conchavo, dois eram residentes na vila do Ribeirão Preto, exceto Ananias, que se declarava residente no termo de Cajuru e estava sendo representado por uma figura importante nessa trama, o procurador Antonio Bernardino Velloso. Por causa dessa negociação, Velloso sofrerá uma tentativa de morte, como veremos mais adiante.

Frente às características da negociação, notamos que o prazo estipulado para quitação de tamanha dívida hipotecária, instituído em doze meses, revelaria talvez a capacidade do fazendeiro de conseguir, nesse intervalo de tempo, capital suficiente para liquidar por completo o seu débito. Condição que demonstra uma larga escala financeira proporcionada pelos cafezais. Mas, seria esse o caso de João Franco?

De acordo com a escritura de compra e venda da fazenda Laureano, no mesmo ano em que assumiu essa elevada dívida, o Coronel João Franco deu continuidade à aquisição de mais seis parcelas dessas terras, ampliando ainda mais os domínios da Monte Alegre. Vejamos na *Tabela 6*.

94 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: escritura de hipoteca da fazenda do Laureano de 14 de fevereiro de 1878.

95 Id., 1878.

Tabela 6: Aquisições de terras para ampliação da fazenda Monte Alegre, ano de 1878

VENDEDOR	DATA	VALOR DA TRANSAÇÃO
Matheus José dos Reis e Francisco José Ferreira	18 de março	4.700\$00
Joaquim José da Silva e Maria Eulalia de Oliveira e Silva	29 de março	3.000\$00
Francisco Custódio Braga e Vitória Maria de Jesus Bartolomeu Custódio Braga e Christina Custódio Silva	03 de abril	1.400\$00
Flávio Gonçalves de Sousa e Maria Francisca das Chagas	26 de julho	1.500\$00
Maria Borges do Carmo	20 de novembro	1.000\$00
Maximiniano de Arantes Marques e Maria Joaquina Sacramento	13 de dezembro	4.000\$00

Fonte: ZAMBONI (1978, p. 114-120)

Podemos notar que as duas primeiras compras foram realizadas em março de 1878, isto é, um mês após o recebimento do dinheiro da hipoteca. Em seguida, houve novas compras de terras em abril, julho, novembro e dezembro, indicando que naquele ano, João Franco passou cinco meses adquirindo terras da Laureano para acrescer à Monte Alegre, e investindo a importância de 15 contos e 600 mil réis. Ao que nos parece, essa quantia aplicada por ele era produto de sua recente negociação hipotecária.

Essas sucessivas aquisições engendradas por João Franco caracterizavam uma tendência à monopolização dessa área, associada ainda a uma tentativa de aglutinação dessas terras, movimento contrário ao que havia ocorrido a partir de 1850, quando a terra se torna mercadoria, sendo repartida para venda pela família Reis.

Fato é que quase três meses após o vencimento do contrato, a hipoteca da Monte Alegre será reclamada judicialmente pelos seus hipotecantes como sequestro de terras, em meados de abril de 1879⁹⁶ – mesmo ano em que a vila do Ribeirão passou a se chamar vila de Entre Rios, pela lei provincial de n.º 34 de 7 de abril. Ananias e Bernardo tentaram reaver junto ao juiz as terras da Monte Alegre, uma vez que o pagamento da quantia devida não foi realizado dentro do prazo por João Franco. Muito provavelmente, foi a partir desse protesto que surgirá a tentativa de assassinato de Antonio Bernardino Velloso, o procurador de Ananias, a quem João Franco devia a maior quantia do empréstimo. Mas, por que justamente o procurador?

2.2.2 A tentativa de morte do procurador

Era onze de abril de 1879 quando da sala da Comarca Municipal da vila do Ribeirão Preto, o juiz de direito Hyppolito de Camargo faz a seguinte determinação: “expeça-se ordem ao Carcereiro da Cadeia para no dia de amanhã as 11 horas apresentar perante este juiz o paciente, e officie-se a autoridade vos ordenou a prisão para dar informações a respeito.”⁹⁷ O

96 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Sequestro de João Franco de Moraes Octávio de 24 de abril de 1879.

97 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

carcereiro, Antonio Joaquim de Souza, um sujeito de quarenta e tantos anos e já viúvo, vinha da província de Minas Gerais, vivia mesmo de negócios nessa vila, e ocupava o cargo por alguns dias em substituição ao carcereiro oficial que havia feito uma viagem para fora do termo. Por esse motivo, o incumbido de interpelar o réu e o conduzir à cadeia foi o sargento comandante do destacamento Geraldo Ignácio das Chagas, um rapaz de vinte e cinco anos que chegara recentemente da capital da província a Ribeirão. Tomando então a ordem despachada pelo juiz em exercício na causa, Geraldo partiu com um oficial de justiça em busca de João Franco de Moraes Octávio.⁹⁸

Acontece que no dia anterior, José Pedro de Almeida, um homem que morava com seus filhos na fazenda Monte Alegre, relatara ao delegado de polícia que havia recebido ordens para dar fim à vida de Antonio Bernardino Velloso, o procurador. Longe disso, em vez de cumprir tal incumbência, deu queixa de João Franco, trazendo com ele uma testemunha, Eusébio Silvino de Carvalho. Sob tal acusação, João Franco acabou detido por Geraldo às seis horas da manhã na Monte Alegre, local onde então residia.

Juntamente com o oficial de justiça, o sargento entregou o réu ao carcereiro substituto e indicou que o apresentasse no dia seguinte ao juiz, para dar esclarecimentos sobre a tentativa de morte de Velloso. Portanto, ficaria retido o acusado até que o juiz solicitasse seus esclarecimentos.

O coronel João Franco jamais aceitaria a cadeia. Antes mesmo de ser chamado a depor, tratou de enviar algumas cartas ao juiz Hyppolito travando um monólogo quase desesperado. Na primeira delas, dizia que estava preso erradamente por uma suposta tentativa contra Velloso, e que não deveria, o juiz do crime, crer em José Pedro de Almeida, que se tratava de um “vagabundo”, “ébrio”, de péssimo comportamento, que “não merecia o menor critério”. Acusou ainda José Pedro de ser caluniador e autor de uma “[...] elevada injúria contra um pai de família que em breve irá a sepultura” – contava aqui sessenta anos de idade.

Sobre atentar contra a vida de Velloso, conta que, na verdade, tinha ouvido de José Pedro, mas que não dera importância justamente porque era ébrio. E explica ser lógico e contundente que “[...] se por ventura o passiente perdesse a razão humana, e tomasse tal resolução tão funesta, não procuraria um homem vise sempre embriagado e mui mintiroso para tão monothono fim.” Termina a carta “jurando aos santos” ser verdade o quanto alegava.⁹⁹

Não obtendo resposta, oferece em uma outra carta às suas testemunhas, insistindo que essas poderiam também lhe falar sobre a real conduta de José Pedro. Chega a requisitar hora e local, com a presença do promotor público, para que o juiz colhesse os depoimentos. Conclui dizendo que: “O fim do paciente é demonstrar o allegado e mudar para qualquer casa que sirva de cadeia visto que acha-se numa cadeia immunda e nojenta por falta de aceio em geral.”¹⁰⁰

98 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

99 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

100 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

Em todo o processo, podemos notar que, acima da lei, existia a forte presença do moralismo na ideia do Coronel. Para ele, bastou apontar negativamente a conduta de um “subalterno”, oferecendo também um conjunto de depoimentos que indicasse o seu bom caráter em detrimento ao de Almeida, para que então pudesse se livrar do impasse em que havia se metido. Mas, onde está a moral, quando se planeja usar alguém, um subordinado, para tirar do seu caminho um simples procurador?

Sabemos que a figura de um coronel está associada a uma política de mandonismo que detém o controle das instituições e é visto com temor pelos demais membros da comunidade local. Ao que nos parece, o caso de João Franco era um pouco diferente. Não era ele quem submetia o poder local, pelo contrário, o poder local o submetia. Podemos notar essa fragilidade de relações quando, em resposta, o juiz lhe afirma: “[...] a parte pode apresentar testemunhas de defesa tão somente no plenário, em vista do que diz o Cod. do Crime, quando trata a formação da culpa, não tem lugar o que pede [...]”¹⁰¹. Nesse sentido, vale o questionamento: que tipo de coronel era João Franco que, além de denunciado por alguém subordinado a ele, foi submetido à Lei como qualquer cidadão comum daquela Vila? Um blefe, talvez? Ou será que estaria mais seguro na cadeia, uma vez que já estava sendo cobrado pela dívida?

É importante lembrar que havia dois juízes envolvidos no processo, Hyppolito de Camargo, anteriormente citado, e também Luiz Antonio da Cunha Junqueira, como suplente: ambos atuavam em consenso. A essa altura, entendiam que manter João Franco detido era sinônimo de resguardar Velloso, já que esse corria risco de morte. Mas, de dentro da cadeia, o Coronel fez-se cada vez mais incisivo. Alegava que a inquirição das testemunhas era um meio de defesa, e que não lhe poderia ser negado. Cobrava dos juízes elementos do processo, como a certidão em inteiro teor do depoimento de Eusébio de Carvalho a respeito de sua prisão ou, ainda, certidões de garantia de justiça ou de determinação de culpa.

Pelo teor das cartas, podemos notar um empenho, por parte de João Franco, em mostrar que nada tinha a ver com o crime, ou melhor, com a tentativa dele. Mas, sobretudo, empenhava-se em provar que a lei o assegurava o direito à liberdade. Da cadeia, enviou inúmeras cartas com tentativas frustradas, situação que acabou em um pedido oficial de *habeas-corpus*, como veremos a seguir.

2.2.3 A sentença

Sabemos que o *habeas-corpus* não precisa, necessariamente, ser empunhado por um advogado, mas, notamos que se João Franco não o fosse, tinha bastante intimidade com o código de crimes brasileiro. Curiosamente, ele mesmo escreverá e assinará a própria ação judicial de soltura, em abril de 1879.

101 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

Parecia consumir leituras europeias, pois, irá utilizar como fonte um jurista alemão que defendeu justamente a reforma do processo penal, questionando o regimento prisional do período. Tratava-se de Carl Joseph Anton Mittermayer, que escreveu o “Tratado da prova em matéria criminal”¹⁰², obra em que defendia o cárcere apenas para aqueles que possuíssem provas concretas do ato criminoso. As ideias de Mittermayer vinham ao encontro de suas preocupações, uma vez que argumentou sua soltura por ausência de provas, ou melhor, nesse caso, pela qualidade depreciativa das testemunhas depoentes. Para complementar sua defesa, apoiou-se ainda nas teorias do Conselheiro Joaquim Inácio Ramalho, jurista brasileiro que, segundo Hirata¹⁰³, frisava a importância da conciliação entre a teoria e a prática do direito.

Foi por esse viés que João Franco passou a alegar uma espécie de conspiração contra ele, dizendo que “o crime de tentativa [...] é claro que [...] fora applicado ou por erro ou por capricho”, pois a ausência de consumação não o tornava um criminoso, já que era acusado pela intenção de praticar o assassinato. Também acusou o juiz, mencionando que ele “[...] não conferio a expressa determinação dos arts. [...] do cod. do crim. Vê-se que é letra morta, e isso não daria com juis justiceiro”.¹⁰⁴

Dando sequência em sua defesa, afirmou que “uma suposta tentativa desconhecida por os criminalistas fôra applicada ao pasciente para ter lugar a prisão[...]”. E que “tal tentativa de morte como no caso vertente ainda não foi applicado quer pelos criminalistas da Europa Moderna quer pelos escriptores brasileiros”. Apoiando-se então nos juristas já mencionados, alegou que “quando por ventura houvesse tentativa praticada pelo pasciente, era necessária duas testemunhas contentes acima de toda a exceção* [...], parece que essas leis p. o juis Mal. do Crime é letra morta.” E “aproveita em seu favor o Conselheiro Ramalho, elementos do Processo Crim. 1ª edição 5221”, dizendo que “não podia ser applicada a prizão preventiva ao pasciente e sim a José Pedro de Almeida”, argumentando que

“1º a prizão preventiva se applica aos criminosos de morte e tentativa de morte, não tentativa frojada e interpretada de semelhante maneira [...], 2º que o criminoso per’ante o direito é a testemunha José Pedro de Almeida e essa testemunha que devia achar-se prezo, não só como doutor de semelhante desordem, como vagabundo [...] como preceptuam as leis vigentes; anda vagando as ruas desta Villa e o juis Mal. do Crime não trata de tal prizão.”¹⁰⁵

102 MITTERMAYER, C. J. A. **Tratado da Prova em Matéria Criminal**. Tradução: Alberto Antonio Soares. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000146.pdf>

103 NOTÁVEIS DO DIREITO. **Jornal Carta Forense**, São Paulo, 3 maio 2012. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/joaquim-inacio-ramalho-o-barao-de-ramalho/8631>

104 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

105 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

* Nesse caso, entendemos a palavra contente como sentido de conteúdo, conter algo: testemunhas que juram conter alguma informação relevante.

Ao final, lembra ao juiz que “o pasciente espera justiça em VE^a. concedendo a ordem de Habeas-Corpus, a um innocente, vítima de injustiça notória e de perseguição [...]”.¹⁰⁶

Em suma, a lei determinava que João Franco poderia achar-se preso, uma vez que duas pessoas testemunhassem o acontecido. Mas, nesse caso, João Franco insistia em desmoralizar os depoentes numa tentativa clara de desacreditá-los, para que seus depoimentos perdessem o valor judicial. Embasado nisso, o Coronel argumentou que tudo não passava de uma perseguição na qual ele era a vítima, devendo achar-se preso o verdadeiro causador de toda a “desordem”, José Pedro de Almeida.

Diante de todo o conflito, o juiz finalmente expediu a sentença. Depois de uma longa argumentação técnica desenvolvida por ele, concluiu que “[...] se o Juiz determinou a prisão do paciente foi porque achou procedência na requisição do Delegado de Policia, e que, se este requisitou, foi porque achou aplicável ao caso [...]”. E que “não se pode dizer (1º do artg. 353 do Codg. Do Procs.) que não houve justa causa para ella;” Ao final do processo, sentencia que: “O paciente não soffre constrangimento indevido, julgo improcedente o recurso intentado, e pague o mesmo as custas.”¹⁰⁷

Não sabemos ao certo como se deu o desfecho desse episódio de tentativa de assassinato de Velloso, no entanto, uma publicação feita no periódico *Jornal da Tarde*, de São Paulo, mostra que o pedido de *habeas-corpus* do Coronel Franco acabou sendo aceito, porém, somente em 30 de abril daquele ano, ou seja, quase vinte dias depois do primeiro pedido. Vejamos o que diz a publicação a seguir.

“ Hontem, no tribunal da relação, o sr. Presidente declarou que se achava sobre a mesa uma petição de *habeas-corpus*, requerida pelo cidadão Luiz Gonzaga Pinto da Gama, em favor de João Franco de Moraes Octavio, preso na cidade do Ribeirão-Preto. Feito o sorteio, e sendo juizes os srs. Gama, Uchôa, Rocha, Brito e Nogueira, lida e exposta a matéria da petição pelo presidente, concederam a pedida ordem de *habeas-corpus* e designaram a sessão do dia 9 de Maio para apresentação do paciente, prestando o juiz que ordenou a prisão os esclarecimentos sobre a legalidade dela.¹⁰⁸ ”

Como podemos notar, João Franco conquistou a liberdade somente depois de mover, em instâncias superiores, um novo pedido de *habeas-corpus* elaborado por um advogado contratado. E é bem provável que tenha comparecido à sua audiência em São Paulo logo após a concessão de liberdade. Ao que nos parece, não voltou a ser detido novamente, pois, no mês de setembro, achava-se solto e se envolvendo novamente em outra negociação conflituosa, como veremos a seguir.

106 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

107 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

108 NOTICIÁRIO. *Jornal da Tarde*, São Paulo, ano I, n. 00175, p. 2, 30 abril 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=713120&pagfis=681&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

2.2.4 Novos conflitos, etc.

Se em abril de 1879 o Coronel Franco era protestado por “sequestro de terras” e procurava se desvencilhar da acusação de tentativa de assassinato de Velloso, em dezembro daquele mesmo ano volta a aparecer nos autos da vila do Ribeirão Preto, dessa vez, por uma permuta feita com terras endividadas.

A confusão teve início ainda em setembro, quando João Franco por si, e como procurador de sua mulher Gertrudes, se compromete por vias de contrato com a permuta de uma de suas fazendas situada na grande área da Lageado*, a Guatapará. O lugar possuía 690 alqueires de terra, onde 670 eram próprios para o cultivo do café, sendo o restante composto por vegetação de cerrado. A negociação contemplava a troca com Manoel Monteiro Diniz Junqueira das terras da Guatapará por outras em Sertãozinho. Terras essas de medida aproximada a 670 alqueires e mais benfeitorias, como casas de morada cobertas com telhas de barro e capim, e oitenta e tantos mil cafeeiros danificados por uma geada.¹⁰⁹

Somente nessa negociação, compreendemos dimensões em torno de 16 e 16,7 quilômetros quadrados de terra de apenas uma das fazendas de João Franco, que havia chegado na região há apenas dois anos. Acontece que três meses depois do acordo feito, Manoel, acompanhado de sua mulher Maria Guilhermina de Lemos, adentrou o cartório da vila do Ribeirão com uma petição em mãos entregando ao escrivão Antonio de Castilho, quem rapidamente encaminhou o documento ao juiz. O que ninguém sabia, ou melhor, o que apenas João Franco sabia, era que as terras da Guatapará estavam hipotecadas à Joaquim Bernardino Pinto Machado e outros. E era esse, justamente, o apelo de Manoel ao juiz. O homem contestava o fato de haver se passado noventa dias da negociação sem que João Franco lhe transferisse a propriedade da fazenda Guatapará.

Deparando-se então com a hipoteca, pediu sua urgente quitação para que fosse executada a troca e assim passada, imediatamente, a escritura em seu nome, ou então, no mínimo, para que fossem reavidas as suas terras da Sertãozinho. Mas um detalhe que agravou o caso é que o contrato assinado implicava em uma multa de 20 contos de réis à parte que não cumprisse o acordo firmado, multa essa que Manoel também reivindicava receber amigavelmente ou judicialmente.

Intimados pelo protesto, João Franco e Gertrudes se justificaram dizendo que o motivo pela omissão da transmissão de propriedade foi dado por terceiros, especificadamente pelos credores hipotecários, que não haviam ainda lhes concedido a quitação, e nem concordado

109 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Protesto de João Franco de Moraes Octávio de 11 de dezembro de 1879.

* Segundo Zamboni, João Franco possuía pouco mais de nove mil alqueires de terra na fazenda do Lageado. Isso significa que detinha mais de 217,8 quilômetros quadrados dessa fazenda, onde a Guatapará representava um quinhão de apenas de 13,04% da área total de sua posse. Mais tarde, João Franco também irá negociar parte da Guatapará com Martinho Prado, referência da cafeicultura no período. Nessa mesma época, sua parte na grande Lageado foi avaliada em 72 contos e 519 mil réis. (Cf. ZAMBONI, 1978.)

com a respectiva permuta. Por que então negociaram a troca de uma terra endividada, sem o reconhecimento de seus credores?

Tibério aparece atuante nesse conflito e a partir desse episódio passa a fazer várias negociações em Ribeirão Preto. No caso da fazenda Guatapará, foi testemunha dos pais de sua mulher, e recebeu o escrivão Castilho em sua própria casa para então registrar o contraprotesto que João Franco e Gertrudes moveram. Os Franco de Moraes requereram não pagar amigavelmente, e nem judicialmente, a multa conhecida por todos no contrato que assinaram, solicitando ainda a intimação de Manoel e sua esposa para realizar uma retificação da escritura de permuta.

Infelizmente, não localizamos o restante da documentação desse processo para tomarmos conhecimento sobre o fim que levou o protesto da Guatapará. Por outro lado, não nos interessa aqui a Lageado ou as fazendas surgidas a partir dela. Levamos em conta esse caso apenas para ilustrar, assim como vimos na Monte Alegre, o padrão de comportamento dessa família nas negociações, e os meios que utilizavam para constituir o patrimônio local. Talvez, pudéssemos associar esse tipo de situação/comportamento às crises vinculadas ao capitalismo da década de 1870, quando houve recessão geral, envolvendo o Brasil numa agitação relacionada ao modelo de mão de obra, mas, sobre esses fatores, falaremos mais adiante.

Como pudemos perceber, esse grupo familiar vinha migrando pelo interior paulista em busca de oportunidades, deslocando-se de acordo com a valorização que o lugar apresentasse. Embora Tibério tenha partido do Sul de Minas Gerais e a família Franco do Vale do Paraíba, juntaram-se no interior paulista negociando em primeiro lugar a terra, e depois alguns elementos oriundos dela, não deixando de se envolverem estreitamente com o corpo político dos locais em que passavam. Ao que nos parece, o caminho que apontasse maior possibilidade de negócios e lucratividade era a trilha que seguiam. Mas, será que os negócios que faziam pelo interior paulista eram sólidos? Trataremos desse assunto no capítulo a seguir.



03

A bancarrota: dispersão de bens e a formação da Vila Tibério



Até aqui, entendemos os motivos que levaram Tibério e os Franco de Moraes a migrarem pelo novo oeste paulista, e de que forma o patriarca da família conduziu suas primeiras negociações em Ribeirão Preto. Neste último capítulo, trataremos dos padrões e modelos de negócios adotados por eles no município, percebendo como suas escolhas resultaram no loteamento Vila Tibério. Mas, antes, é preciso entender o papel do Brasil e de Ribeirão Preto no movimento da economia mundial no final do século XIX. Vejamos a seguir.

3.1 A “Grande Depressão” e as modificações no quadro econômico brasileiro

Se o café e, conseqüentemente, o comércio de terras traziam grande desenvolvimento à região de Ribeirão Preto, foi porque o Brasil se integrava a uma lógica econômica vivida por grande parte do mundo. Eric Hobsbawm nos diz que no final do século XIX o capitalismo mundial enfrentou algumas depressões agudas relacionadas à superprodução: denominadas de a “Grande Depressão”. O autor conta que o cenário de alta na produção mundial baixou a lucratividade, e que, apesar disso, o crescimento do comércio estrangeiro seguiu de forma vertiginosa, gerando então uma crise de endividamento internacional.¹¹⁰ O Brasil, assim como alguns países sul-americanos, foi indispensável para refrear essa crise e contornar seu curso.

Hobsbawm afirma que as décadas da depressão formaram um péssimo momento para os agricultores em geral, sendo esse setor, sem dúvidas, o mais vitimado pelo declínio dos lucros. Se antes a produção crescia copiosamente, nas décadas seguintes ela inundou o mercado mundial, deixando os preços agrícolas severamente atingidos. Em vista disso, houve as mais

¹¹⁰ HOBBSAWM, Eric J. A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 61.

variadas reações dos agricultores, dependendo da riqueza e da estrutura política de seus países. As consequências iam desde a agitação eleitoral à rebelião, incluindo a pobreza e a fome.¹¹¹

Enquanto cresciam as economias industriais alemã e americana, países como a Suécia e a Rússia conheciam então a Revolução Industrial. Surgiram na Irlanda, Sicília e Romênia revoltas camponesas e agitações entre 1879 e 1894. Países que não mais possuíam campesinato, como a Grã-Bretanha, tiveram sua agricultura atrofiada, desaparecendo dois terços das plantações de trigo entre 1875 e 1895. Já outros países, como a Dinamarca, modernizaram a sua agricultura investindo ainda em produtos animais. Governos como o da Alemanha, França e Estados Unidos, optaram pelas tarifas alfandegárias, mantendo os seus preços mais elevados.¹¹²

As reações não governamentais mais comuns foram a emigração e a formação de cooperativas, essa última voltada aos sem terras, ou sem liquidez. A emigração em massa de países como a Itália, Espanha, Áustria-Hungria, Rússia, entre outros, foi a saída que manteve a pressão social abaixo do ponto de rebelião ou revolução. A salvação era escoar o excedente da população.¹¹³ Nesse cenário, os países ultramarinos recém-chegados à economia mundial, como no caso do Brasil, tiveram seu momento ápice de crescimento mais intenso. Os níveis de investimento estrangeiro na América Latina foram tamanhos que as instalações ferroviárias chegaram a quintuplicar em terras argentinas e brasileiras no último quartel do século XIX, direcionando para esses países uma média de até 200 mil imigrantes por ano.¹¹⁴ Mas, diferente de outros países sul-americanos, o Brasil vivia naquela época sob forte pressão abolicionista, e o imigrante representava a possibilidade de substituição da mão de obra servil.

Se a escravidão negra no Brasil vinha declinando desde a abolição do tráfico, como vimos anteriormente, a partir de 1870 ela se mostra duramente abalada. Já não era capaz de suprir a demanda dos setores cafeeiros mais recentes, tendo em vista que quase todas as fazendas de café surgidas a partir de 1880 eram constituídas unicamente pela mão de obra livre.¹¹⁵ Beiguelman nos diz que em 1879 teve início, de fato, a campanha abolicionista. Naquele ano, as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais lançaram impostos de 1 conto e 500 mil réis e 2 contos de réis, respectivamente, sobre o averbamento do escravo. Em São Paulo, o Clube da Lavoura estabeleceu em 1881 uma taxa de 2 contos de réis para cada escravo averbado na província, e paralelamente concedia 150 contos de réis para custear as passagens dos imigrantes, direcionando parte desse valor para a construção de uma hospedaria na capital*. Em 1882,

111 HOBBSAWM, op. cit., p. 62.

112 Ibid., p. 63.

113 Ibid., p. 63.

114 Ibid., p. 61.

115 PRADO JR., op. cit., p. 190.

* A Hospedaria de Imigrantes, situada no bairro da Mooca na capital paulista, foi inaugurada em meados de 1887, e tinha como principal função abrigar o fluxo migratório que adentrava o país. Além de acolher os imigrantes nas dependências do prédio e encaminhá-los aos seus destinos, pela Agência Oficial de Colocação e Trabalho, mantinha algumas estruturas como hospital, serviços médicos e odontológicos, lavanderia, cozinha, farmácia, laboratório e também serviços de correios. A partir de 1930 passou a receber trabalhadores migrantes de outros estados nacionais, encerrando suas atividades somente em meados de 1978. Estima-se que em seus noventa e um anos de funcionamento, a Hospedaria abrigou, em média, 2,5 milhões de pessoas de mais de setenta nacionalidades diferentes. (Cf. MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO SÃO PAULO. **Sobre o MI/História**. São Paulo.)

o Ceará entra em cena, taxando em 1 conto e 500 mil réis cada escravo que fosse vendido para fora da província. Esses acontecimentos alimentavam ainda a propagação da campanha abolicionista no Nordeste açucareiro, levando a uma maior agitação no sentido da libertação.¹¹⁶ Tanto que, no ano seguinte, o Ceará irá se tornar a primeira província livre do Brasil.¹¹⁷

Com a abolição cearense, os movimentos libertadores rapidamente se espalharam pelas províncias que possuíam menor quantidade de escravos. O Amazonas, por exemplo, taxou cada escravo no valor de 100 mil réis, criando com esse recolhimento um fundo de emancipação para toda a província. Em São Paulo, uma lei promulgada em 1884 determinou que sobre cada escravo empregado na lavoura o imposto anual seria de 3 mil réis, sendo esse valor também convertido em gastos com as despesas de imigração. Para cada escravo não atuante na lavoura, o valor anual era de 5 mil réis, e o recolhimento direcionado para o fundo de emancipação criado pela Lei do Ventre Livre.¹¹⁸

Essas condições levavam, cada vez mais à inviabilidade, e, portanto, à depreciação do braço escravo na lavoura, intensificando ainda mais o movimento de alforria. Tãmanha era a pressão exercida que, em 1886, surgia a Sociedade Promotora da Imigração, criada unicamente para a entrada de imigrantes no país. Em março de 1888, um mês antes da abolição, o imposto anual sobre cada escravo existente na província de São Paulo saltava consideravelmente para 400 mil réis.¹¹⁹

Como vimos, o panorama de enfraquecimento da escravidão naturalmente impulsionava a instauração de medidas de fomento para a imigração. Além disso, no cenário internacional, de um lado estava os Estados Unidos, fazendo políticas de restrição a imigração, e de outro, a Itália, encontrando na emigração a saída para sua crise política e social. Se em 1875 a emigração italiana para o Brasil era quase nula, em 1876 subia para 7 mil o número de pessoas, atingindo no ano seguinte 13 mil entrantes italianos no país.¹²⁰ Já em 1886, era pouco mais de 30 mil imigrantes que adentravam o Brasil, e esse número cresceria ainda mais no ano seguinte, passando para 55 mil. No próprio ano da abolição, o número de imigrantes entrantes saltou vertiginosamente para 133 mil, se mantendo superior a 100 mil por todos os anos, até a virada do século.^{*121}

116 BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 65.

117 Ibid., p. 64.

118 Ibid., p. 66.

119 Ibid., p. 67.

120 PRADO JR., op. cit., p. 88-89.

121 Ibid., p. 190.

* É importante lembrar que a imigração europeia representa um tipo de corrente povoadora, seja por uma política oficial de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados em obter mão de obra. Essa ideia de povoamento teve origem ainda com a chegada da Coroa portuguesa ao Brasil, pelo cenário preocupante que encontraram para a instalação de uma monarquia então privada de sua base europeia. Havia grande necessidade de reformas, e a situação de Portugal era pouco favorável. Além disso, a Guerra do Prata que despontou logo após a chegada do rei em terras brasileiras, acabou envolvendo o país em um sério conflito. Para então reestabelecer a plena soberania, era necessário reconstituir a força armada brasileira, já que metade da população era formada por escravos, e a outra parte, por “indivíduos heterogêneos ou mal assimilados”. Nesse sentido, a política de povoamento representava uma base segura para o trono português, que encontrará na imigração uma saída. Como o tráfico africano representava ainda a principal corrente povoadora do Brasil, somente com a possibilidade do fim da escravidão é que a imigração europeia passou a ocupar o primeiro plano das cogitações brasileiras, principalmente pelo sentimento de eugenia e “embranquecimento” da população que ocupava a mentalidade da época. (Cf. PRADO JR., 2006.)

Corroborando Hobsbawm, Caio Prado nos diz que a segunda metade do século XIX foi o período de “maior transformação econômica do Brasil”, quando as forças produtivas do país se expandiram e modificaram, significativamente, a vida material brasileira.¹²² Para termos ideia, depois de 1860, foram fundadas 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, e finalmente 8 de estradas de ferro¹²³, indicando que o Brasil progredia fortemente no setor econômico. Porém, o envolvimento de cinco anos com a Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870, colocou expressivamente em risco a economia brasileira que estava em plena formação e crescimento. O episódio da Guerra do Paraguai deixará as finanças brasileiras seriamente comprometidas*, tanto que o Império irá se extinguir sem que o Brasil tenha estabelecido uma ordem financeira. Apesar disso, Caio Prado afirma que o período entre 1870 e 1880 é marcado como o de maior prosperidade nacional.¹²⁴

Devemos lembrar que todo esse crescimento ocorrido na segunda metade do século XIX esteve ligado não somente à entrada do Brasil como exportador de café na economia mundial, mas, principalmente, à abertura e expansão da ferrovia que possibilitava o transporte de cargas e pessoas. Sergio Silva nos diz que se não fossem as estradas de ferro, o desenvolvimento da economia cafeeira não teria acontecido, pois, antes das instalações ferroviárias, as mercadorias eram levadas aos portos em lombos de burros. Isto é, além da ferrovia eliminar com rapidez o obstáculo da distância, fazia cair em até seis vezes o valor do transporte.¹²⁵ Mas, se por um lado, os investimentos estrangeiros para a construção da malha ferroviária representavam maior agilidade na exportação do café, assim como melhores condições dos portos brasileiros¹²⁶, por outro, consolidar uma malha ferroviária no Brasil não foi uma tarefa tão simples.

Em 1828, o governo lançou uma autorização para que obras públicas como a abertura de estradas pudessem ser feitas por empresários brasileiros e estrangeiros**. Pouco tempo depois, em 1835, o Decreto Feijó – não confundir com a Lei Feijó*** – garantia o uso exclusivo de trecho por um período de quarenta anos à Companhia de estradas de ferro que ligasse a capital

122 PRADO JR., op. cit., p. 85.

123 Ibid., p. 192.

124 Ibid., p. 192-194.

125 SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985. p. 56.

126 MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal. In. LINHARES, M. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 308.

* Apesar do enfraquecimento de uma economia pós-guerra, o Brasil obteve a vitória do combate e garantiu a liberdade de comunicação, pelos rios Paraguai e Paraná, com a então província do Mato Grosso – além de ocupar uma pequena região fronteiriça de pouco interesse nacional. Essa conquista não trouxe grandes efeitos econômicos, visto que o Mato Grosso era, na época, uma província pobre e ainda sem perspectiva. Mais tarde, a via fluvial acabará perdendo a importância, sendo substituída pela estrada de ferro que ligará aquela província ao litoral Atlântico. (Cf. PRADO JR., 2006.)

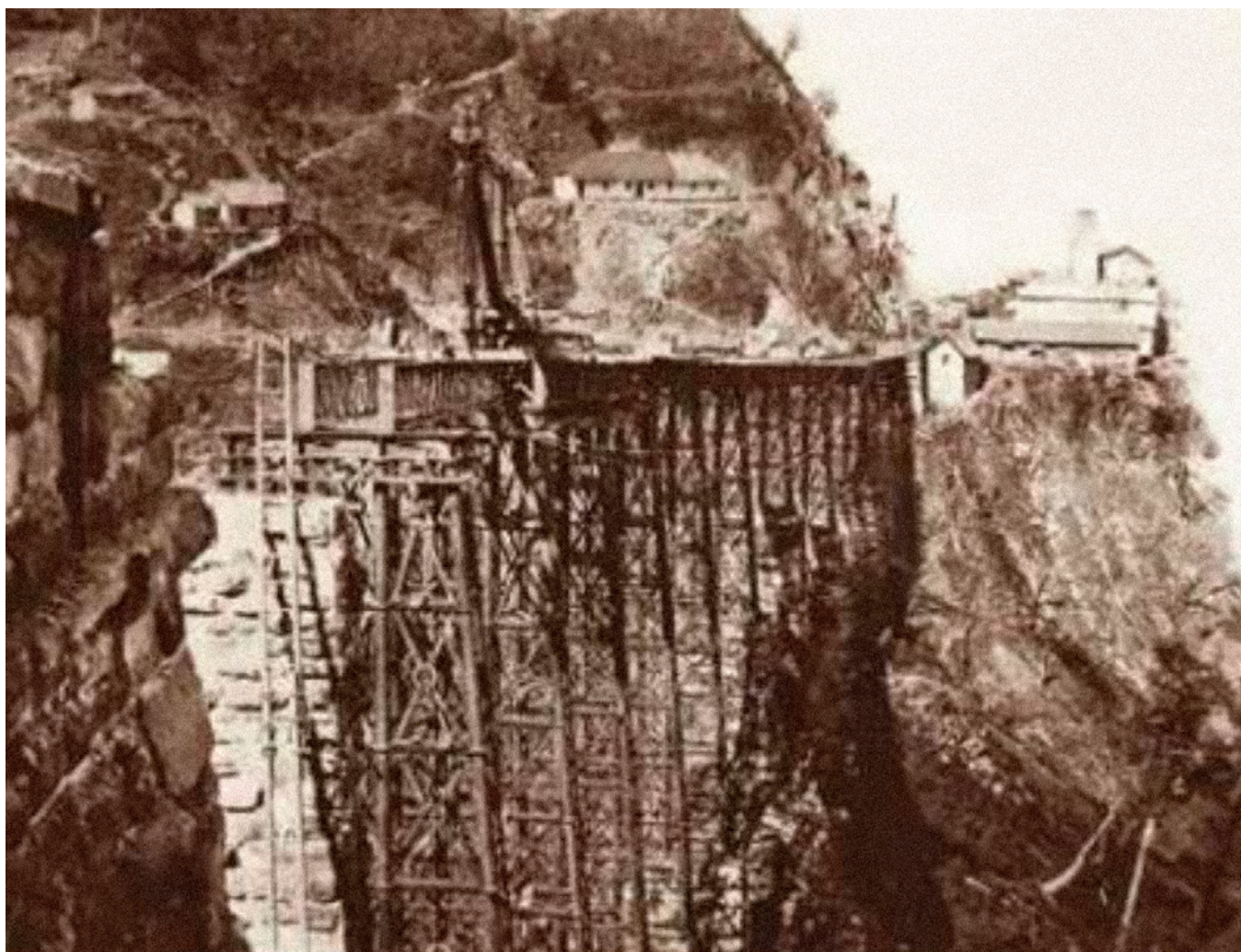
** Conferir a Lei de 29 de agosto de 1828 conhecida como Lei José Clemente, que estabelece que a execução de obras públicas no Brasil, como a construção de estradas, abertura de canais, pontes, calçadas e aquedutos, pudesse ser feita por empresas privadas.

*** Conferir Decreto de nº. 101 de 31 de outubro de 1835 que garante exclusividade de quarenta anos na exploração ferroviária à empresa concessionada.

do Império a Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Essas manobras oficiais indicam que o governo não somente incentivava, como também valorizava a iniciativa privada do transporte ferroviário no país.

Zamboni esclarece que o alto custo de construção dessas linhas, e também as condições técnicas precárias disponíveis, acabavam por inviabilizar a sua realização.¹²⁷ A autora conta que algumas iniciativas nacionais foram empreendidas sem sucesso, como a de Thomaz Cockrane e a da empresa Aguiar viúva, Filhos & Cia. E que foi o Visconde de Mauá e os marqueses de Monte Alegre e São Vicente que, recebendo a concessão da construção em 1860, transferiram seus direitos a uma companhia inglesa que passou a se chamar São Paulo Railway Company, instalando finalmente uma linha férrea entre as cidades de Santos e Jundiá, inaugurada para o tráfego somente em 1867.¹²⁸ As *Figuras 11 e 12* mostram o trecho da Railway referente à Ponte da Grota Funda, situado na serra de Santos, onde podemos ver a dificuldade em construir uma ferrovia em meio à serra do mar.

Figura 11: Construção do viaduto da Grota Funda na serra do mar, em 1864

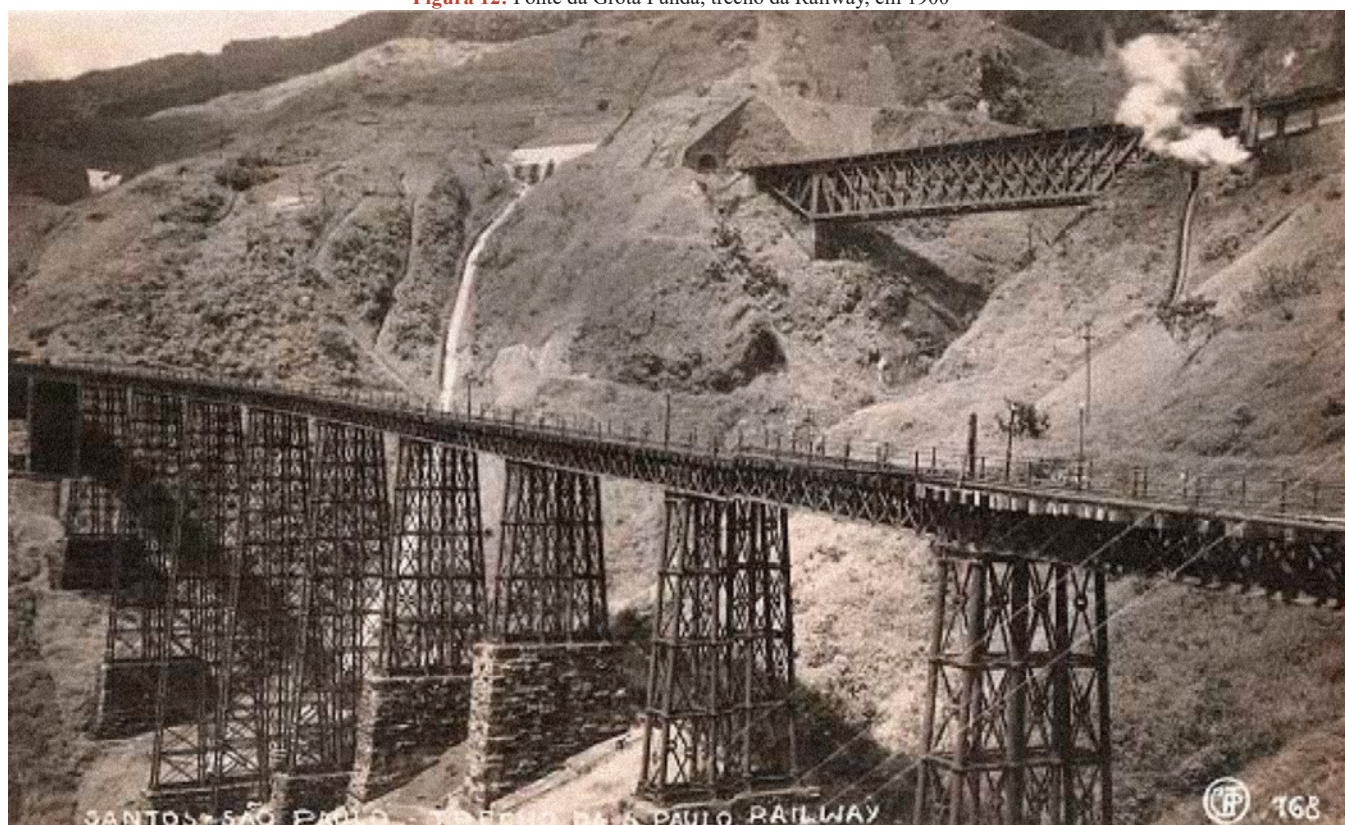


Fonte: ANTUNES, FERREIRA e PÁSSARO (2014).

127 ZAMBONI, Maria Célia. *A Mogiana e o Café*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, 1993. p. 11-12.

128 *Ibid.*, p. 11-12.

Figura 12: Ponte da Grotta Funda, trecho da Railway, em 1900



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2012).

Embora a Railway tivesse projeção de crescimento, obtendo a concessão para avançar mais uma instalação em direção a Campinas, e dali, levar outro ramal a Rio Claro, acabou desistindo de prolongar seus trilhos por não ter plena confiança no desenvolvimento econômico do interior paulista, muito pelas perdas que o país havia apresentado no envolvimento com a Guerra do Paraguai. Além do mais, já possuíam um monopólio de quase 140 quilômetros de extensão que funcionava há uma década, em média.

Para que os fazendeiros pudessem desenvolver seus negócios no interior, o sistema de transporte se fazia essencial, havendo, naquele período, grande necessidade de novas linhas férreas para escoar a larga produção de café que descia do interior, e que cada vez mais avançava para dentro da Província. Diante de tal situação, outras empresas ferroviárias foram emergindo com o objetivo de atender a demanda.¹²⁹ Na região do velho oeste paulista, por exemplo, nas cidades de Campinas e Jundiaí, foi impulsionado pelo então presidente da Província, Joaquim Saldanha Marinho, e também por fazendeiros, negociantes e capitalistas locais, a instauração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1868. Esta companhia veio interligar os dois municípios somente em 1872, mesmo ano de formação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, responsável pela ligação entre cidades de Campinas e Mogi Mirim.¹³⁰ Monbeig conta que houve muitas disputas e rivalidades entre essas empresas na época, obrigando ambas a

129 ZAMBONI, A *Mogiana e...* op. cit., p. 13.

130 *Ibid.*, p. 13.

adotarem estratégias específicas de expansão pelo interior¹³¹.

Diferente das Cias. Railway e Paulista, a Cia. Mogiana foi organizada exclusivamente pelo capital privado cafeeiro, como resultado do próprio interesse dos fazendeiros da região.¹³² Monbeig nos diz que a Mogiana foi a primeira “artéria” de penetração nas proximidades de Ribeirão Preto, possibilitando o rápido desenvolvimento do conjunto cafeeiro daquelas terras que, apesar de pouco povoadas, eram bem conhecidas e “balizadas” desde os tempos de colônia. O autor conta que seus trilhos não obedeciam a um traçado sistemático, seguiam apenas conduzidos pelos interesses dos administradores, produtores e comerciantes de café locais.¹³³ Foi assim que os trilhos incluíram a vila do Ribeirão Preto, em 1883, margeando as terras de João Franco de Moraes Octávio: as da fazenda Monte Alegre, que ele ampliaria com a instalação da ferrovia nas proximidades de sua propriedade. Vejamos as *Tabelas 7 e 8* o crescimento das linhas férreas da Cia. Mogiana no período entre 1870 e 1890, e também as datas em que foram inauguradas.

Tabela 7: Ampliação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, década de 1870

PERÍODO	ESTAÇÕES	LOCALIZAÇÃO
1875	Anhumas	Campinas
1875	Jaguary	Mogi-Mirim
1875	Tanquinho	Campinas
1875	Mogy Mirim	Mogi-Mirim
1875	Ressaca	Santo Antonio de Posse
1875	Amparo	Amparo
1875	Coqueiros	Amparo
1875	Pedreira	Pedreira
1878	Casa Branca	Casa Branca
1878	Engenheiro Mendes	Aguai
1878	Matto Secco	Mogi-Guaçu
1878	Mogy Guassú	Mogi-Guaçu

Fonte: Adaptado de ZAMBONI (1993, p. 55-56)

131 MONBEIG, op. cit., p. 174-175.

132 SILVA, *Expansão Cafeeira e...* op. cit., p. 57.

133 MONBEIG, op. cit., p. 174-175.

Tabela 8: Ampliação da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, década de 1880

PERÍODO	ESTAÇÕES	LOCALIZAÇÃO
1882	Penha	Itapira
1882	Córrego Fundo	Tambaú
1882	Lage	Santa Cruz das Palmeiras
1882	São Simão	São Simão
1883	Cravinhos	Cravinhos
1883	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto
1886	Caldas	Poços de Caldas
1886	Cascata	Águas da Prata
1886	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista
1886	Prata	Águas da Prata
1886	Batatais	Batatais
1886	Visconde de Parnaíba	Jardinópolis
1887	Cascavel	Aguai
1887	Franca	Franca
1887	Tambaú	Tambahú
1888	Carlos Gomes	Campinas
1888	Chapadão	Pedregulho
1888	Indaiá	Pedregulho
1888	Jaguara	Sacramento
1888	Rifaina	Rifaina
1888	Canaã	São Simão
1889	Conquista	Conquista
1889	Engenheiro Libôa	Conquista
1889	Cambará	Cambará
1889	Sacramento	Sacramento
1889	Uberaba	Uberaba
1889	São José do Rio Pardo	São José do Rio Pardo
1889	Engenheiro Gomide	São José do Rio Pardo
1889	Conseheiro Laurindo	Mogi-Guaçu
1889	Espírito Santo do Pinhal	Espírito Santo do Pinhal
1889	Motta Paes	Espírito Santo do Pinhal
1889	Nova Louzã	Mogi-Guaçu
1889	Alferes Rodrigues	Amparo
1889	Pantaleão	Amparo

Fonte: Adaptado de ZAMBONI (1993, p. 55-56)

A *Tabela 7* nos mostra que na década de 1870 a Mogiana implantou um total de 12 estações pelo interior paulista, sendo 8 delas inauguradas em 1875 e apenas 4 no ano de 1878. Vale notar que todas elas ficavam próximas a região de Campinas, exceto o ramal de Casa Branca, que situado na metade do caminho até Ribeirão Preto já indicava a direção que os trilhos seguiriam. Como podemos ver, na década seguinte esses números dobraram saltando para 28 a quantidade de estações inauguradas pela Mogiana, conforme mostra a *Tabela 8*. Mas, de todo o montante implantado durante os anos de 1880, apenas 15 estações foram inauguradas até 1887, sendo o maior número de implantação desta companhia ocorrido nos dois seguintes, quando foram abertas 6 estações em 1888 e mais 12 em 1889. A essa altura, a ferrovia já havia passado por Ribeirão Preto e então crescido para a região de Rifaina e Minas Gerais, alcançando, dali, o estado de Goiás, onde Monbeig indica que os trilhos seguiram com outro nome.¹³⁴

Seja como for, Caio Prado conta que, nessa época, diferentes empreendimentos industriais, comerciais e, sobretudo, agrícolas foram se multiplicando de forma constante.¹³⁵ Fatores como o enfraquecimento da mão de obra servil e a transição para a assalariada, a abertura e a expansão da ferrovia, e a entrada do Brasil como exportador no quadro econômico mundial, não sustentariam o regime imperial por muito tempo. E se no Império brasileiro o café vinha em marcha crescente, na República é que encontrará o seu apogeu, suplantando qualquer outro tipo de produção brasileira.¹³⁶ Nesse sentido, Fragoso nos diz que a crise de superprodução mundial baixou apenas em caráter momentâneo a produção cafeeira no Brasil, e que esse aspecto pode ser medido quando observamos que, no ano de 1880, eram produzidos 106 milhões de pés de café, saltando para 220 milhões em 1889, chegando ao final do século XIX com 520 milhões de cafeeiros. Isso, além dos 41 municípios emergidos em função dos cafezais na última década daquele século.¹³⁷ Fragoso conta ainda que a monocultura voltará a se expandir ainda mais em meados de 1910, quando formou 32 municípios até o ano de 1919.¹³⁸

Diante disso, Caio Prado destaca o café como a última das três aristocracias do país, onde “depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros do café se tornam a elite social brasileira.”¹³⁹ E era essa justamente a esfera socioeconômica que Tibério e a família Franco buscavam alcançar na vila do Ribeirão Preto quando partiram de Descalvado. Mas a entrada do regime republicano trouxe novos rumos para essa família que não passou para a República com suas finanças muito bem solidificadas, situação que contribuiu para o surgimento da Vila Tibério, modificando para sempre o entorno de Ribeirão Preto.

134 MONBEIG, op. cit., p. 174-175.

135 PRADO JR., op. cit., p. 194.

136 Ibid., p. 227.

137 FRAGOSO, João Luís. Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora. In. LINHARES, M. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 163.

138 Ibid., p. 163.

139 PRADO JR., op. cit., p. 167.

3.2 A chegada da ferrovia e as negociações nos anos de 1880

Como vimos, os anos que se seguiram a partir de 1870 foram de grandes transformações para o Brasil, sobretudo para o novo oeste paulista com a entrada da cafeicultura. Sabemos que foi logo nos primeiros anos daquela década, após a publicação de Pereira Barreto sobre as terras do Ribeirão Preto, que Tibério e a família Franco se mudaram para aquela Vila, investindo em benfeitorias nas terras que compraram onerosamente de Ananias. Também devemos mencionar que, na pessoa de João Franco, se envolveram com a política local, incluindo ainda algumas negociações conflituosas feitas por ele em relação à posse de terras na região. Se durante os anos de 1870 Tibério e os Franco de Moraes se aventuravam nas oportunidades do interior paulista, a partir de 1880 encontrarão em Ribeirão Preto condições para ampliar os seus domínios, fazendo daquele lugar a morada definitiva da família.

Depois de aproximadamente quatro anos que Tibério havia se instalado em Ribeirão Preto, podemos vê-lo, em 1880, negociando parcelas de terras em fazendas da região. A *Tabela 9* nos mostra o padrão de vendas locais feitas por ele na primeira metade daquela década.

Tabela 9: Negociações de Tibério em Ribeirão Preto, entre os anos de 1880 e 1884

DATA	OBJETO	VALOR	DIMENSÕES	COMPRADOR
RIBEIRÃO PRETO				
10/07/1880	terras na fazenda do Bananal	7 contos e 50 mil réis	96 hectares e 90 ares	Ferreira Brito & Cia., empresa do Rio de Janeiro.
10/07/1880	terras na fazenda do Sertãozinho	1 conto de réis	125 hectares e 84 ares	Mendes, Quirino & Pinto, empresa do Rio de Janeiro.
16/09/1882	terras na fazenda do Lageado	300 mil réis	-	Antonio Augusto Monteiro de Barros, negociante residente em São Paulo
22/12/1882	terras na fazenda do Bananal	1 conto de réis	121 hectares	Francisco Ribeiro de Barros, coletor de impostos em Descalvado
26/12/1882	terras na fazenda do Bananal	1 conto de réis	-	Joaquim Antônio da Silva
15/10/1883	terras na fazenda do Bananal	1 conto de réis	-	Francisco Ribeiro de Barros, coletor de impostos em Descalvado
24/10/1883	terras na fazendas do Macuco e Água Branca	2 contos e 500 mil réis	diversas partes de terra	Antonio [Euzébio] Braga e Mariana de Arantes Marques, ambos moradores de Ribeirão Preto
15/10/1884	terras na fazenda do Bananal	7 contos e 50 mil réis	-	Ferreira Brito & Cia., empresa do Rio de Janeiro

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de nº. 04-fls. 94 e 97; 04A-fl. 163; 12-fls. 125 e 127; 14-fls. 01 e 39; 16-fl. 21.

Os dados da tabela revelam que, naquele período, Tibério fez ao menos oito negociações de venda de terras na região, sendo as mais altas realizadas com uma empresa do Rio de Janeiro chamada Ferreira Brito & Cia., que investiu um total de 15 contos de réis em troca de duas porções de terras da fazenda do Bananal. Como podemos ver, a Ferreira Brito adquiriu essas terras em duas compras feitas no valor 7 contos e 500 mil réis, em datas distintas. Da mesma forma, Tibério vendeu por 2 contos de réis outras duas porções da Bananal, também em datas diferentes, ao coletor de impostos de Descalvado, Francisco Ribeiro de Barros. Enquanto que a Joaquim Antônio da Silva vendeu uma única porção de terras por 1 conto de réis.

Chamou-nos a atenção que, ao vender a grande gleba da Bananal, Tibério a repartiu em porções menores, vendendo-a em frações que variavam de 96 a 125 hectares, em média. E também, o fato de as mesmas pessoas comprarem essas parcelas de terra mais de uma vez e em datas diferentes umas das outras, reforça, novamente, a ideia de que Tibério vendia a mesma terra em várias partes. Tanto que iremos vê-lo desmembrar ainda mais a Bananal até 1889. Esse padrão de negociação, que já se mostrava em Descalvado com a São Miguel, passa a repetir-se não somente na fazenda do Bananal, mas também em outras fazendas, como a Sertãozinho, que teve uma primeira porção vendida a outra empresa do Rio de Janeiro, chamada Mendes, Quirino & Pinto, por 1 conto de réis, e a Lageado, que teve uma primeira porção vendida por 300 mil réis a um negociante de São Paulo chamado Antônio Augusto Monteiro de Barros*. Já as fazendas do Macuco e Água Branca, vendidas por 2 contos e 500 mil réis a Antonio Braga e Mariana de Arantes Marques, não mais aparecem nas negociações da segunda metade daquela década.

Antes de darmos continuidade aos negócios empreendidos por Tibério, devemos lembrar que foi justamente nessa primeira metade dos anos de 1880 que a ferrovia alcançou a vila do Ribeirão Preto, modificando significativamente o imaginário dos habitantes locais. Conforme nos conta Faria, a população foi acometida por certo deslumbramento: isso porque os trilhos representavam, além do desenvolvimento econômico, a ruptura com o ambiente rural, colocando então a população diante de uma nova cena urbana que tinha a ferrovia como expressão máxima da modernidade.

Esse novo cenário foi moldado por elementos higienistas e de embelezamento, e foi justamente por essa perspectiva que Rodrigo Faria define a vila do Ribeirão daquele período como “duas-cidades: uma intra-rios, moderna, higiênica e embelezada, outra, além-rios, desprovida das melhorias que acompanhavam esse trinômio de cidade burguesa.”¹⁴⁰ E é exatamente no além-rios, às margens da ferrovia, que Tibério irá implantar seu empreendimento em meados

140 FARIA, Rodrigo Santos de. **Ribeirão Preto, uma cidade em construção**: o discurso da higiene, beleza e disciplina na modernização Entre Rios (1895-1930) São Paulo: Annablume, 2010. p. 50-53.

* Antônio Monteiro de Barros foi político brasileiro no período imperial. Sua família era envolvida com altos cargos deste regime, como seu pai, Lucas Antônio Monteiro de Barros, que foi magistrado e Visconde de Congonhas do Campo, além de seus tios, Marcos Antônio Monteiro, senador, e Romualdo Monteiro de Barros, deputado geral e Barão de Paraopeba. (Cf. LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**: dados biográficos 1828-2001. Supremo Tribunal Federal, 2001.)

de 1903, dispensando especial atenção àquele local e intensificando a sua ideia de loteamento, como veremos mais adiante.

Na *Figura 13*, podemos observar o mapa da vila do Ribeirão Preto em 1884, ano seguinte a instalação da ferrovia. Notamos uma considerável expansão de sua área, se comparada às dimensões da década de 1870, como vimos anteriormente – *Figura 10*. Se antes Ribeirão Preto era composta por 16 quarteirões, na década de 1884 esse número subiu para 71 em média, ou seja, quase quintuplicou em relação à sua dimensão inicial em pouco mais de dez anos.

Figura 13: Planta baixa da vila do Ribeirão Preto, em 1884.



Fonte: GARCIA e BORTOLUCCI (2015)

Apesar de todo o entusiasmo pela chegada da ferrovia, a Mogiana não foi tão bem recebida por alguns cafeicultores e lideranças políticas do local, que não escondiam a predileção pela Paulista. Acontece que essas duas companhias já rivalizavam entre si há algum tempo por um motivo muito óbvio: a disputa pela instalação de seus respectivos trilhos nas grandes áreas de produção. Para termos ideia, a Câmara da vila do Ribeirão, na época, chegou a se indispor abertamente contra a Mogiana, pedindo a interferência da Assembleia Provincial a favor da instalação da Cia. Paulista, porém, não obteve sucesso.¹⁴¹ Poucos meses antes da inauguração da estação, uma ata mostra a insatisfação de um vereador local chamado Antônio Bento Ferreira Lopes, como podemos ver a seguir. O homem maldizia o local escolhido para a instalação da estação, expedindo um alerta com os seguintes dizeres

“Constando estar marcado o local para a estação da ferrovia desta vila, além do córrego do Ribeirão Preto, e sendo isso muito prejudicial, quer encarado pelo lado da comodidade pública, quer encarado pelo da salubridade, pois ficará muito distante para os moradores do centro e dos subúrbios da parte oposta da vila e é esse ribeirão considerado maleitoso e, além disso, sempre na estação das águas, sofre inundações que impelem a passagem para fora do leito. Por isso indico que a Câmara represente à Diretoria da referida Companhia, a fim de que seja feita esta estação em qualquer lugar dentro da povoação ou, pelo menos, além do córrego do Retiro (área dos Campos Elíseos e Jardim Paulista), que além de oferecer melhor comodidade pública, dispensará a Companhia de grandes despesas por serem os terrenos além do ribeirão Preto brejais e baixos e ao contrário em qualquer dos lugares indicados”¹⁴²

Mesmo com apelos como esse do vereador, a construção da estação seguiu normalmente. A princípio, foi erguido um galpão para o funcionamento temporário da ferrovia ao lado da antiga chácara Vila Lobos – próximo ao prédio atual da Câmara Municipal –, inaugurado em novembro de 1883. Um ano depois, ao final de 1884, foi finalizada a construção da nova e definitiva estação, que, inclusive, era bem próxima à primeira, e tinha sua frente voltada para a Rua General Osório. As novas instalações da Mogiana disponibilizavam à população do Ribeirão Preto alguns serviços, como sessão de despachos de encomendas, telégrafos, restaurante, sala de espera e uma área livre para passageiros. Sua infraestrutura era composta por casas de máquinas e bombas d’água, oficinas, e também uma rotunda para o reparo e armazenamento dos veículos ferroviários. Vejamos nas *Figuras 14, 15, 16 e 17* a rua e fachada da estação, e também o pátio da rotunda.¹⁴³

141 LAGES, *Ribeirão Preto...* op. cit., p. 54

142 LAGES, 2016 apud CIONE, 1989, p. 186.

143 LAGES, *Ribeirão Preto...* op. cit., p. 54

Figura 14: Vista da estação definitiva da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no início do século XX



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F024.

Figura 15: Vista da estação definitiva da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, no início do século XX



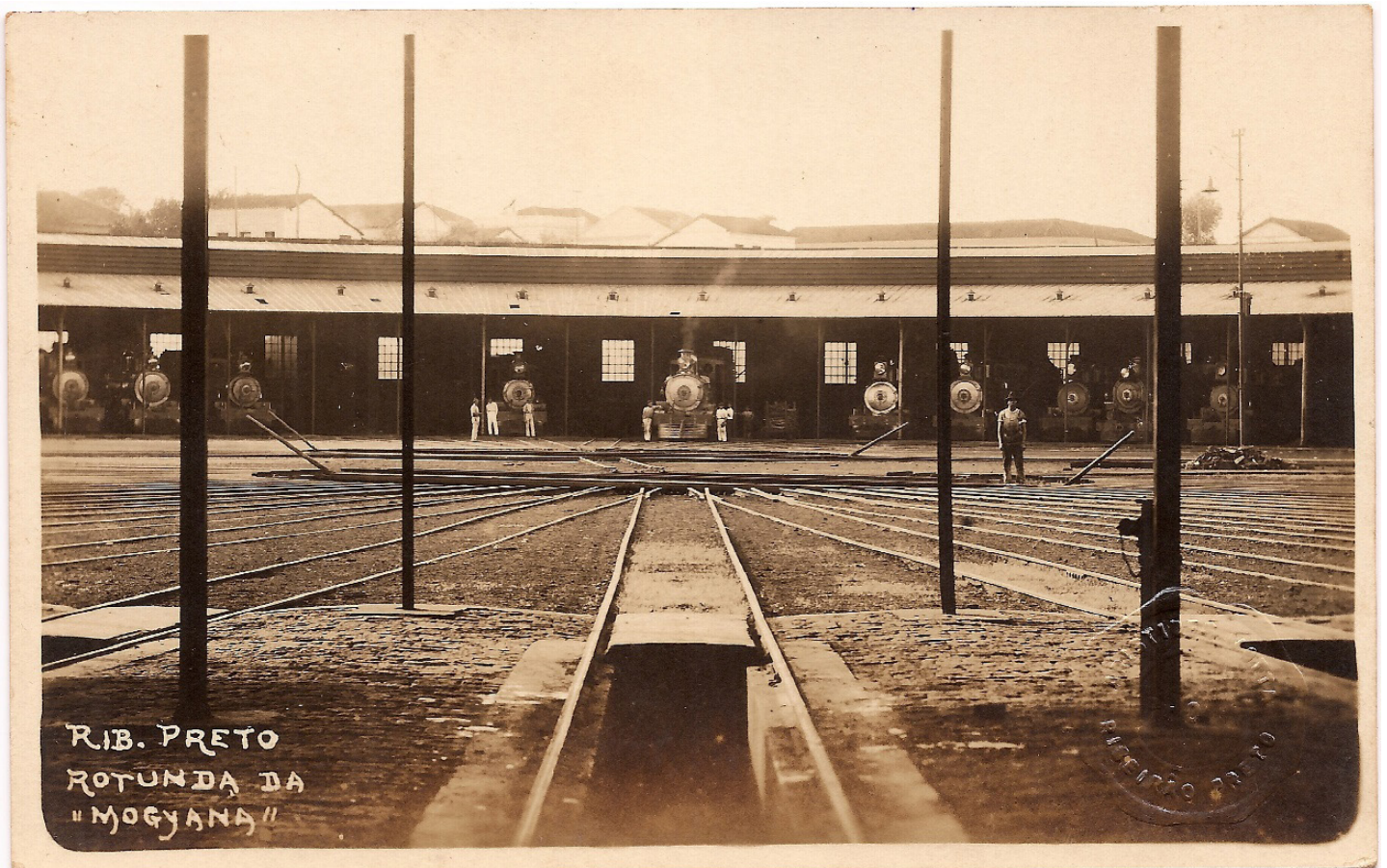
Fonte: Jornal da Vila (2020).

Figura 16: Vista da Rua General Osório, em frente à estação, ao final do século XIX



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F100a.

Figura 17: Vista da rotunda da Cia. Mogiana em Ribeirão Preto, em meados do século XX



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F876.

De fato, o vereador Lopes reclamava sobre algo real. Apesar de todo o investimento da Cia. Mogiana na vila do Ribeirão Preto, o lugar escolhido para a instalação da estação inundava constantemente nas épocas de chuva, causando um evidente transtorno no entorno da estação ferroviária. Na fotografia da *Figura 18*, podemos ver parte da Rua General Osório com a estação da Mogiana ao fundo e o deslocamento de várias pessoas utilizando-se do transporte de animais para atravessar o trecho, única maneira de evitarem se molhar até a altura das pernas. Na fotografia da *Figura 19*, podemos ver o outro lado da cena, de quem olha de dentro da estação para a Rua General Osório. Ou seja, só restava àqueles que seguiam a pé arregaçar as calças, o que pode ser constatado em ambas as fotografias. Estas são apenas algumas das muitas imagens que encontramos sobre as enchentes que ocorreram naquele local. No banco de fotografias do Arquivo Público e Histórico da cidade, podemos conferir algumas inundações que chegaram a quase submergir por inteiro os imóveis que ficavam à beira do córrego do Ribeirão Preto, mostrando pessoas utilizando cavalos, e até mesmo canoas, para conseguirem atravessar o local.

Figura 18: Alagamento em frente à estação da Mogiana



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F095.

Figura 19: Alagamento na Rua General Osório, em frente à estação da Mogiana.



Fonte: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, F096.

Se por um lado a escolha do local não interessava à primazia do café, e tampouco ao corpo político que em grande parte era composto pelos fazendeiros, por outro, o local definido para a instalação da estação muito interessava à família Franco, já que os trilhos margeavam boa parte da fazenda Monte Alegre. Podemos observar o proveito da situação quando João Franco, que havia paralisado o crescimento de sua fazenda ainda em 1878, rapidamente retomou o processo de aquisições logo no começo de 1884: aproximadamente três meses após a inauguração da primeira estação. Naquele ano, comprou de João Antonio da Cunha e sua esposa Maria Bernarda dos Reis, uma nova parcela de terra da Laureano pelo valor de 700 mil réis¹⁴⁴. E no ano seguinte, quando a ferrovia já funcionava na estação definitiva, negociou mais duas aquisições de terras da mesma fazenda: a primeira no mês de maio com José Camilo Braga e sua esposa Ambrosina de Andrade Lopes, pelo valor de 300 mil réis¹⁴⁵; e a outra em novembro com João Antonio Maciel e sua mulher Carolina Maximiniana da Cunha, por 1 conto e 300 mil réis¹⁴⁶.

Essas negociações, feitas em 1884 e 1885, marcaram o fim definitivo de seu largo investimento em compras de terras da fazenda Laureano para formar a Monte Alegre. Nesse sentido, a *Tabela 10* – complementar a *Tabela 6* – mostra todas as negociações feitas por João Franco em relação àquelas terras, entre os anos de 1877 e 1885.

144 Cartório do 1º ofício de Ribeirão Preto – Livro 04, nº 656 de 29 de fevereiro de 1884.

145 Cartório do 1º ofício de Ribeirão Preto – Livro 18, nº 811 de 27 de maio de 1885.

146 Cartório do 1º ofício de Ribeirão Preto – Livro 19, nº 911 de 19 de novembro de 1885.

Tabela 10: Aquisições de terras da fazenda Laureano para ampliação da fazenda Monte Alegre, anos entre 1877 e 1885.

VENDEDOR	DATA	VALOR DA NEGOCIAÇÃO
Ananias José dos Reis	março/1877	33.000\$00
Matheus José dos Reis e Francisco José Ferreira	março/1878	4.700\$00
Joaquim José da Silva e Maria Eulalia de Oliveira e Silva	março/1878	3.000\$00
Francisco Custódio Braga e Vitória Maria de Jesus Bartolomeu; Custódio Braga e Christina Custódio Silva	abril/1878	1.400\$00
Flávio Gonçalves de Sousa e Maria Francisca das Chagas	julho/1878	1.500\$00
Maria Borges do Carmo	novembro/1878	1.000\$00
Maximiniano de Arantes Marques e Maria Joaquina Sacramento	dezembro/1878	4.000\$00
João Antonio da Cunha e Maria Bernarda dos Reis	fevereiro/1884	700\$00
José Camilo Braga e Ambrosina de Andrade Lopes	maio/1885	300\$00
João Antonio Maciel e Carolina Maximiniana da Cunha	novembro/1885	1.300\$00

Fonte: ZAMBONI (1978, p. 114-120)

Somado o montante de seus investimentos, contabilizamos que João Franco aplicou, no mínimo, um total de 50 contos e 900 mil réis em dez compras sequentes de terra, feitas durante um período de nove anos. Isto é, desde que foi residir em Ribeirão Preto, passou praticamente uma década se dedicando à ampliação da fazenda Monte Alegre. Embora os seus últimos investimentos tenham ocorrido na primeira metade dos anos de 1880, para formar essa fazenda João Franco concentrou maior intensidade de compras entre 1877 e 1878, mas acabou estendendo algumas aquisições para a década seguinte em função do advento da ferrovia. É importante lembrar que nessa somatória, não está inclusa a terra que adquiriu da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, que, como vimos, também incorporou à Monte Alegre, e nem mesmo estão incluídas as benfeitorias que executou nessa fazenda, como o próprio casarão que residia, e as máquinas a vapor de beneficiamento de café que possuía¹⁴⁷.

Enquanto João Franco preocupava-se em ampliar seus domínios próximos à ferrovia, formando uma única e extensa propriedade, Tibério seguia no caminho contrário, dando sequência nas vendas parceladas de suas terras. Vejamos na *Tabela II* suas negociações na segunda metade dos anos de 1880.

147 Câmara municipal. *Almanach da Província de São Paulo*, São Paulo, quinto anno, p. 479, 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/829161/per829161_1887_00005.pdf

Tabela 11: Negociações de Tibério em Ribeirão Preto, de 1885 a 1889

DATA	OBJETO	SITUAÇÃO	VALOR	DIMENSÕES	NEGOCIANTE
RIBEIRÃO PRETO					
16/01/1886	Fazenda do Lageado	VENDA	1 conto de réis	-	José Augusto Junqueira
04/06/1886	Acervo de Gertrudes	VENDA	10 contos de réis	-	João Franco de Moraes Octávio
10/08/1886	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA (sob condição usufrutuária)	1 conto de réis	-	Cia. Mogiana de Estradas de Ferro
15/01/1887	Herança Capitão Luiz Herculano de Souza Junqueira	QUITAÇÃO DE DÍVIDA	1 conto de réis	-	José Augusto Alves Junqueira
14/06/1887	Fazendas do Bananal, Palmital, Sertãozinho e Boa Vista	VENDA	29 contos de réis	242 hectares na Sertãozinho; 242 hectares na Bananal; diversas partes de terras na Boa Vista e Palmital	Henrique Dumont
01/12/1887	Escrava Antônia	VENDA	600 mil réis	-	Manoel Francisco Dias Junqueira
15/12/1887	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	400 mil réis	270 palmos de frente por 500 palmos de fundo	Martinho Prado Júnior
16/12/1887	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	COMPRA	1 conto e 500 mil réis	22 alqueires de terras com befeitorias	Thomas Gabriel de Godoy
23/03/1888	Fazenda do Esgoto	COMPRA	300 mil réis	10 alqueires com befeitorias	Antonio Fidencio da Rocha
18/04/1888	Fazendas do Sertãozinho e Bananal	PERMUTA	1 conto de réis	20 alqueires na Sertãozinho por terras na Bananal	Balbino José Pereira
12/1888	Fazenda do Esgoto	COMPRA	300 mil réis	10 alqueires com befeitorias	José Henrique de Lima
01/04/1889	Fazenda do Bananal	VENDA	3 contos de réis	92 alqueires	Justiniano Leite Machado
05/06/1889	Fazenda dos Cravinhos	COMPRA	1 conto de réis	terras e befeitorias	Domingos Borges da Costa e esposa

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de nº. 20-fl. 35; 21-fl. 34; 22-fl. 30; 23-fl. 09; 24-fl. 15; 25-fls. 98, 103, 108 e 188; 26-fl. 18; 29-fl. 76; 30-fl. 69.

Ao analisarmos a tabela, podemos identificar o mesmo padrão de negociações que Tibério vinha estabelecendo até então. Logo no primeiro acordo, feito em 1886, o vemos realizando a venda de uma última parte da Lageado à José Augusto Alves Junqueira por 1 conto de réis. Esse mesmo homem, no ano seguinte, irá ceder à Tibério parte dos bens do Capitão Herculano, que ele havia recebido de herança, como nos mostra a tabela. Notamos que o valor da compra feita por José Junqueira em 1886 é o mesmo valor do acervo que destinou à Tibério em 1887, indicando, mais uma vez, que Tibério pudesse estar atento às oportunidades, recebendo pagamentos em qualquer espécie.

Naquele mesmo ano, suas negociações envolveram também o acervo de bens de Gertrudes Franco, que ele mesmo vendeu a João Franco pelo elevado valor de 10 contos de réis. É que ao final de 1885, Gertrudes falecera por causa desconhecida¹⁴⁸ e, muito provavelmente, essa venda foi fruto da herança deixada por ela a Deolinda, que, como podemos perceber, era administrada por Tibério. Identificamos que, além da Lageado, com suas vendas cessadas logo no início de 1886, houve a continuação do desmembramento das fazendas do Bananal e Sertãozinho, incluindo nessa etapa algumas negociações sobre as terras da Ribeirão Preto Abaixo, Esgoto e Cravinhos. Com exceção das duas últimas, Tibério cumpriu o padrão de parcelamento de terras, realizando a venda de sítios menores que os originais.

A *Tabela 11* nos mostra ainda que, naquele período, a venda de maior valor, feita em 1887, contou com 484 hectares de terras das fazendas do Sertãozinho e Bananal, somada ainda a diversas partes de terras das fazendas Boa Vista e Palmital. Essa venda, como podemos ver, foi feita a Henrique Dumont*, um fazendeiro de prestígio local que, além de investir 29 contos de réis naquelas terras, também negociou com Tibério outra compra que marca um importante ponto da história. Trata-se das terras da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, em destaque na tabela, que Henrique Dumont aparece na negociação como procurador da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, em um acordo feito em 1886. Na ocasião, representando tal empresa, Dumont comprou de Tibério um pedaço de terra junto à linha férrea por um conto de réis, e, curiosamente, esta negociação foi feita sob condição usufrutuária de João Franco. Ou seja, no que dizia respeito àquela fazenda, Tibério negociava sob a tutela de seu sogro.

Não por acaso, destacamos outra negociação feita com Martinho Prado Júnior na qual constam as terras da Ribeirão Preto Abaixo já sob a posse definitiva de Tibério, não havendo qualquer menção a usufruto, podendo significar que: talvez João Franco estivesse doente, iniciando um processo de divisão de heranças ainda em vida, pois contava então 70 anos de idade e não tardaria o seu falecimento, ocorrido no início dos anos de 1890; ou, se sabia

148 Informação extraída do túmulo da Família Franco de Moraes, localizado no Cemitério da Saudade, quadra 01 jazigo 9-A.

* Henrique Honoré Dumont foi um engenheiro e cafeicultor brasileiro que conquistou, em Ribeirão Preto, umas das maiores e mais modernas produções de café da América Latina. Inicialmente, trabalhou na construção de algumas ferrovias brasileiras, mas acabou tornando-se cafeicultor no Vale do Paraíba, para depois, ao final do século XIX, seguir para as terras do novo oeste paulista. (Cf. DEMARTINI JR., Zeferino; GATTO, Luana A. M.; LAGES, Roberto O.; KOPPE, Gelson L. Henrique Dumont: how a traumatic brain injury contributed to the development of the airplane. *Revista Arq Neuro-psiquiatr*, Curitiba, v. 77, n. 1, p. 60-62, jan. 2019.)

endividado, e então transferia definitivamente seus bens aos seus herdeiros como uma forma preservar o patrimônio da família, o que nos parece mais provável. No dia seguinte do acordo com Martinho, Tibério ainda comprou de Thomas Gabriel de Godoy, por 1 conto e 500 mil réis, outra porção de 22 alqueires da Ribeirão Preto Abaixo, em um local onde havia casa de morada coberta com telhas, monjolo, açude e rego d'água.

Ao que tudo indica, João Franco não cedeu a Tibério as terras da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo separadamente, mas sim, ao destinar àquele casal o quinhão de bens que os cabia enquanto herdeiros, entregou-lhes a parte da Monte Alegre que continha-as terras da fazenda Laureano e também da Ribeirão Preto Abaixo, que ele mesmo havia incorporado na Monte Alegre. Tanto que, ao longo dos anos de 1890, veremos Tibério comercializando essas duas fazendas, porém de formas bastante distintas. Vejamos a seguir os motivos que levaram João Franco a legar seu patrimônio, e como isso influenciou no surgimento da Vila Tibério.

3.3 A Abolição da escravidão e a derrocada financeira dos Franco de Moraes

Ao olharmos as negociações feitas por Tibério na década de 1880 – *Tabelas 9 e 11* –, notamos um movimento de venda sequente de terras até 1887, quando essa lógica parece ter sido invertida. Inclusive, uma venda singular que nos chamou a atenção e não passaríamos sem comentá-la foi a de Antônia, uma escrava parda, solteira, de 31 anos, que Tibério vendeu em dezembro de 1887 a Manoel Francisco Dias Junqueira, por 600 mil réis. É que, naquele ano, vivíamos no Brasil as vésperas da Abolição e, naturalmente, a venda de um escravo era bastante conveniente há quem não quisesse “perder investimentos”, além da oportunidade de se livrar dos onerosos impostos cobrados aos donos dos cativos. Notamos que Tibério decide comercializar Antônia há pouco menos de seis meses da instauração da Lei Áurea no Brasil que estabelecia definitivamente a abolição da escravidão negra no país.

Ao contrário da família Franco, talvez Tibério compreendesse a pressão exercida naquele momento, preferindo desfazer-se da escrava reavendo algum valor, pois, como vimos, a pressão abolicionista robustecia novos investimentos para o capital que se transferia do escravo para a terra: mercadoria que Tibério possuía bastante intimidade. Tanto que, no mesmo mês em que se desfez de Antônia, seu movimento passou a ser mais intenso em relação à compra de terras, como nos mostra as operações da *Tabela 11*. Vale lembrar que Antônia foi a única cativa registrada em todas as negociações que Tibério chegou a realizar, seja na vila do Ribeirão Preto ou ainda nos tempos de Descalvado, nos indicando que ele e Deolinda não pareciam possuir uma larga escravaria, apesar das práticas escravistas da família Franco.

Inclusive, por uma notícia publicada no *Diário Popular* de São Paulo, e que lemos a seguir replicada no *Jornal Pacotilha*, do Maranhão, podemos ver não somente a íntima relação dos

Franco de Moraes com a mão de obra escrava, como também o requinte de crueldade na tratativa com os cativos. A publicação, que foi feita no ano anterior à Abolição e ganhou repercussão até na região Nordeste do país, conta que Eloy Franco – um dos filhos de João Franco – acabou assassinado a machadadas na face por uma escrava recém-chegada em sua propriedade. Ao confessar o crime, a escrava foi incisiva em não demonstrar qualquer arrependimento, pois dizia finalmente livrar seus familiares dos terríveis maus tratos em que eram submetidos.

“ Lemos no *Diário Popular*, de S. Paulo: No Porto dos Camargos, localidade do município de Batataes, uma preta de 30 anos de idade, assassinou instantaneamente, com duas machadadas na fronte a Eloy Franco, filho do fazendeiro João Franco de Moraes Octavio. O assassinado era ali fazendeiro, ha pouco tempo, distando sua fazenda 2 1/2 leguas do Ribeirão Preto, e tendo nella escravos novos que comprara, entre elles a criminosa. Consta que Eloy Franco era muito severo para com seus escravos. A autora do assassinato o confessou dizendo: - Matei meu senhor para livrar meus filhos e marido dos castigos barbaros que soffriam. Matei e não me arrependo. Foi encontrado na fazenda, amarrado como christo, um escravo que estava nessa posição havia mais de 8 dias, constando elle ser o marido da criminosa. O cadáver de Eloy foi transportado em trem especial para o Ribeirão Preto. ¹⁴⁹ ”

Para além dessas relações de abuso propiciadas pela escravidão, notamos que mesmo com os inúmeros sinais que apontavam rumo à libertação, a família Franco seguia firme pela via escravista. Se por um lado vemos, em 1887, Eloy comprando escravos em um comércio já descompassado de negros e negras, por outro, a região de Ribeirão Preto crescia fortemente apoiada no trabalho livre. Não sabemos ao certo os reais motivos que levaram aquela família a insistir na mão de obra escrava para seus negócios rurais, principalmente quando se fixavam em uma região predominantemente de trabalho livre: o que gerou uma primeira contradição na estratégia de negócios adotada por eles e que, inclusive, os levará à falência. Talvez trouxessem algumas práticas do Vale do Paraíba e por isso não confiavam que a abolição fosse algo realmente alcançável. Ou compunham, então, aquele grupo de fazendeiros que “[...] continuavam apegados à escravidão e confiavam que o governo só libertaria os escravos mediante indenização.¹⁵⁰”

Fato é que depois do caso de tentativa de assassinato do procurador Velloso, ocorrido no final da década de 1870, vimos João Franco estendendo suas propriedades e dando continuidade em sua atividade econômica, entretanto, sua participação política nos anos de 1880 se mostrou bastante retraída, se comparada ao período em que chegou à vila do Ribeirão Preto. Moraes¹⁵¹ nos conta que, na realidade, João Franco aguardava com grande expectativa um título de Barão, vindo do então Imperador Dom Pedro II, na ocasião de sua visita à vila em meados de 1886. No entanto, essa concessão jamais ocorreu. Naquela altura dos acontecimentos, como o Imperador concederia um título de nobreza à um escravista em um lugar que se mostrava mais

149 FOLHETIM. *Jornal Pacotilha*, Maranhão, ano VII, n. 00025, p. 3, 31 janeiro 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_01&pagfis=6119

150 COSTA, op. cit., p. 338.

151 MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana. *Monte Alegre: dos tempos do café à Faculdade de Medicina*. 1992. p.76.

propenso à modernização? Contudo, João Franco parecia não se importar em ostentar um título nobiliárquico em um ambiente dominado por outras facções políticas.

Politicamente, naquela década, tudo o que João Franco conseguiu foi ocupar um cargo de juiz de paz¹⁵² em 1882, e um cargo de vereador local¹⁵³ em 1887, mesmo ano da morte de Eloy. Talvez, essa retração de poder político local, ou a falta de ascensão dele, possa ser explicada por uma impopularidade relacionada aos seus ideais e ações naquela Vila. Fato é que em 1888, ano da Abolição, João Franco acabou abandonando o Partido Liberal em que foi filiado por muitos anos para ingressar junto ao Partido Republicano, como podemos ver em suas próprias palavras escritas a seguir em uma notícia publicada na *Gazeta Nacional do Rio de Janeiro*. Vale lembrar que essa estratégia foi bastante utilizada pelos fazendeiros escravistas, ficando esses conhecidos como os “republicanos de última hora” ou “republicanos do 13 de maio”^{*}.

“ Na cidade do Ribeirão Preto aderiu ao partido republicano o eleitor João Franco de Moraes Octavio, cidadão muito conceituado na mesma localidade. [...] Como monarchista, militei durante longos annos nas fileiras do partido liberal; hjeo (sic.), porém, tomei a deliberação de adherir ás idéas do partido republicano, a cujas ordens ponho os meus insignificantes prestimos, e, para que conste, faço a presente declaração. Ribeirão Preto, 29 de Abril de 1888. João Franco de Moraes Octavio.¹⁵⁴ ”

Ao buscarmos entender a conduta da família Franco, principalmente no tocante aos anos de 1880, nos deparamos com uma dura realidade que assombrava aqueles integrantes, e que tornam as coisas mais claras. Afinal, porque João Franco passou seus bens ainda em vida para Tibério? Marcondes, em seu importante estudo econômico sobre as hipotecas no período cafeeiro em Ribeirão Preto, nos esclarece que entre os anos de 1879 e 1892, João Franco enfrentou sérios problemas financeiros que se deram pela oscilação da cotação do café, e, principalmente, pela estratégia de endividamento que utilizou para a expansão de seus negócios¹⁵⁵. Marcondes afirma que João Franco foi dono do maior saldo devedor entre todos os negociantes de imóveis da categoria cafeeira daquela Vila, acumulando uma dívida de 657 contos de réis. E em seguida a ele, representando o décimo lugar dos mais endividados da categoria, está seu filho, João

152 Camara municipal. *Almanach da Província de São Paulo*, São Paulo, quinto anno, p. 479, 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/829161/per829161_1887_00005.pdf

153 PARTE OFFICIAL. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano XXXIV, n. 09277, p. 1, 04 agosto 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pagfis=9188

154 MOVIMENTO REPUBLICANO. *Gazeta Nacional*, Rio de Janeiro, ano II, n. A00111, p. 3, 15 maio, 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/104264/per104264_1888_A00111.pdf

155 MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. *Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). Texto para discussão: série econômica*, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: https://www.fearp.usp.br/images/pesquisa/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/REC/2003/wpe36.pdf

* Os “republicanos do 13 de maio”, ou “republicanos de última hora”, foram termos designados àqueles fazendeiros que ao se sentirem lesados com a libertação dos escravos, juntaram-se aos republicanos tardiamente pelo fim da monarquia no Brasil. Isto é, passaram a apoiar a instituição da república depois da abolição da escravatura, em detrimento do sistema monárquico. As ações desses fazendeiros, porém, nada tinham a ver com as ideias progressistas do período, mas sim apenas com os negócios. (Cf. MACHADO, Humberto Fernandes. *José do Patrocínio e a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de maio”*. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

Franco de Moraes Octávio Filho, com um saldo devedor de 197 contos de réis, como podemos ver na *Tabela 12*.

Tabela 12: Dez maiores saldos negativos de Ribeirão Preto, de 1874 a 1899

NEGOCIANTE	SALDO (em réis)
● João Franco de Moraes Octávio	– 657:079\$852
Domiciando Leite de Assis	– 532:921\$780
Antônio Silveira de Alvarenga	– 486:878\$128
Fernando Ferreira Leite	– 329:639\$201
Braz Barbosa da Silva	– 301:799\$347
José Maximiano Junqueira	– 218:854\$288
Antônio Alves Pereira	– 208:983\$303
Luis Gomes do Val	– 206:382\$844
José Venâncio Martins	– 203:702\$030
● João Franco de Moraes Octávio Filho	– 197:038\$449

Fonte: MARCONDES e OLIVEIRA (2003, p. 19)

Pelos dados da tabela acima podemos notar que do primeiro para o segundo saldo devedor, isto é, de João Franco para Domiciano, há uma diferença de quase 125 contos de réis em dívidas. Isso significa que o Coronel possuía um saldo negativo acima de 100 contos de réis em relação ao segundo devedor daquele lugar. E se olharmos ainda pela perspectiva do endividamento familiar, a somatória do déficit dos Franco de Moraes cresce significativamente para quase 855 contos de réis, disparando em uma diferença de 321 contos de réis em relação ao Domiciano. Isso se explica por um equívoco de João Franco em comprar, a partir do crédito hipotecário, vários pedaços de terra com baixo valor agregado – sem nenhum tipo de benfeitoria ou cafezais plantados –, para acrescer apenas uma única propriedade¹⁵⁶.

A essa bancarrota, atribuímos ainda a aposta daquela família na compra de escravos, pois, se o Coronel era escravista convicto, como vimos, o que aconteceu com todo o seu capital investido nos cativos? É provável que tenha ido embora juntamente com os escravos abolidos, sobrando apenas as dívidas da terra. Nesse sentido, entendemos que a falência da família Franco esteve atrelada ao endividamento por hipotecas e, também, que esse endividamento ocorreu a partir da estratégia de investimento na escravaria, não na terra. Afinal, as hipotecas se deram em função da insistência em manter um capital imobilizado em uma mão de obra que se tornava cada vez mais obsoleta e inviável.

Os Franco de Moraes preferiram, dessa forma, entregar a terra como garantia aos vários credores a abandonar a ideia escravista, aderindo à mão de obra livre, o que os possibilitaria aplicar o capital diretamente na terra isenta de dívidas. Com a Abolição, o resultado não poderia ser outro que não a falência. Tanto que logo após a libertação dos escravos, se viram forçados a

¹⁵⁶ MARCONDES e OLIVEIRA, op. cit., p. 15.

vender a grande Monte Alegre, e o fizeram em três partes, como veremos a seguir.

Curiosamente, toda a comercialização daquela Fazenda não foi feita diretamente por João Franco, e sim por seus familiares. As duas primeiras vendas, de maior valor, partiram de João Franco Filho, que aparece negociando com Francisco Schmidt ao final do ano de 1890: a primeira venda refere-se a sede da Monte Alegre, incluindo alguns cafezais, máquinas a vapor de beneficiamento de café e um engenho de serra vertical pelo valor de 600 contos de réis¹⁵⁷, isso em uma compra conjunta que Schmidt fez com Arthur Diederichsen*. Depois, na segunda venda, Franco Filho aparece negociando somente com Schmidt um sítio na mesma Fazenda, contendo casa de morada, monjolo, paiol, e 150 mil pés de café pela quantia de 150 contos de réis¹⁵⁸. Houve, então, uma terceira venda de terras sem benfeitorias naquela fazenda, feita apenas alguns meses depois por Afonso Franco – também filho de João Franco – a José Marcelino de Andrade, por 15 contos de réis¹⁵⁹. A *Tabela 13* ilustra de forma mais sucinta a comercialização dessas terras.

Tabela 13: Comercialização da Monte Alegre, década de 1890

VENDEDOR	COMPRADOR	DATA	SALDO (em réis)
João Franco de Moraes Octávio Filho	Francisco Schmidt e Arthur Diederichsen	nov/1890	600:000\$000
João Franco de Moraes Octávio Filho	Francisco Schmidt	nov/1890	150:000\$000
Afonso Franco	José Marceino de Andrade	mai/1891	15:000\$000

Fonte: ZAMBONI (1978, p. 122-123)

Essas vendas, feitas no auge da cafeicultura em Ribeirão Preto, mostram a dificuldade financeira enfrentada por aquela família. Afinal, a Monte Alegre representava o maior patrimônio que tinham construído entre o final dos anos de 1870 e no decorrer dos anos de 1880, incluindo investimentos que vão da ampliação territorial da fazenda até a construção do casarão, plantio cafeeiro e a implantação de máquinas de beneficiamento. Marcondes nos conta que dos 600 contos de réis que conseguiram na primeira negociação feita com Schmidt, 180 contos ficaram sob a posse do Banco Constructor Agrícola de São Paulo, credor hipotecário de João Franco¹⁶⁰. Isso sem contar aqueles 657 contos de réis negativos, sobre o qual já falamos aqui.

Naquela época, o Coronel Franco contava mais de 70 anos de idade e, em meio a todos esses acontecimentos de bancarrota financeira, e possivelmente a perda de poder e/ou prestígio local, acabou falecendo em outubro de 1893, por motivos que não conhecemos. Tudo o que sabemos sobre sua morte está em uma publicação feita na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, trazendo uma nota de agradecimento de seus filhos com os seguintes dizeres

157 Cartório do 1º ofício de Ribeirão Preto – Livro 35, nº 2.264 de 08 de novembro de 1890.

158 Cartório do 1º ofício de Ribeirão Preto – Livro 35, nº 2.285 de 25 de novembro de 1890.

159 Cartório do 1º ofício de Ribeirão Preto – Livro 37, nº 2.430 de 02 de maio de 1891.

160 MARCONDES e OLIVEIRA, op. cit., p. 18.

* No mesmo mês em que realizaram a compra conjunta da fazenda Monte Alegre, Schmidt acabou comprando a parte de Diederichsen por 300 contos de réis, tornando-se então o único proprietário daquelas terras.

“ Os abaixo assignados agradecem ao seu particular amigo e parente João Bernardo de Mello Cintra e aos seus numerosos amigos que fizeram a caridade de acompanhar os restos mortaes do seu sempre lembrado pai João Franco de Moraes Octavio, ao seu ultimo repouso, no cemiterio do Cajú, e bem assim aos seus amigos Pinto, Lima & C., Antonio Carneiro Pereira de Oliveira e João de Souza Athayde. Sentindo bastante não terem expressões para demonstrar sua gratidão offerecem seus prestimos no Ribeirão Preto, onde residem. Luiz Franco de Moraes Octavio. João Franco de Moraes Octavio.¹⁶¹ ”

Apesar de João Franco aparecer sepultado no Cemitério do Caju, na capital fluminense, atualmente seus restos mortais encontram-se junto aos de sua esposa Gertrudes, no jazigo 9-A da quadra 1, no túmulo da família Franco localizado no cemitério da Saudade, em Ribeirão Preto. É bem provável que João Franco tenha falecido no Rio de Janeiro, visto que não há registros sobre sua morte nos cartórios de Ribeirão Preto.

Fato é que a morte de um patriarca endividado não alentava financeiramente a sua família, pelo contrário. Ao que parece, a crise financeira seguiu firme entre os Franco de Moraes, ou, pelo menos, entre alguns deles, como é o caso de João Franco Filho, que três anos depois da morte de seu pai, em 1896, acabou preso na vila do Ribeirão Preto por passar moedas falsas no mercado. Uma notícia sobre esse caso foi publicada no *Jornal do Commercio*, ganhando repercussão até na cidade do Rio de Janeiro, dizendo que, da cadeia, Franco Filho aguardava audiência para conseguir o *Habeas-Corpus*, como podemos ver na publicação a seguir.

“ Foram presos os passadores de moeda falsa, Quintino José de Sant’Anna, em Jaboticabal e João Franco de Moraes Octavio, em Ribeirão Preto. Ambos impetraram *habeas-corporis* ao Juizo Seccional, que mandou comparecer na audiência do dia 25 do corrente.¹⁶² ”

A partir de tais acontecimentos, tudo o que conseguimos apurar é que as notas falsas foram periciadas para o julgamento dos réus e que cinco meses após sua prisão João Franco Filho ainda recorria em instâncias superiores pleiteando cópias daquela mesma perícia¹⁶³. Não sabemos, portanto, os caminhos que Franco Filho percorreu, e também não é ele quem mais nos interessa aqui. Esses fatos sobre a família de Deolinda, servem apenas para entendermos como a falência familiar foi a principal razão que levou Tibério a receber aquele exato quinhão de terras, no qual depositará seu loteamento. Vale lembrar que, dentre as várias publicações sobre Ribeirão Preto que em algum momento abordam a Vila Tibério, há uma ideia de que foram terras simplesmente recebidas por herança e que, sendo Tibério um “visionário”, resolveu loteá-las para a venda por estarem bastante próximas à cidade, o que nos parece não um engano, mas uma história contada de forma muito superficial. Entendemos que, ao ver a falência se

161 AGRADECIMENTO. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 00279, p. 2, 07 outubro 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=9106

162 TELEGRAMMAS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 75, n. 00054, p. 2, 23 fevereiro 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=20339

163 PARTE JUDICIARIA. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 75, n. 00191, p. 5, 9 julho 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=21754

aproximando, João Franco legou seus bens aos filhos a fim de proteger seu patrimônio, evitando que os credores o absorvessem como um todo. E é sobre como Tibério administrou essa fatia do patrimônio que falaremos a seguir.

3.4 O nascimento da Vila Tibério

Embora os anos de 1890 tenham sido marcados pela derrocada financeira dos Franco de Moraes, e também pela morte do patriarca da família, Tibério parecia naquele momento iniciar um novo e último ciclo de negociações. Nas eleições de 1892, quando contava então 52 anos de idade, passou a compor o corpo político da 7ª Legislatura da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, ocupando, através da suplência, um cargo de vereador até o ano de 1896¹⁶⁴. Diferente de seu sogro, Tibério raramente aparecia envolvido com a política local, o que não significa que não possuísse tal ambição, a própria posição de suplente indica uma disposição em atuar no corpo político daquele município*. Aliás, foi dessa mesma forma, como uma segunda opção, que também o vimos ocupar o cargo de Secretário da Câmara Municipal de Descalvado, nos levando a pensar que “margeasse” a política, talvez aguardando uma oportunidade. Logo que chegou à vila do Ribeirão Preto, em meados 1876, Tibério sediou algumas reuniões eleitorais em sua própria residência¹⁶⁵, mas foi somente na década de 1890 que integrou de fato o corpo político local.

Ao realizarmos algumas buscas no arquivo da Câmara Municipal da cidade, encontramos sobre aquele mandato um total de 70 atas de reuniões dos vereadores locais, no entanto, pela ilegibilidade dos documentos, não nos foi possível compreender o teor dos assuntos abordados. Tudo o que conseguimos identificar é que Tibério participou de apenas sete reuniões entre as 70 identificadas, isso entre o período que vai de setembro de 1892 a julho de 1893, nos sugerindo que sua atuação como vereador pode ter durado apenas este tempo de quase um ano.¹⁶⁶

Fato é que o exercício da legislatura não afastou Tibério de suas negociações sobre a terra, muito pelo contrário. Ao analisarmos suas práticas ao longo dos anos de 1890, podemos notar uma continuidade no desmembramento da fazenda do Sertãozinho, assim como a compra e permuta de terras na fazenda do Esgoto, havendo ainda algumas negociações sobre as fazendas São Luiz, Das Posses e Laureano. Mas foi sobre a fazenda do Ribeirão Preto Abaixo que Tibério se debruçou com empenho ao longo daquela década. Vejamos na *Tabela 14* as suas negociações correspondentes àquele período.

164 Câmara Municipal de Ribeirão Preto. **Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2016**. Ribeirão Preto: 2015. 118 p.

165 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Câmara Municipal de Ribeirão Preto, livro 343: atas das formações das mesas paroquiais de 1877.

166 Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Setor de Microfilmagem: atas das reuniões da 7ª Legislatura de Ribeirão Preto, de 29 de setembro de 1892 a 7 de janeiro de 1896.

* Nesse período, Ribeirão Preto já havia sido elevada à condição de cidade, pela lei de n.º 88 de 01 de abril de 1889, mesmo ano da Proclamação da República no Brasil.

Tabela 14: Negociações de Tibério em Ribeirão Preto, de 1890 a 1899

DATA	OBJETO	SITUAÇÃO	VALOR	DIMENSÕES	NEGOCIANTE
RIBEIRÃO PRETO					
29/09/1890	Fazenda do Esgoto	PERMUTA	1 conto de réis	10 hectares por 60 hectares	Antonio Firencio da Rocha
06/07/1891	Fazenda São Luiz	COMPRA	30 contos de réis	-	Joaquim de Faria
10/06/1893	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	400 mil réis	-	Humberto Catapane
24/06/1893	Fazendas do Sertãozinho e Esgoto	PERMUTA	10 contos de réis	100 alqueires na Sertãozinho por terras na Esgoto	Ramiro Pimentel
30/06/1893	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	1 conto de réis	-	Maria Catapane
19/09/1893	Fazenda do Esgoto	COMPRA	1 conto e 600 mil réis	terras com benfeitorias	José Clementino Landrin
09/06/1894	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo (Morro do Cipó)	VENDA	15 contos de réis	22 alqueires	Antonio Borges de Carvalho Junior
05/03/1895	Imóvel (R. General Osório)	ARRENDAMENTO	4 contos e 800 mil réis	prédio medindo 70 palmos de frente por 50 palmos de fundo, contendo cisterna, latrina e quintal	Tobias Augusto Rosa
06/08/1895	Fazendas do Laureano e Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	25 contos de réis	25 alqueires	Francisco Schmidt
20/02/1896	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	1 conto de réis	-	João Cândido da Costa Junqueira
01/05/1897	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	PERMUTA	700 mil réis	-	Geanini Felicio
04/05/1897	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	500 mil réis	-	[?] Donelli
06/1897	Fazenda do Esgoto	VENDA	39 contos e 200 mil réis	20 alqueires	Antonio Augusto Franco
20/09/1898	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	600 mil réis	-	Marcelo Sarti
04/03/1899	Fazenda das Posses	VENDA	13 contos de réis	300 alqueires	Francisco Schmidt

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de nº. 35-fl. 150; 38-fl. 88; 41-fls. 133 e 141; 42-fls. 02 e 28; 43-fl. 55; 43A-fl. 37; 44-fl. 159; 44A-fls. 180v. e 183v.; 45-fl. 42v.; 46A-fl. 351; 50-fl. 78.

Mediante os dados da tabela, chamou-nos a atenção o arrendamento de um imóvel situado na rua em frente à estação, no valor de 4 contos e 800 mil réis, onde funcionava um cassino em que Tobias, o arrendatário, e muito provavelmente dono do negócio, além de ter pago tal quantia pelo “ponto” comercial, ainda destinava mensalmente a Tibério mais 400 mil réis pelo funcionamento dos serviços que prestava no local*. O lugar era cercado por um muro de pau a pique, continha cisterna e latrina, além de um quintal que poderia ser sublocado por Tobias. Apesar dessa aparente exceção nos negócios de Tibério, em especular um prédio com direito a arrendamento, os dados mostram haver um interesse, por parte de Tibério, nas terras da fazenda do Esgoto, onde realizou duas permutas e uma compra de terras.

Na primeira troca de propriedades, feita em 1890, Tibério cedeu 10 hectares das terras na fazenda do Esgoto, com benfeitorias, em troca de 60 hectares na margem do rio Pardo, também na Esgoto. Isso em uma negociação feita com Antonio Firencio da Rocha, valendo ambas as partes 1 conto de réis cada. Já a segunda troca se deu entre propriedades distintas, quando entregou a Ramiro Pimentel, em 1893, uma fração da fazenda Sertãozinho, visando receber outra fração, também da fazenda do Esgoto, valendo 10 contos de réis ambas as partes. Por último, no mesmo ano, comprou de José Clementino Landrin, por 1 conto e 600 mil réis, outra porção da Esgoto, parte que continha “casas velhas” cobertas com telhas, pipas de amassar barro e algumas fornalhas. Cabe destacar que a fazenda do Esgoto foi a única que Tibério apresentou um movimento contrário à fragmentação de terras conforme vimos até aqui, mas, sobre isso, abordaremos adiante.

Embora viesse demonstrando um nítido interesse em ampliar seus domínios naquela fazenda, notamos que das 14 negociações feitas por Tibério durante anos de 1890, 8 foram relacionadas à fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, destacadas na *Tabela 14*. Apenas 2 partes, marcadas em cor mais clara, foram vendidas em áreas maiores de 22 e 25 alqueires, pelo valor de 15 e 25 contos de réis, respectivamente: a primeira parte, cedida a Antonio Borges de Carvalho Júnior, eram terras próximas ao Morro do Cipó – região do atual Morro do São Bento; já a segunda, dos 25 alqueires vendidos, apenas 15 pertenciam à fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, sendo os outros 10 alqueires pertencentes à fazenda Laureano, que Tibério vendeu de uma só vez a Francisco Schmidt. Temos aqui, o importante desfecho que Tibério deu a suas terras da Laureano.

É comum vermos em alguns trabalhos sobre Ribeirão Preto, que em algum momento tratam da formação da cidade, a ideia de que a Vila Tibério esteja situada sobre essas terras, sendo loteada a partir desta fazenda, mas, diante das informações cartoriais obtidas, constatamos que a Laureano jamais foi repartida por Tibério. Isto é, depois de passar pelas mãos da família Reis,

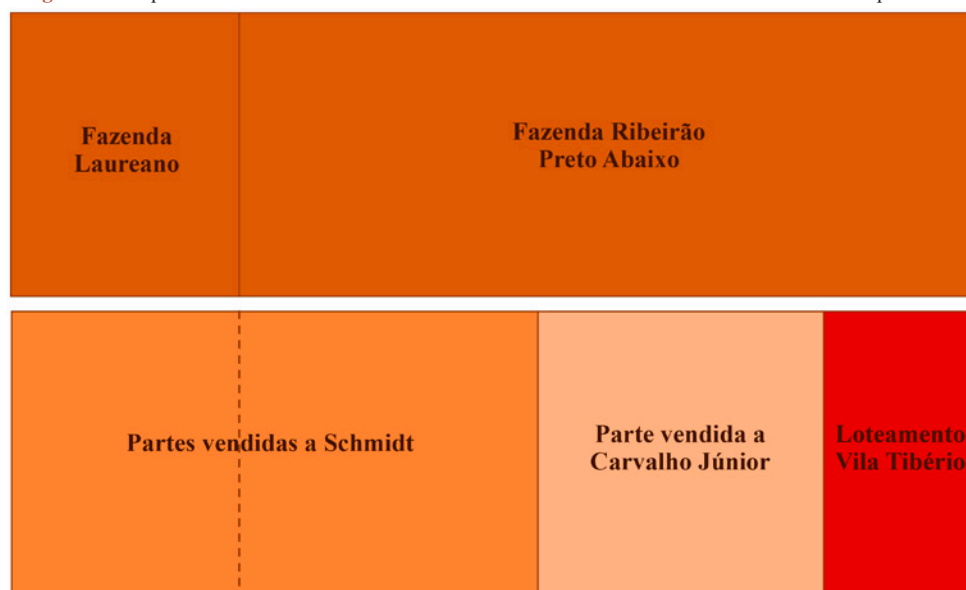
* Havia, em Ribeirão Preto, uma outra “casa de jogos” chamada Cassino Antarctica, de François Cassoulet, que foi inaugurada bem mais adiante, em meados de 1914. O lugar era frequentado por estrangeiros, políticos e coronéis do café que consumiam os espetáculos, bailes e jogatinas oferecidas pela casa boêmia, sempre acompanhados das “polacas”, prostitutas estrangeiras de alto padrão trazidas pelo próprio Cassoulet. Apesar de ser bastante conhecido, o Cassino acabou encerrando suas atividades em 1917, apenas três anos depois de sua inauguração. Ao que tudo indica, Cassoulet foi à falência em função da crise de desvalorização do café provocada pelo evento da Primeira Guerra Mundial. (Cf. LAGES, 2016.)

parte destas terras tornou-se propriedade da família Franco que, juntamente a uma pequena área da Ribeirão Preto Abaixo, formou a grande fazenda Monte Alegre.

Uma vez que a falência alcançou aquela família, obrigando o patriarca a distribuir precocemente seus bens aos seus herdeiros, conforme nossa argumentação, essas terras acabaram vendidas integralmente a Francisco Schmidt, que as adquiriu inicialmente de Franco Filho e Afonso Franco, antes mesmo da morte de João Franco. Coube a Tibério vender mais uma parte a Schmidt, porém cinco anos mais tarde que seus cunhados haviam realizados suas vendas, no ano de 1895, quando então já loteava a Vila Tibério sobre as terras da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, como podemos ver em destaque na *Tabela 14*.

Notamos, portanto, um movimento contrário de Tibério em ambas as propriedades: enquanto vendia de forma inteiriça as suas terras da Laureano, parcelava para a venda em vários lotes a área que lhe restava das terras da Ribeirão Preto Abaixo. Vejamos a seguir um esquema que ilustra, sem dimensões reais, estas transações que Tibério realizou em ambas as fazendas.

Figura 20: Esquema de vendas de terras das fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo realizadas por Tibério



Fonte: Esquema elaborado a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de nº. 35-fl. 150; 38-fl. 88; 41-fls. 133 e 141; 42-fls. 02 e 28; 43-fl. 55; 43A-fl. 37; 44-fl. 159; 44A-fls. 180v. e 183v.; 45-fl. 42v.; 46A-fl. 351; 50-fl. 78.

Até aqui, apuramos que Tibério possuiu uma fração de 10 alqueires da fazenda Laureano e que a vendeu integralmente a Schmidt, juntamente a outra porção, de 15 alqueires, da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo. Sabemos também que Tibério destinou mais 22 alqueires da Ribeirão Preto Abaixo a Carvalho Júnior, restando-lhe uma pequena parte dessa fazenda, que aparece no 1º cartório de Notas de Ribeirão Preto, vendida em pequenos lotes no “subúrbio” da cidade, logo “atrás da estação ferroviária”, conforme indicam as próprias descrições das vendas. Infelizmente, não sabemos com exatidão o que todas essas negociações significam em áreas locais, uma vez que não encontramos documentos ou trabalhos que constatem as demarcações

exatas dessas fazendas, e menos ainda sobre as referidas vendas. No entanto, a partir de uma vista aérea atual de Ribeirão Preto, estimamos as regiões que correspondem a estas negociações.

Figura 21: Localização estimada das terras vendidas por Tibério das fazendas Laureano e Ribeirão Preto Abaixo



LEGENDA: 1 Casarão da fazenda Monte Alegre 2 Morro do São Bento 3 Estação Mogiana

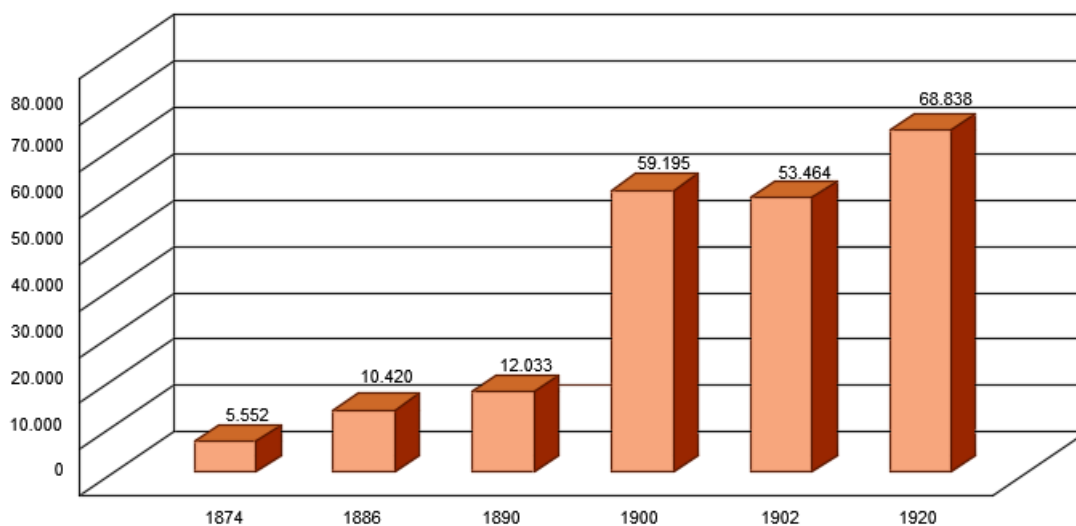
Fonte: Esquema elaborado a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de n.º. 35-fl. 150; 38-fl. 88; 41-fls. 133 e 141; 42-fls. 02 e 28; 43-fl. 55; 43A-fl. 37; 44-fl. 159; 44A-fls. 180v. e 183v.; 45-fl. 42v.; 46A-fl. 351; 50-fl. 78.

Sabendo que as fazendas do Ribeirão Preto Abaixo e Laureano faziam divisa entre si, entendemos que: se de um lado, a oeste da cidade, está a região da antiga Laureano, que compreendia a fazenda Monte Alegre já sob a posse de Schmidt, e do outro, a leste da cidade, está a Ribeirão Preto Abaixo que foi vendida a Carvalho Júnior e abrangia a região do Morro do São Bento, as terras de ambas as fazendas vendidas à Schmidt, em compra conjunta no ano de 1895, só poderiam estar neste intermédio demarcado na *Figura 21*, correspondente aos atuais bairros Vila Monte Alegre, e talvez, parte do Sumarezinho, restando, para Tibério, uma pequena parte de terras na fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, logo atrás da estação ferroviária. Nesse sentido, vale perguntar: por que Tibério escolheu justamente aquele local para implantar o seu loteamento?

Mesmo tendo recebido essas terras de seu sogro ainda vivo, Tibério sabia que, cedo ou tarde, acabaria tendo autonomia sobre elas. E mediante as negociações que vimos até aqui, não parecia possuir intimidade com a agricultura e, nem mesmo, disposição, àquela altura, para o

cultivo da terra, principalmente no caso de uma margem ferroviária alagadiça. Um memorial anexado aos autos de divisão da fazenda Monte Alegre, redigido pelo engenheiro João Caetano Álvares, em 1902, conta que as terras detrás da estação eram de “baixa cultura” e “cobertas com pastos e capoeiras”¹⁶⁷, ou seja, se vendidas a um fazendeiro, teriam baixo valor comercial. Ainda mais, ao considerar o padrão de seus negócios desde os tempos de Descalvado, isto é, de vender frações de uma grande gleba, a melhor saída seria lotear aquele local que, além de não ser apropriado para a lavoura, era bastante próximo à cidade e, principalmente, ao transporte ferroviário. Além disso, a população urbana ribeirão-pretana vinha aumentando significativamente pelas oportunidades decorrentes do setor cafeeiro. Para termos ideia, no ano de 1890, eram 12 mil pessoas residentes na cidade, passando para pouco mais de 59 mil, em 1900. Isso significa uma alta de mais de 47 mil pessoas que se instalavam em Ribeirão Preto naquela década, se comparada à década anterior, que não passou de 12 mil entrantes.¹⁶⁸ O *Gráfico 2* ilustra de forma mais clara essa situação de aumento populacional na cidade.

Gráfico 2: Evolução da população em Ribeirão Preto, de 1874 a 1920



Fonte: LOPES (2004, p. 168)

Pelos dados do gráfico acima, podemos notar que a década de maior salto no número de habitantes em Ribeirão Preto foi justamente a década que Tibério iniciou a venda de seus lotes no município. De qualquer forma, é interessante notar que embora obtivesse a posse destas fazendas desde o final da década de 1880, foi somente alguns anos depois, em 1893,

167 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 1, fls. n.º 107 e 108 de 29 de janeiro de 1873: memorial anexado aos Autos de divisão da fazenda do Laureano.

168 LOPES, L. S. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. In Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (org.) **Um espelho de 100 anos:** Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto 1904-2004. Ribeirão Preto: ACI, 2004. p. 167-177.

* A vegetação capoeira é constituída por arbustos e capins, e costuma crescer em áreas de pastagem, ou em locais onde houve uma intensa exploração da agricultura, considerada, portanto, uma vegetação secundária. (Cf. INSTITUTO BRASILEIRO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Manual Técnico da Vegetação Brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.)

coincidentalmente o mesmo ano do falecimento de seu sogro, que Tibério passou a negociar a Ribeirão Preto Abaixo a seus moldes. Esse fato, além de reforçar a ideia de que, no primeiro momento, teria recebido estas terras apenas para assegurá-las a João Franco, também indica que durante os anos em que esteve nessa condição, pareceu ter planejado minuciosamente a possibilidade deste empreendimento, que teve seu primeiro terreno vendido ainda em junho de 1893, a quatro meses da morte de seu sogro.

Tibério não repartiu aquela terra como vinha fazendo até então com suas outras propriedades. Seu empenho naquele local foi tamanho que, além de criar um conjunto numerado e bem organizado de lotes e quadras, estabeleceu um arruamento, cujos nomes primitivos eram os dos seus próprios filhos, nos sugerindo, inclusive, que tenha sido ele mesmo quem deu àquele lugar o seu próprio nome. Sabemos que Tibério e Deolinda tiveram, ao longo de suas vidas, um total de quinze filhos, foram eles: Antônio, Lincoln Augusto, Mirandolina, Minervina, Ernestina, Tibério Filho, Itagiba Augusto, Itacolomy Augusto, Godofredo, Simidoceia, Tancredo, Mario, Graco, Álvaro e Ernestina*¹⁶⁹. Podemos constatar essas informações pela *Tabela 15*, complementar à *Tabela 14*, desenvolvida a partir dos dados extraídos das vendas de Tibério sobre aquela região.

169 Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 13 de Registro de Óbitos, ordem n.º 510, fls. n.º 13 de 16 de julho de 1900.

* Entre os dados cartoriais de Tibério, identificamos a existência de duas filhas com o nome de Ernestina. Uma delas, porém, já constava como falecida antes de Tibério completar 60 anos de idade. Considerando que o casal gerou um total de 15 filhos, acreditamos que a primeira Ernestina nascida deva ter falecido ainda criança, ou até mesmo recém-nascida, levando os pais a nomearem uma segunda Ernestina, que aparece nos registros como Ernestina Augusto do Val, casada com Major Matheus [?] do Val.

Tabela 15: Vendas de lotes na Vila Tibério, de 1893 a 1900

TRANSAÇÃO	VALOR (em réis)	DIMENSÕES (em palmos)	DIMENSÕES (em m ²)	ÁREA (em m ²)	VALOR DO M ² DO LOTE	QUADRA / LOTE	LOCALIZAÇÃO	PERÍODO	COMPRADOR
venda	400\$000	60 palmos e meio (frente) x 200 palmos (fundo)	12 metros (frente) x 40 metros (fundo)	480 m ²	0,41	quadra 03 / lote 11	-	1893	Humberto Catapane
		60 palmos e meio (frente) x 197 palmos e meio (fundo)	12 metros (frente) x 39,40 metros (fundo)	472,80 m ²	0,42	quadra 01 / lote 19			
venda	1.000\$000	80 palmos (frente) x 600 palmos (fundo)	16 metros (frente) x 120 metros (fundo)	1.920 m ²	0,41	quadra 01	Rua Mirandolina, esquina com a Rua Lincoln	1893	Mara Catapane
		60 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	12 metros (frente) x 40 metros (fundo)	480 m ²	0,41				
venda	1.000\$000	80 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	16 metros (frente) x 40 metros (fundo)	620 m ²	1,61	quadra 07	Rua Mirandolina, esquina com a Rua Tibério Filho	1896	João Costa Cândido Junqueira
permuta	700\$000	80 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	16 metros (frente) x 40 metros (fundo)	640 m ²	1,09	-	Rua Ernestina, esquina com a Rua Tibério Filho	1897	Geanni Felcio
		60 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	12 metros (frente) x 40 metros (fundo)	480 m ²	0,41				
venda	500\$000	120 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	24 metros (frente) x 40 metros (fundo)	960 m ²	0,26	-	Rua Ernestina, esquina com a Rua Tibério Filho	1897	[?] Donelli
		120 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	24 metros (frente) x 40 metros (fundo)	960 m ²	0,26				
venda	600\$000	50 palmos (frente) x 200 palmos (fundo)	10 metros (frente) x 40 metros (fundo)	400 m ²	1,5	-	Rua Ernestina, esquina com a Rua Lincoln	1898	Marcelo Sarti

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de n.º. 41-fls. 133 e 141; 43A-fl. 37; 44A-fls. 180v. e 183v. e 46A-fl. 351.

Ao que nos parece, Tibério implantou atrás da ferrovia um conjunto de, no mínimo, sete quadras. De acordo com Código de Posturas da Câmara Municipal de Ribeirão Preto de 1889, vigente no período, todas as ruas e travessas abertas na cidade, ou em povoações que se criassem dentro dos limites municipais, deveriam possuir 17,60 metros de largura pavimentadas com macadame* em formato de arco. O alinhamento, nivelamento e calçamento das ruas eram de responsabilidade da Câmara, feitos pelo arruador, mas o calçamento frontal do terreno, isto é, a pavimentação da calçada, era de obrigação do proprietário, devendo esse construí-la com 1,50 metros de largura, sob pena de multa no valor de 20 contos de réis caso não o fizesse. O Código de Posturas também especifica que, sobre os terrenos não edificados, o proprietário deveria pagar a Câmara o valor anual de 500 réis por metro linear.¹⁷⁰ Isso pode significar que, além de Tibério arcar com os custos da preparação dos lotes e calçadas, dispensava também uma quantia anual considerável de impostos sobre os terrenos ainda não comercializados.

Não encontramos nas normas do Código de Posturas determinações sobre as dimensões de terrenos. Tanto que os lotes vendidos por Tibério pareciam não possuir um padrão de medidas frontais, uma vez que as testadas variavam entre 50, 60, 80 e 120 palmos**, como podemos ver na *Tabela 15*. Já no comprimento dos terrenos, percebemos uma padronização com medidas fixas de 200 palmos em quase todas as vendas, exceto em duas, uma possuía medida de 197 palmos e a outra de 600 palmos.

Se considerarmos que um palmo equivale a 20 centímetros, em média, verificamos que o menor lote vendido na Vila Tibério foi o de 50 palmos de frente por 200 palmos de fundo, equivalente a 10 metros de frente por 40 metros de fundo. E o maior lote, foi o de 80 palmos de frente por 600 palmos de fundo, equivalente a 24 metros de frente por 40 metros de fundo. É ainda mais fácil perceber estas relações de grandeza entre as medidas se, a partir destas dimensões em metros lineares, obtivermos as áreas destes lotes em metro quadrado. Desse modo, teríamos o menor lote com 400m² e o maior com 1.920m². Para que possamos visualizar com maior clareza, a *Tabela 15* ainda nos mostra as medidas originais convertidas em metros lineares e quadrados, e também o valor unitário do metro quadrado de cada lote vendido. Os valores dos terrenos, estão apresentados tanto por venda integral a terceiros, como também por unidade de lote.

Podemos notar que na primeira venda, feita em 1893, um terreno com medida em torno de 480m² valia 200 mil réis. Já na última venda, negociada em 1898, um terreno de aproximadamente 400m² subia significativamente para 600 mil réis, indicando uma valorização

170 Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Câmara Municipal de Ribeirão Preto: Código de Posturas, de 1889.

* Macadame é um tipo de pavimentação que dispõe camadas de pedras em uma fundação preparada, com valas laterais, para o escoamento de água de chuva. Foi criada em meados de 1820, pelo engenheiro escocês John Loudon McAdam, e recebeu o nome de “Macadam” em homenagem ao seu criador. No Brasil, essa técnica é conhecida como “Macadame”.

** O palmo é uma medida linear que se adquire com a mão toda aberta, medindo desde o dedo polegar até o dedo mínimo, cuja distância média é de 20 centímetros. Esse modelo de medida, foi criado em meados de 1750 pela Junta do Comércio de Lisboa para facilitar a comercialização com a Colônia, e era muito utilizado no Brasil até o final do século XIX, quando foi substituído pelo sistema métrico decimal, através do Decreto de n.º 1.157, assinado por Dom Pedro II. (Cf. KELLY, Patrick. **The universal cambist, and commercial instructor**. Londres: 1811.)

de 150% em um período de cinco anos. Essa “alta” no valor da terra pode até estar associada à especulação do bairro pelo crescimento que a cidade vinha apresentando, porém, acreditamos estar mais vinculada à localização dos lotes dentro do próprio empreendimento, afinal, mesmo com o crescimento significativo da população de Ribeirão Preto, Tibério conseguiu negociar apenas 10 lotes com seis compradores das, pelo menos, sete quadras estabelecidas no local, fato que poderia demonstrar uma baixa procura, se considerarmos a quantidade de entrantes na cidade naquela década e o período de cinco anos de vendas. Se olharmos as últimas vendas realizadas, veremos que no mesmo ano que negociou com Gianini Felício um terreno de 480m² por 200 mil réis, vendeu à Donelli dois terrenos de 960 m² por apenas 250 mil réis, tornando clara a distinção de valores do metro quadrado dentro do mesmo ano. Talvez, os lotes mais próximos à ferrovia pudessem ter maior valor em relação àqueles mais afastados da região central de Ribeirão. Nesse sentido, vale lembrar as dificuldades em se ter acesso ao bairro, pois além de estar implantada atrás da linha férrea, em uma região alagadiça, a Vila Tibério era interrompida pela estrutura da própria estação, que acabava por restringir sua entrada a uma única porteira de ferro, paralela à linha do trem.

Vejamos essa situação na *Figura 22*, e também as imagens da plataforma de embarque e desembarque de passageiros, voltadas para as terras do “novo” loteamento da cidade, nas *Figuras 23, 24 e 25*.

Figura 22: Porteira de acesso vista da Vila para o Centro, em 1936



Fonte: Jornal da Vila (2015)

Figura 23: Plataforma de embarque e desembarque da Mogiana, em frente à Vila Tibério, em 1910



Fonte: GIESBRECHT (2016)

Figura 24: Plataforma de embarque e desembarque, ao lado da porteira da Vila, primeira metade do século XX



Fonte: GIESBRECHT (2016)

Figura 25: Terras da Vila Tibério, atrás da estação Mogiana, primeira metade do século XX



Fonte: GIESBRECHT (2016)

Fatores como o obstáculo natural do córrego Ribeirão Preto e a estrutura da estação ferroviária, que acabavam acentuando a separação entre a Vila Tibério e a área central da cidade, não impediram Tibério de seguir especulando o seu mais “novo” negócio. Em meados de 1895, chegou a implantar uma olaria local visando produzir e vender tijolos de barro para a construção das casas que seriam edificadas ali¹⁷¹, mas a qualidade inferior da argila levou a olaria ao abandono logo no ano seguinte¹⁷². Em uma foto aérea atual do bairro, assinalamos a localização estimada da olaria, próxima à cabeceira do córrego Laureano¹⁷³, e também da porteira de ferro que dava acesso ao bairro ao lado da estação ferroviária.

171 MARQUES, Leandro Maia. **As pequenas indústrias de Ribeirão Preto (1870 a 1930)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 66.

172 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 1, fls. n.º 107 e 108 de 29 de janeiro de 1873: memorial anexado aos Autos de divisão da fazenda do Laureano.

173 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 1, fls. n.º 107 e 108 de 29 de janeiro de 1873: memorial anexado aos Autos de divisão da fazenda do Laureano.

Figura 26: Localização estimada do acesso à Vila Tibério e da olaria local



LEGENDA:



1 Estação Mogiana



2 Porteira de acesso



3 Olaria de Tibério

Fonte: Esquema elaborado a partir dos dados cartoriais encontrados.

Outra questão que devemos tratar aqui é o perfil de compradores dos lotes implantados por Tibério. Notamos que dos 6 negociantes apurados, apenas 1 parecia ser brasileiro, de nome João Costa Cândido Junqueira. Os demais, por seus nomes e sobrenomes, pareciam ser estrangeiros e que, não necessariamente, tinham em Ribeirão Preto sua primeira estadia. O registro de negociação de Maria Catapane, por exemplo, conta que ela migrara da região da estação de Engenheiro Mendes, antiga estação Caldas, no município de Aguaí, interior de São Paulo*. Maria tinha o mesmo sobrenome que Humberto, o primeiro comprador registrado, mas, infelizmente, não sabemos se havia parentesco entre os dois e nem mesmo de onde Humberto teria migrado, ou imigrado, para Ribeirão Preto. Assim como não conseguimos encontrar qualquer informação na cidade sobre esses primeiros integrantes da Vila.

Em uma busca feita no acervo do Museu da Imigração, em São Paulo, conseguimos apurar os registros de entrada dessas famílias no Brasil. Sobre os Catapane, por exemplo, encontramos 3 famílias de origem austríaca e italiana estabelecidas na capital paulista, onde exerciam profissões como sapateiro, cocheiro e lavrador, tendo chegado ao Brasil entre os anos de 1890 e 1900. Já sobre os Felício, encontramos 23 famílias espalhadas pelas cidades de Morrinhos, São José do Rio Pardo, Bauru, Avaré, Agudos, Leme, Araras, São Paulo e Cravinhos – essa última, localizada ao lado de Ribeirão Preto. A família Felício veio para o Brasil das regiões de Lisboa e Gibraltar entre os anos de 1886 e 1912, e trabalhavam como lavradores, pedreiros e oleiros.

* Não confundir com a *Estação Engenheiro Silva Mendes*, que foi inaugurada somente em 1964 no atual município de Cravinhos. (Cf. GIESBRECHT, Ralph Mennucci. *O desmanche das ferrovias paulistas*. 2016.)

Sobre os Donelli, encontramos apenas 5 famílias divididas entre os destinos de Guariba e Rio Claro, todos eram lavradores vindos da Itália entre 1888 e 1897. Por fim, os Sarti totalizavam 42 famílias divididas entre as cidades de São Paulo, Piracicaba, Rio Claro, Ribeirão Preto, Mococa, Anápolis e Jaguari. Vieram de Genova e do Rio de Janeiro entre os anos de 1883 e 1909, e exerciam os ofícios de jornalista, lavrador e cordoeiro*.¹⁷⁴

Como podemos notar, essas famílias não ocupavam grandes posições sociais e econômicas. Os próprios ofícios que exerciam indicam em qual esfera social se encontravam. Assim como a maioria dos imigrantes que vieram para o Brasil naquele período, essas famílias buscavam oportunidades de ganho e sustento. Certamente, com os integrantes que vieram para Ribeirão Preto não acontecia o contrário.

Fato é que na década em que loteou a Vila, Tibério contava com pouco mais de cinquenta anos de idade. E em meio à ocupação de um cargo político e à implantação de um empreendimento que fazia crescer Ribeirão Preto, contraiu uma grave doença viral que tirou sua vida na virada do século. Foi no dia 16 de julho do primeiro ano do século XX que Eutímio de Figueiredo, um empregado público de apenas vinte anos de idade vindo da capital federal, dirigiu-se ao cartório civil da cidade com um atestado de óbito em mãos assinado pelo Doutor Aristides de Oliveira e comunicou a Francisco Augusto Pereira do Nascimento, o escrivão, que às 7 horas da manhã do dia anterior a Hepatite em estado agudo havia posto fim à vida de Tibério aos 60 anos de idade.¹⁷⁵ Deolinda, que ao lado de Tibério havia já sepultado dois de seus filhos, Alvaro e Ernestina, havia, portanto, ficado viúva aos 51 anos de idade e com 5 filhos ainda púberes: Godofredo, Itacolomy, Simidoceia, Tancredo e Mario.¹⁷⁶ Sua viuvez não se deu apenas no enfrentamento ao luto de seu marido, mas também em uma aparente dificuldade financeira que a levou a uma tomada de decisão que mudaria o destino do loteamento criado por ele, mas sobre isso, falaremos mais adiante. O sepultamento de Tibério aconteceu no Cemitério da Saudade, onde ainda hoje é possível encontrar os seus restos mortais, no jazigo 231, da quadra nove.

Se levarmos em conta os conhecimentos de contabilidade e também toda a experiência adquirida por Tibério em suas inúmeras negociações de terras pelo novo oeste paulista, veremos que o loteamento criado por ele representava não uma nova esfera em seus negócios, mas uma mesma estratégia que se repetia na Vila Tibério com características mais aperfeiçoadas. Para termos ideia, ao analisarmos a totalidade de suas atividades comerciais, observamos que das 12 fazendas negociadas por ele, 5 foram vendidas de forma repartida, não como gleba inteiriça. A *Tabela 16* nos mostra de forma mais clara essa situação, exibindo as características de negociação de cada fazenda desde o ano de 1864, quando estava ainda em Descalvado, até o ano de 1899, quando havia já se instalado em Ribeirão Preto.

174 MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO SÃO PAULO. *Acervo Digital*. São Paulo.

175 Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 13 de Registro de Óbitos, ordem n.º 510, fls. n.º 13 de 16 de julho de 1900.

176 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 59, fls. n.º 69 a 71 de 18 de agosto de 1903.

* Cordoeiro é aquele que fabrica e/ou vende cordas, inclusive para instrumentos musicais. (Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.)

Tabela 16: Negociações de Tibério sobre a terra, de 1864 a 1899

FAZENDAS	TRANSAÇÃO	VALOR (em réis)	DIMENSÕES E BENFEITORIAS	PERÍODO
DESCALVADO				
São Miguel	compra	600\$000	-	1864 a 1868
	venda	350\$000	15 alqueires	
	compra	500\$000	-	
	venda	219\$000	-	
	compra	3:400\$000	-	
	venda	1:056\$000	cinco partes de terras	
	pagamento de dívida	3:400\$000	partes de terra	
RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO				
Bananal	venda	7:050\$000	96 hectares	1880 a 1889
	venda	1:000\$000	121 hectares	
	venda	1:000\$000	-	
	venda	1:000\$000	-	
	venda	7:050\$000	-	
	venda	14:050\$000	242 hectares	
	permuta	1:000\$000	-	
	venda	3:000\$000	92 hectares	
Sertãozinho	venda	1:000\$000	125 hectares	1880 a 1893
	venda	14:050\$000	242 hectares	
	permuta	1:000\$000	20 alqueires	
	permuta	10:000\$000	100 alqueires	
Lageado	venda	300\$000	-	1882 a 1886
	venda	1:000\$000	-	
Esgoto	compra	300\$000	10 alqueires com casa de morada e olaria	1888 a 1893
	compra	300\$000	10 alqueires com casas e cercas	
	permuta	1:000\$000	60 hectares	
	permuta	10:000\$000	-	
	compra	1:600\$000	terras com casas velhas, cerca de arame, pipas de amassar barro e fornalha	
	permuta	1:000\$000	10 hectares com casa, cerca de arame e pastos (barra da faz. do Esgoto)	
Ribeirão Preto Abaixo	venda	1:000\$000	-	1886 a 1895
	venda	400\$000	terreno: 270 palmos de frente x 500 palmos de fundo	
	venda	1:500\$000	22 alqueires com casa, monjolo, açude e rego d'água	
	venda	15:000\$000	22 alqueires com casa, cerca de arame e cafezais	
	venda	12:500\$000	15 alqueires	
Macuco e Água Branca	venda	2:500\$000	diversas partes de terra	1889
Cravinhos	compra	1:000\$000	terras com casas e pastos	1889
São Luiz	compra	30:000\$000	-	1891
Laureano	venda	12:500\$000	10 alqueires	1895
Das Posses	venda	13:000\$000	300 alqueires	1899

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados cartoriais encontrados.

Se olharmos as negociações da São Miguel, por exemplo, veremos que os seus valores de aquisição estão sempre dobrados em relação a seus valores de venda: se a primeira compra foi acertada a 600 mil réis, a primeira venda foi negociada a 350 mil; se na segunda compra Tibério destinou 500 mil réis a uma porção daquela terra, na venda seguinte negociou outra porção a 219 mil, e assim sucessivamente. Isso nos leva a pensar que, provavelmente, Tibério comprasse áreas maiores da São Miguel e as dividisse para a venda, tendo em vista uma margem superior de negócios e, conseqüentemente, de lucros sobre a mesma terra. Ora, se não fosse assim, qual o interesse em comprar e vender sucessivamente as terras de uma mesma região dentro de um mesmo período?

Isso pode significar que, ainda jovem, Tibério já apresentava um padrão em muitas negociações feitas em Ribeirão Preto, como as das fazendas do Bananal, Sertãozinho, Lageado e, principalmente, as da fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, como nos mostra a tabela. Vale lembrar que as vendas dos lotes da Vila Tibério não estão inclusas na *Tabela 16*.

Se por um lado a venda inteiriça das terras das fazendas Macuco e Água Branca, Cravinhos, São Luiz, Laureano e Das Posses lhe rendeu apenas cinco negociações, vender a mesma terra em várias porções lhe proporcionou mais de 20 negócios, com destaque para o sistema de permuta, que leva a própria terra a ser moeda de troca em várias ocasiões oportunas. Nesse sentido, a Vila Tibério emergiria como uma espécie de refinamento ou aprimoramento de um tipo de investida já conhecida há muito tempo por Tibério: vender frações de uma mesma terra.

Como vimos anteriormente, a fazenda do Esgoto foi a única propriedade em que Tibério agrupou as suas partes ao invés de reparti-las, mostrando, com isso, um interesse em obter uma grande área naquela região. Lages nos conta que em 1891, Tibério chegou a requerer a divisão judicial dessa fazenda, e que, desse processo, nasceram as fazendas Águas Claras, Barra da Figueira e Barra do Esgoto.¹⁷⁷ O que ninguém sabia era que, posteriormente, essas terras viriam pagar as dívidas deixadas por Tibério, conforme veremos mais adiante.

Assim, entendemos que Tibério iniciou seus negócios com uma simples estratégia adotada para obter lucro sobre a terra, mas acabou resultando em uma das primeiras expansões da cidade, ultrapassando seus limites naturais, como o próprio córrego Ribeirão Preto, criando a Vila Tibério e modificando para sempre a malha urbana do município.

Se iniciamos este trabalho com a seguinte inquietação: de que forma a industrialização influenciou a formação da Vila Tibério? A partir daqui, pelo que vimos, nossa resposta passa a ser: de forma nenhuma. Marques nos conta, em seu trabalho sobre a industrialização em Ribeirão Preto, que a atividade na região passou a ser sistemática somente a partir de década de 1870, visando suprir as demandas da chegada e, sobretudo, da consolidação do café no município. Se antes da monocultura a fabricação na região era polivalente e voltada ao autoconsumo, diante da cafeicultura esses quadros foram rapidamente transformados¹⁷⁸. Godoy nos diz que antes do café

177 LAGES, *Ribeirão Preto...* op. cit., 169.

178 MARQUES, op. cit., p. 25-26.

A enorme extensão dos latifúndios dificultava sobremaneira o acesso a serviços. Por isso, juntamente com a criação da fazenda era preciso construir a marcenaria e a serralheria, de onde provinham os móveis, utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, etc. Com o desenvolvimento do café no Oeste Paulista, entretanto, as fazendas não acompanhavam o padrão colonial de latifúndio monocultor. As ferrovias e a fundação de vilas e cidades permitiam que as fazendas deixassem de ser unidades autônomas, passando a especializar-se na monocultura, abandonando setores de infraestrutura interna às propriedades.¹⁷⁹

Em outras palavras, as fazendas passaram a dedicar-se exclusivamente ao cultivo do café e acabaram procurando por serviços no próprio núcleo urbano em que estavam inseridas, gerando, então, uma maior demanda de máquinas e equipamentos que eram produzidos na própria unidade rural. Isso significava novas possibilidades para os negócios locais e regionais, pois, além de aumentar a procura pelos produtos existentes e até mesmo por novas mercadorias, ainda fazia crescer a circulação de dinheiro.

Segundo Marques, entre os anos de 1870 e 1890, Ribeirão Preto inicia uma pequena fabricação sistemática para somente no século seguinte, a partir de 1911, ocorrer, de fato, a instalação de centenas de pequenas fábricas¹⁸⁰, além de três grandes indústrias: uma filial da empresa Companhia Antártica Paulista, em 1911, a instalação da local Companhia de Bebidas e Cervejaria Paulista, em 1913, e, finalmente, a siderúrgica Companhia Eletro Metalúrgica Brasileira, em 1922.¹⁸¹ Isso significa que as fábricas e as grandes indústrias chegaram a Ribeirão Preto depois de 20 anos da implantação do loteamento Vila Tibério.

Leonardi nos conta ainda que o café, no final do século XIX, acabou reforçando o modelo de *plantation*. No mesmo período, por exemplo, países que já haviam passado pela Revolução Industrial, como a Inglaterra, além de possuírem sua produção bastante mecanizada, empregavam o vapor em larga escala.¹⁸² O Brasil, como vimos, assim como os outros países latino-americanos, foi sendo integrado ao mercado mundial capitalista por uma divisão internacional do trabalho, fazendo acumular capital principalmente nas mãos de grandes cafeicultores. Foi somente com a chegada da ferrovia, instaurada para facilitar o escoamento da produção cafeeira das fazendas do interior do estado, que a mercadoria passou a circular com mais facilidade. Para termos ideia, no ano da proclamação da República, contabilizávamos apenas 636 estabelecimentos fabris em todo o país, empregando um total de 54.169 trabalhadores.¹⁸³ Entretanto, Leonardi destaca que sob o termo “estabelecimentos fabris” foram listados não só as fábricas modernas com produções mecanizadas onde havia o uso do vapor e/ou da energia hidráulica, mas também as pequenas oficinas e manufaturas, o que representa algumas diferenças consideráveis, como empregar um operariado, propriamente dito, ou alguns artesãos e semi-assalariados, por

179 GODOY, José Henrique Artigas de **Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no oeste paulista (1889-1930)**. 2006. Tese (doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 44

180 MARQUES, op. cit., p. 25-26.

181 SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 266

182 LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982. p. 56-70

183 Ibid., p. 56-70.

exemplo.¹⁸⁴ Diante desse contexto, qual seria o caráter de trabalho e produção em um vilarejo no interior do estado de São Paulo, recém integrado à exportação agrícola, como era o caso de Ribeirão Preto?

A *Tabela 17* nos traz algumas respostas, mostrando o número de estabelecimentos locais de fabricação separados por atividade e também por período.

Tabela 17: Número de estabelecimentos fabris em Ribeirão Preto de 1864 a 1899

ATIVIDADES	ESTABELECEMENTOS FABRIS				
	1870	1880	1890	1910	
Alimentos e Bebidas (café, arroz, fubá, rapadura, aguardente e cerveja)	0	14	15	48	↑ 7%
Roupas e Calçados (alfaiataria e calçados)	3	9	7	20	↓ 33%
Transporte (selaria, carroça e colchoaria)	1	4	2	9	↓ 50%
Construção Civil (carpintaria, serraria, marcenaria, carapina, fundição de bronze, ferraria, funilaria e olaria)	12	25	18	47	↓ 28%
Gráficas (gráfica e jornal)	0	2	5	8	↑ 150%
Químicos (boticário e fogos)	1	1	2	18	↑ 100%
Diversos (ourivesaria)	0	1	2	5	↑ 100%

Fonte: Elaborado a partir de MARQUES (2018)

Ao observarmos os dados acima, veremos que entre as décadas de 1870 e 1880 houve um aumento de estabelecimentos em todos os setores de fabricação, exceto o químico, que permaneceu com o mesmo número de fabricantes. Porém, ao compararmos o número de estabelecimentos entre as décadas de 1880 e 1890, período de formação da Vila Tibério, destacados na cor laranja, percebemos uma variação considerável na produção como um todo.

Enquanto cresciam os setores de alimentos e bebidas, gráficas, químicos e produções diversas, os setores de roupas e calçados, transporte e construção civil retraíram bastante a sua fabricação se comparados à década anterior. A produção de alimentos e bebidas, por exemplo, subiu em 7%, as gráficas em 150% e os setores de químicos e produções diversas apresentaram um aumento de 100%. Na contramão, o setor de roupas e calçados, por exemplo, caiu em 33%, o de transporte foi reduzido em 50% e a produção de materiais para a construção civil caiu, significativamente, 28%.

Somente a partir do século XX é que podemos notar um aumento significativo em todos os setores, especialmente nos de alimentos e bebidas, químicos e matérias de construção. Vale lembrar que Marques auferiu esses dados a partir de um levantamento sistemático nos acervos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e Arquivo Público do Estado de São Paulo,

184 LEONARDI, op. cit., p. 56-70.

utilizando fontes como, por exemplo, os livros de registros de impostos da cidade, além de qualificação de votantes de Ribeirão Preto¹⁸⁵.

Pelo levantamento de Maia Marques pudemos notar ainda que, em sua maioria, esses estabelecimentos não possuíam uma longa duração. Muitos não passavam de dois ou três anos de atividades no município, nos levando a pensar que eram pequenos negócios pontuais, de oportunidade, não produzindo impactos consideráveis no entorno. Tanto que Marques destaca o comércio varejista como a principal atividade econômica do núcleo urbano naquele período, indicando que, em boa medida, as mercadorias consumidas pelos ribeirão-pretanos eram fabricadas em outros municípios, chegando até a cidade por meio de caixeiros-viajantes e vendedores ambulantes que utilizavam o transporte de mulas e também ferroviário.¹⁸⁶

Se analisarmos ainda os ramos de produção em Ribeirão Preto, veremos que as fabricações locais eram voltadas ao atendimento das necessidades básicas da população, como alimentar, vestir, comunicar, transportar, remediar e produzir elementos de construção para abrigá-la do tempo, ocupando uma posição totalmente secundária em relação à grande atividade de produção do município: o café. Além disso, a escala dessas fabricações não exigia o emprego de maquinário a vapor ou hidráulico. Parece-nos, portanto, um equívoco atribuir, pelo menos naquele período, uma grande indústria independente da atividade cafeeira. As fábricas que aqui existiam eram pequenas tanto na escala produtiva quanto na absorção da mão de obra. Podemos confirmar essa situação pela *Tabela 18*, comparando as taxas de empregabilidade em ambos os setores logo no início do século XX.

Tabela 18: Empregabilidade por atividade em Ribeirão Preto, em 1902.

PROFISSÕES OU ATIVIDADES	Brasileiros	Estrangeiros	Não declarados	TOTAL
Atividades agrícolas ou extrativas	4.728	17.051	73	21.852
Operários	338	1.871	-	2.209
Empregados domésticos	729	587	-	1.316
Transportes	107	928	-	1.035
Comércio	98	859	-	957
Assalariados diversos	297	568	-	865
Outras especialidades	9	314	-	323
Artistas	94	234	-	328
Maquinistas	143	118	-	261
Militares e empregados públicos	54	13	-	67
Médicos e classes acessórias	22	14	23	59
Magistério	35	15	-	50
Juristas	2	-	23	25
Topógrafos	-	10	-	10
Leiloeiros	1	1	-	2
Sem profissão	9.963	6.025	-	15.988
Total	16.620	28.608	119	45.347

Fonte: LOPES (2016, p. 174)

185 MARQUES, op. cit., p. 18.

186 Ibid., p. 25-26.

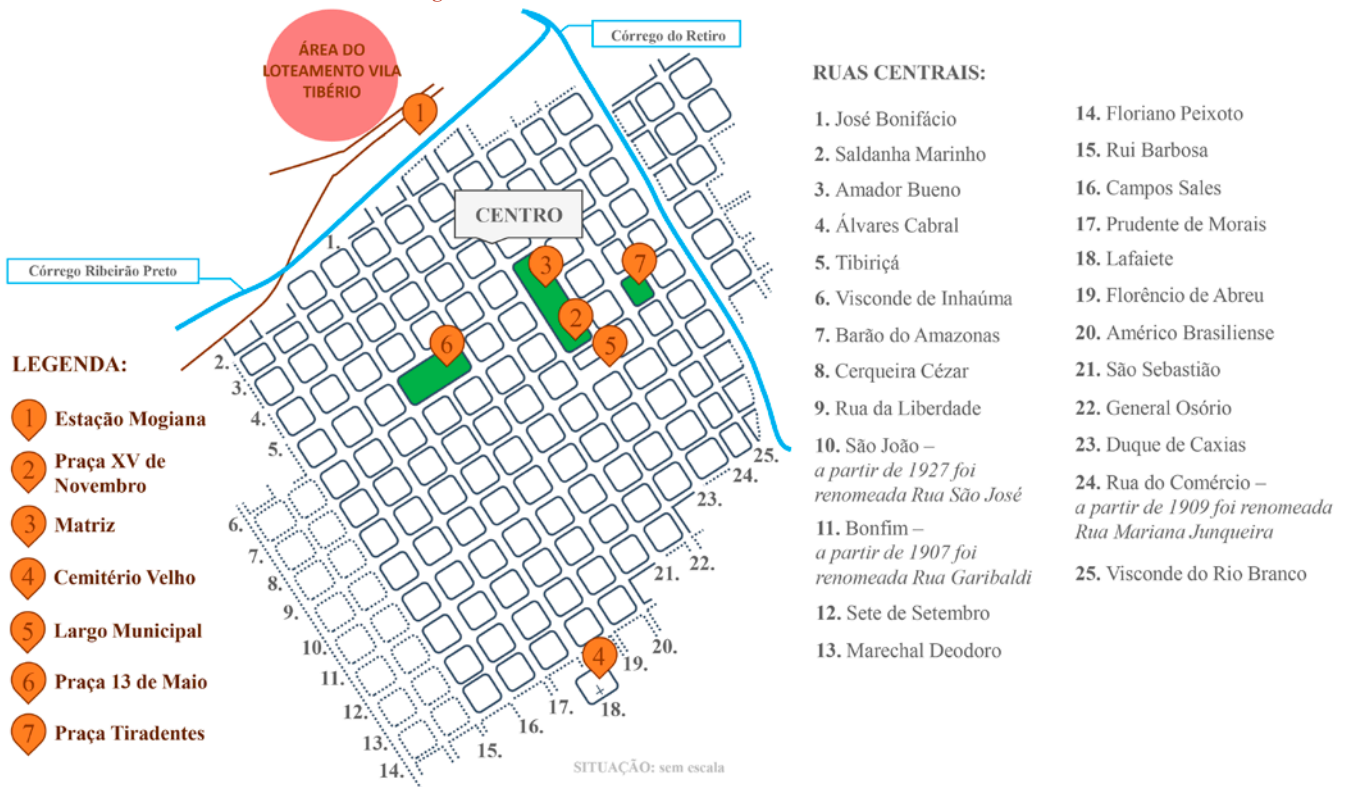
Se por um lado os pequenos estabelecimentos fabris de Ribeirão Preto empregavam pouco mais de 2 mil habitantes, em sua maioria estrangeiros, por outro as atividades agrícolas ou extrativas admitiam quase 22 mil trabalhadores locais, ou seja, quase a metade da população ribeirão-pretana que foi arrolada, na época, em pouco mais de 45 mil habitantes. Isso significa, em porcentagens, que enquanto os estabelecimentos de fabricação empregavam 4,87% da população, a cafeicultura ocupava 48,2% dos trabalhadores de Ribeirão Preto: uma diferença de mais de 43% de empregabilidade entre esses setores. Considerando ainda que a partir de 1890 alguns setores de fabricação mostravam uma retração em sua produção, não conseguimos encontrar relação entre a formação da Vila Tibério com a “industrialização” do município. Além do padrão de negociações demonstrado por Tibério e aplicado em seu loteamento, entendemos que a Vila tenha sido criada também pela quantidade de entrantes no município que tinham como objetivo trabalhar nas lavouras de café e não nos setores fabris, como mostram os números acima. Tanto que, apesar da consolidação física da Vila Tibério, isto é, abertura e nomeação de ruas, divisão de quadras e lotes, e até mesmo a venda de alguns terrenos a interessados, o loteamento parecia não ser oficialmente reconhecido como parte urbana de Ribeirão Preto. Se compararmos as *Figuras 27 e 28*, podemos notar um crescimento do limite da cidade entre o final do século XIX e início do XX, porém, mesmo muito próxima ao centro, a Vila Tibério não aparece representada cartograficamente na planta municipal.

Figura 27: Planta baixa da vila de Ribeirão Preto em 1898



Fonte: EMBOABA (1956)

Figura 28: Planta baixa de Ribeirão Preto em 1903



Fonte: Adaptado de ZAMBONI (2012)

No entanto, em agosto de 1903, Antonio Augusto Franco, um dos filhos de Tibério, se dizendo proprietário das terras da Vila, dirigiu-se a Câmara Municipal com um mapa de localização do bairro, entrando com um pedido de reconhecimento daquela área como parte pertencente a cidade. Infelizmente, o mapa não foi encontrado entre os registros da Câmara, mas as atas de reunião sobre o assunto contam que Antonio requeria novos nomes para o arruamento da Vila Tibério, justificando que, os indicados por ele, estavam de acordo com código de posturas vigente. Eram eles: Santos Dumont, Osvaldo Faria, Bartholomeu de Gusmão, Alvares de Azevedo, Augusto Severo, Padre Feijó, Castro Alves e Gonçalves Dias. Isso significa que foi o próprio Antonio que escolheu os novos nomes das ruas da Vila Tibério, modificando aqueles escolhidos por seu pai quando deu início ao loteamento.

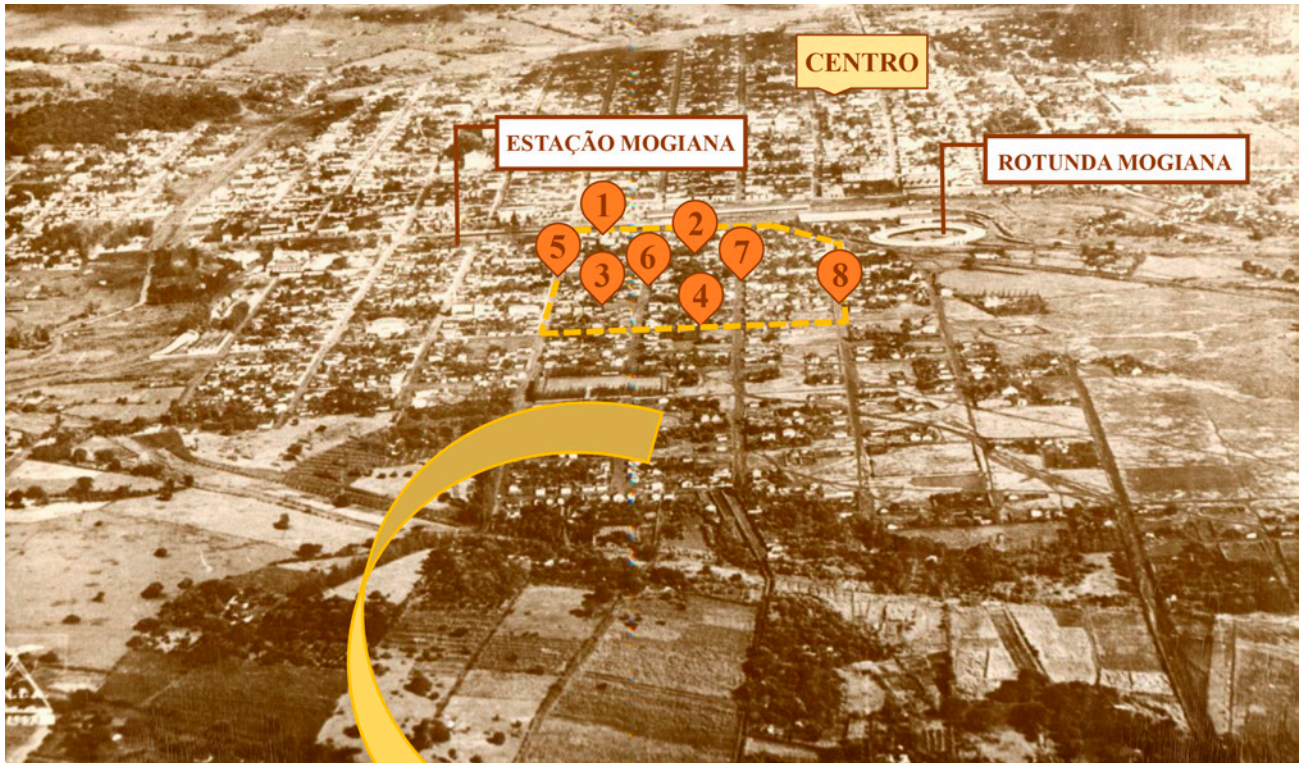
O pedido foi despachado à Comissão de Obras e acabou submetido à votação, sendo aprovado contra um voto apenas, do Tenente Coronel Manoel Maximiliano Junqueira. Embora solicitasse a renomeação das ruas, Antonio pediu para que se mantivesse o nome do bairro como “Vila Tibério”, e assim se deu a sua oficialização, pelo 1º artigo da lei de n.º 95 de 1904, e a denominação das ruas pelo 2º artigo da mesma lei. Mais tarde, a lei de n.º 218 renomearia a rua Osvaldo Faria para Doutor Loiola.¹⁸⁷

Conseguimos apurar os nomes das primeiras ruas abertas por Tibério, e depois as renomeações feitas pelo seu filho, o que nos possibilitou identificar a área primitiva do bairro. Não conseguimos, porém, o rigor das substituições dos nomes. Por exemplo: não sabemos se

187 Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Setor de Microfilmagem: atas das reuniões da 10ª Legislatura de Ribeirão Preto, de 15 de agosto a 26 de setembro de 1903.

foi a Rua Mirandolina, ou a Rua Tibério Filho, que se tornou Rua Bartolomeu de Gusmão, ou Rua Castro Alves, e assim por diante. No entanto, a *Figura 29* nos mostra a localização exata das primeiras ruas da Vila, já renomeadas e reconhecidas pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Figura 29: Vista aérea e representação das primeiras ruas da Vila Tibério, horizontais e verticais

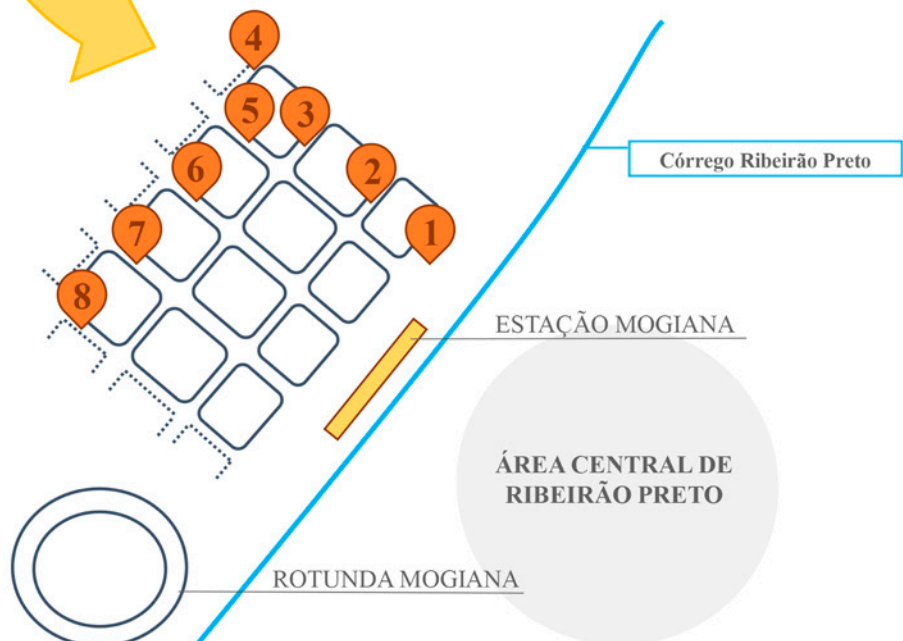


RUAS HORIZONTAIS:

- 1 Augusto Severo
- 2 Padre Feijó
- 3 Castro Alves
- 4 Golçalves Dias

RUAS VERTICAIS:

- 5 Santos Dumont
- 6 Doutor Loiola
- 7 Bartolomeu de Gusmão
- 8 Álvares de Azevedo



LEGENDA:

□ ÁREA PRIMITIVA DA VILA TIBÉRIO

SITUAÇÃO: sem escala

Fonte: Esquema elaborado a partir dos dados obtidos na Câmara Municipal – fotografia: arquivo do autor.

Como podemos notar, a área primitiva da Vila Tibério compreendia um total de 8 ruas, sendo quatro delas na vertical e mais quatro na horizontal. E se antes apresentavam nomes de personalidades locais, ou seja, os dos filhos de seu fundador, a partir daquele reconhecimento, passou a homenagear pessoas famosas – políticos, escritores e religiosos – destacando-se entre elas um único cidadão local, Augusto Ribeiro de Loyolla*. Infelizmente, não conseguimos identificar a quantidade exata de quarteirões que essas ruas possuíam, mas, como vimos, a área primitiva da Vila continha um mínimo de sete quadras.

Fato é que no mesmo mês em que Antonio tramitou o processo junto a Câmara, compareceu ao 1º Cartório de Notas de Ribeirão Preto, como credor hipotecário, um sujeito chamado Elisiano Ferreira de Camargo Andrade, vindo da cidade de Campinas. Elisiano pretendia executar um restante de dívida hipotecária que já se somava em 11 contos e 910 mil réis correspondente ao débito principal e mais juros. O bem hipotecado era 46 hectares de terras na fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, divisa com a Laureano, e os credores reivindicados, Deolinda e seus filhos. Nesse mesmo dia, toda a família Augusto Franco** se apresentou ao cartório. Inclusive, alguns deles acompanhados de seus respectivos cônjuges: Mirandolina Augusto Braga e José de Araújo Costa Braga, Minervina Augusto Franco e o Tenente Coronel José Ferreira, Ernestina Augusto do Val e o Major Matheus [?] do Val, Lincoln Augusto Franco e Maria José Prestes Vieira Franco, Tibério Augusto Junior e Corina [?] Franco, Itagiba Augusto Franco, Antonio Augusto Franco, e os menores Godofredo, Itacolomy, Semidoceia, Tancredo e Mario, por si, e representados por sua mãe, Deolinda, que carregava consigo um alvará de representante oficial expedido por um juiz de direito.

Essa família, no entanto, parecia não dispor de tal quantia para quitar o saldo devedor que, com juros altos, foi adquirido por Tibério pelo menos quatro anos antes desse episódio. Para que pudessem então se livrar da dívida, determinaram que Elisiano tomasse posse definitiva daquelas terras, extinguindo por completo o débito ali representado.¹⁸⁸ Acontece que os limites físicos da propriedade que acabaram cedendo à Elisiano, confrontavam, de um lado, com as terras do Núcleo Colonial Antônio Prado, de outro, com a propriedade de Schmidt e, por último, com o córrego Laureano, sendo os outros confrontantes o próprio Elisiano, que já havia executado a divisão judicial daquelas terras, e os próprios membros da família Augusto Franco, Itagiba e Antônio.¹⁸⁹

Isso pode significar que parte das terras que hoje compõem a Vila Tibério foram, através do pagamento dessa dívida, parar nas mãos de Elisiano Ferreira, deixando de ser propriedade dos herdeiros de Tibério ainda em 1903. Vejamos na *Figura 30* o esquema elaborado para que possamos compreender esses limites geográficos.

188 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 59, fls. n.º 69 a 71 de 18 de setembro de 1903.

189 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 59, fls. n.º 69 a 71 de 18 de setembro de 1903.

* Augusto Ribeiro de Loyolla foi um advogado bacharelado pela Faculdade de Direito de São Paulo, vereador e morador em Ribeirão Preto. Diz-se que, tendo comprado uma chácara na Vila Tibério, Loyolla teria criado um jardim com árvores frondosas, canteiros de flores e bancos para descanso, onde os moradores da Vila costumavam passar os domingos em passeio. Por esse motivo, e provavelmente depois de seu falecimento, foi homenageado sendo o único morador local a ter seu nome em uma das ruas que compunham a Vila Tibério daquele período. (Informação fornecida pela Loja Maçônica Amor e Caridade Adonhiramita, n.º. 313.)

** Augusto Franco foi o sobrenome dado aos filhos de Tibério Augusto e Deolinda Franco.

Figura 30: Estimativa das divisas de terras na região da Vila Tibério



Fonte: Estimativa elaborada a partir dos dados obtidos na Câmara Municipal.

Essa dívida não foi a única que Deolinda teve que arcar depois da morte de seu marido. Passados cinco anos deste episódio, em fevereiro de 1908, Deolinda dirigiu-se novamente ao cartório de notas para ser perdoada de uma dívida. É que um ano antes de iniciar a venda de seus lotes na Vila, Tibério havia hipotecado, com Martinho Prado Júnior, alguns bens que possuía e mais todas as suas terras da fazenda do Esgoto, isto é: Águas Claras, Barra da Figueira e Barra do Esgoto. Depois do falecimento de Tibério, porém, em uma ocasião na capital no ano de 1906, Martinho registrou no tabelião Claro Liberato de Macedo a transferência desse direito hipotecário a Arthur Diederichsen, para quem Deolinda passou então a dever. Dois anos depois desse acontecimento, representado pelo seu procurador Antonio José Ribeiro da Silva, Diederichsen acabou abrindo mão do direito hipotecário relacionado à Barra da Figueira, deixando para Deolinda as dívidas relacionadas às fazendas Águas Claras, Barra do Esgoto e outros bens mencionados no registro que não foram especificados.¹⁹⁰

Contudo, é interessante notar que Tibério tenha hipotecado 600 alqueires de terras na fazenda do Esgoto e mais outros bens, apenas um ano antes de iniciar a venda de seus terrenos na Vila, o que nos leva a pensar que o dinheiro emprestado por Martinho, talvez, fosse usado nas obras de feitura do loteamento.

Tudo o que sabemos é que Diederichsen parecia ter proximidade com a família Augusto Franco, pois, naquele ano, ainda disponibilizou a Deolinda um prédio localizado ao centro de Ribeirão Preto, na Rua Tibiriçá nº. 33, feito de tijolos, coberto com telhas de barro, envidraçado, forrado e assoalhado, cujo terreno ele próprio constava como foreiro. Isto é, Diederichsen recebeu de Deolinda, como arrendamento, o valor de 8 contos de réis para deixá-la usufruir do prédio para sempre, mesmo que o terreno ainda o pertencesse. Essas concessões feitas por Diederichsen podem significar certa comiseração por sua viuvez, pois, se levarmos em conta as suas negociações depois da morte de Tibério, Deolinda parecia enfrentar certo apuro econômico.

Ainda no ano de 1908, Deolinda registrou uma compra que fez de seu filho Itagiba, pelo simbólico valor de 600 mil réis, de uma chácara de quatro hectares na fazenda do Ribeirão Preto Abaixo, às margens do córrego Laureano.¹⁹¹ A proximidade do córrego indica que essas terras de Itagiba pudessem ser as mesmas que faziam divisa com aquelas cedidas à Elisiano, já mencionadas. Sendo parte dividida judicialmente entre os familiares, essa propriedade, que continha pequenos vales, um rego d'água e uma casa coberta com sapé, cercada com arvorada de espinhos, foi vendida em 1910 a Paulo Menchetti, por 2 contos e 500 mil réis.¹⁹² Ou seja, um valor quatro vezes maior do que o pago por ela dois anos antes.

Essas negociações apresentadas, incluem todas as que conseguimos encontrar sobre Deolinda, que passou a aparecer nos registros de Ribeirão Preto somente depois de tornar-se viúva. Vejamos a relação de seus negócios na *Tabela 19*.

190 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 71, fls. n.º 128v. a 129 de 13 de fevereiro de 1908.

191 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 71, fls. n.º 195 a 196v. de 12 de junho de 1908.

192 Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto – Livro 79, fls. n.º 111 a 114v. de 20 de dezembro de 1910.

Tabela 19: Negociações de Deolinda em Ribeirão Preto, de 1900 a 1910

DATA	OBJETO	SITUAÇÃO	VALOR	DIMENSÕES	NEGOCIANTE
RIBEIRÃO PRETO					
18/09/1903	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	PAGAMENTO DE DÍVIDA	11 contos e 910 mil réis	46 hectares	Elsiano Ferreira de Camargo Andrade
13/02/1908	Fazenda do Esgoto (barra da figueira)	DÍVIDA HIPOTECÁRIA PERDOADA	-	600 alqueires	Arthur Diederichsen
12/06/1908	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	COMPRA	600 mil réis	4 hectares	Itagyba Augusto Franco
08/07/1908	Imóvel (centro)	ARRENDAMENTO	8 contos de réis	-	Arthur Diederichsen
20/12/1910	Fazenda do Ribeirão Preto Abaixo	VENDA	2 contos e 500 mil réis	4 hectares	Paulo Menchetti

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados encontrados no Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de n.º 59-fls. 69 a 71; 71-fl. 128v. a 129; 71-fls. 195 a 196v.; 71-fl. 199 e 200 e 79-fl. 111 a 114v.

A partir disso, temos um hiato significativo na vida de Deolinda Franco. Embora tenha comprado de Diederichsen, aos quase 60 anos de idade, o direito de usufruir do imóvel na Tibiriçá, sua velhice parece não ter sido contemplada naquele lugar. Passados vinte anos desse episódio, em março de 1934, um armador residente em Ribeirão Preto, Nicácio de Souza, comunicou ao cartório de registro civil que Deolinda Franco de Moraes Garcia havia falecido aos 85 anos de idade por astenia senil associada à arteriosclerose, conforme atestou o Doutor Romeu Pereira.

Segundo Nicácio, ela havia nascido em Valença, no Rio de Janeiro, mas faleceu em sua casa na Rua São Sebastião n.º 55, na baixada do córrego Ribeirão Preto. Nicácio contou ainda para Luzia, tabeliã responsável pelo então registro de morte, que do consórcio de Deolinda com Tibério restavam seis filhos: Mirandolina, Lincoln, Itagyba, Itacolomy, Ernestina e Semidoceia.¹⁹³ E que, assim como Tibério, Deolinda foi também sepultada no jazigo 231, da quadra nove.

É interessante notar que não há, nos registros encontrados sobre Deolinda, qualquer continuidade na venda de lotes da Vila Tibério, além dos 46 hectares de terras entregues a Elisiano, que acreditamos corresponder a uma parte atual do bairro. Devemos considerar também que com o falecimento de Tibério, em 1900, seus bens e/ou dívidas foram transferidos para todos os seus 13 filhos vivos e mais sua esposa, significando que as terras que compunham a parte primitiva do loteamento foram igualmente divididas entre os seus 14 herdeiros, e que o quinhão de herança deixado a cada membro da família Augusto Franco não deveria possuir quantidades, ou valores, significativos. Uma busca feita nos cartórios de imóveis da cidade, mostra que os prédios mais antigos do bairro iniciaram seus registros somente no final da década de 1920, o que nos impossibilita percorrer um caminho de negociações antes desse período a fim de entender a quem, e quando, pertenceram esses lotes. Tentamos ainda algumas buscas nos cartórios de notas de Ribeirão Preto, pretendendo encontrar qualquer negociação dos herdeiros da Vila que trouxesse

193 Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 68 de Registro de Óbitos, ordem n.º 295, fls. n.º 37 de 19 de março de 1934.

alguma pista sobre o desenrolar dessas terras, mas, infelizmente, não nos foi possível acessar os arquivos em sua totalidade, ficando uma lacuna sobre essas informações.

Fato é que em 1907, uma importante instalação acabou ampliando as possibilidades da Vila Tibério. Foi quando um conjunto de “comerciantes, proprietários e industriais” dizendo-se moradores da Vila, representaram junto à Câmara Municipal uma solicitação de ligação de luz elétrica no bairro. O pedido, despachado para orçamento, foi aprovado desde que não excedesse a quantidade de 50 lâmpadas de 16 velas cada, isso para a Vila Tibério e também para o Barracão – atual bairro Ipiranga. Ou seja, uma média de 25 lâmpadas para a iluminação pública de cada bairro. Para a realização dessas instalações, foram contratados, pelo então prefeito Augusto Ribeiro Loyola, os serviços da empresa Força e Luz da cidade, que fornecia luz elétrica a Ribeirão Preto desde 1899¹⁹⁴, significando que, embora houvesse eletricidade local desde o final do século XIX, a Vila Tibério só alcançou essa realidade quase oito anos depois, no final da primeira década do século XX. E provavelmente, foi pela chegada da energia elétrica no bairro, e pelos terrenos disponíveis à beira da linha férrea, que a Companhia Cervejaria Antarctica pode instalar uma filial sobre as terras da Vila Tibério no ano de 1911, quando, de fato, foi implantada uma grande fábrica local.

Figura 31: Construção da fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, em 1911



Fonte: Jornal da Vila (2019).

194 Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Setor de Microfilmagem: atas das reuniões de Solicitação de Ribeirão Preto, de 03 de agosto a 21 de setembro de 1903.

Figura 32: Fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, em 1911



Fonte: Jornal da Vila (2019).

Figura 33: Cia. Cervejaria Antarctica em Ribeirão Preto, em 1911



Fonte: Jornal da Vila (2019).

A partir da ligação elétrica, e conseqüentemente da instalação de uma fábrica daquele porte no bairro, a Vila Tibério naturalmente passou a constar nos mapas oficiais de Ribeirão Preto. Em meados de 1911 e 1914, ao elaborar uma planta cadastral do município, podemos ver a empresa Força e Luz incluindo a Vila Tibério como bairro integrante do núcleo urbano, representada então por um total de 29 quarteirões. Apesar disso, é possível notar na *Figura 34* que apenas 23 quadras pareciam possuir ligação elétrica, nos indicando que na segunda década daquele século parte da Vila Tibério ainda não usufruía do serviço de eletricidade oferecido no município desde o final do século anterior.

Figura 34: Mapa de Ribeirão Preto feito pela empresa Força e Luz, entre 1911 e 1914



Fonte: GARCIA (2013)

É bem provável que a Cia. Antarctica tenha se instalado na Vila em função da ferrovia, pois, pela *Figura 35*, podemos ver o local estratégico em que foram instalados os seus galpões, posicionados de forma paralela à linha do trem, o que, com certeza, facilitava o escoamento dos produtos produzidos por aquela unidade da Antarctica. Podemos notar a linha férrea passando por dentro da fábrica e, ao fundo, a alameda de palmeiras da Avenida Jerônimo Gonçalves margeando o córrego Ribeirão Preto, e os edifícios do centro da cidade.

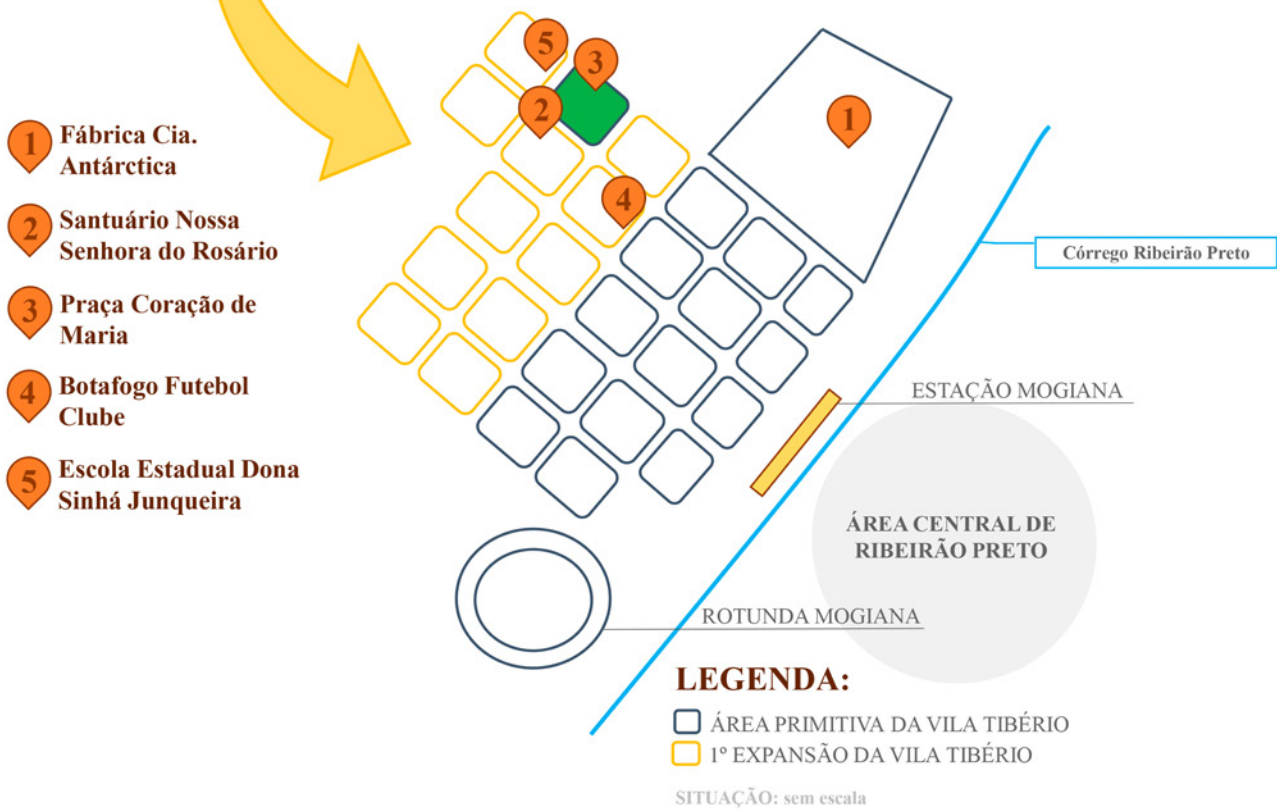
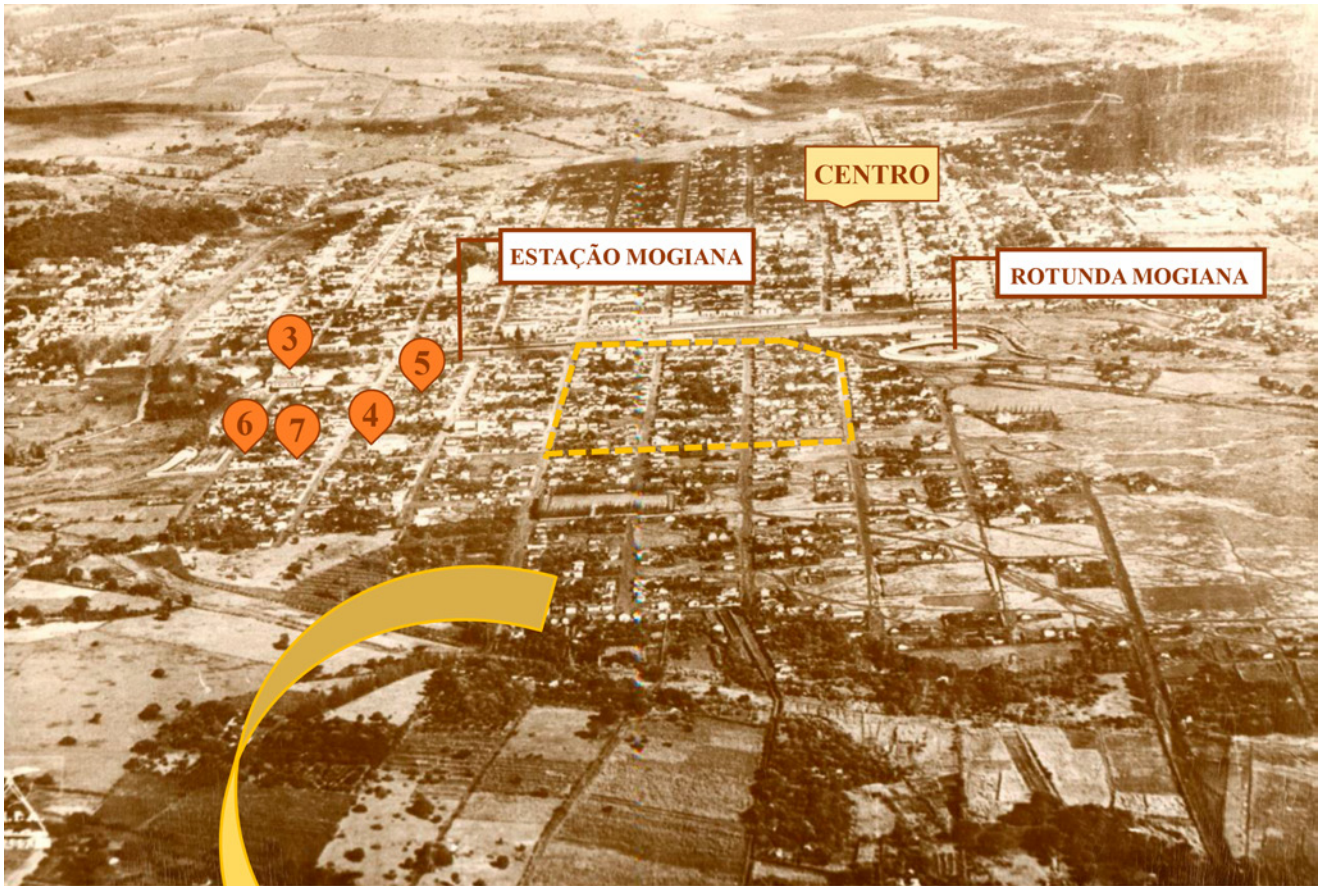
Figura 35: Galpões da parte interna da Cia. Cervejaria Antarctica margeando os trilhos da Mogiana, na segunda metade do século XX



Fonte: Jornal da Vila (2019).

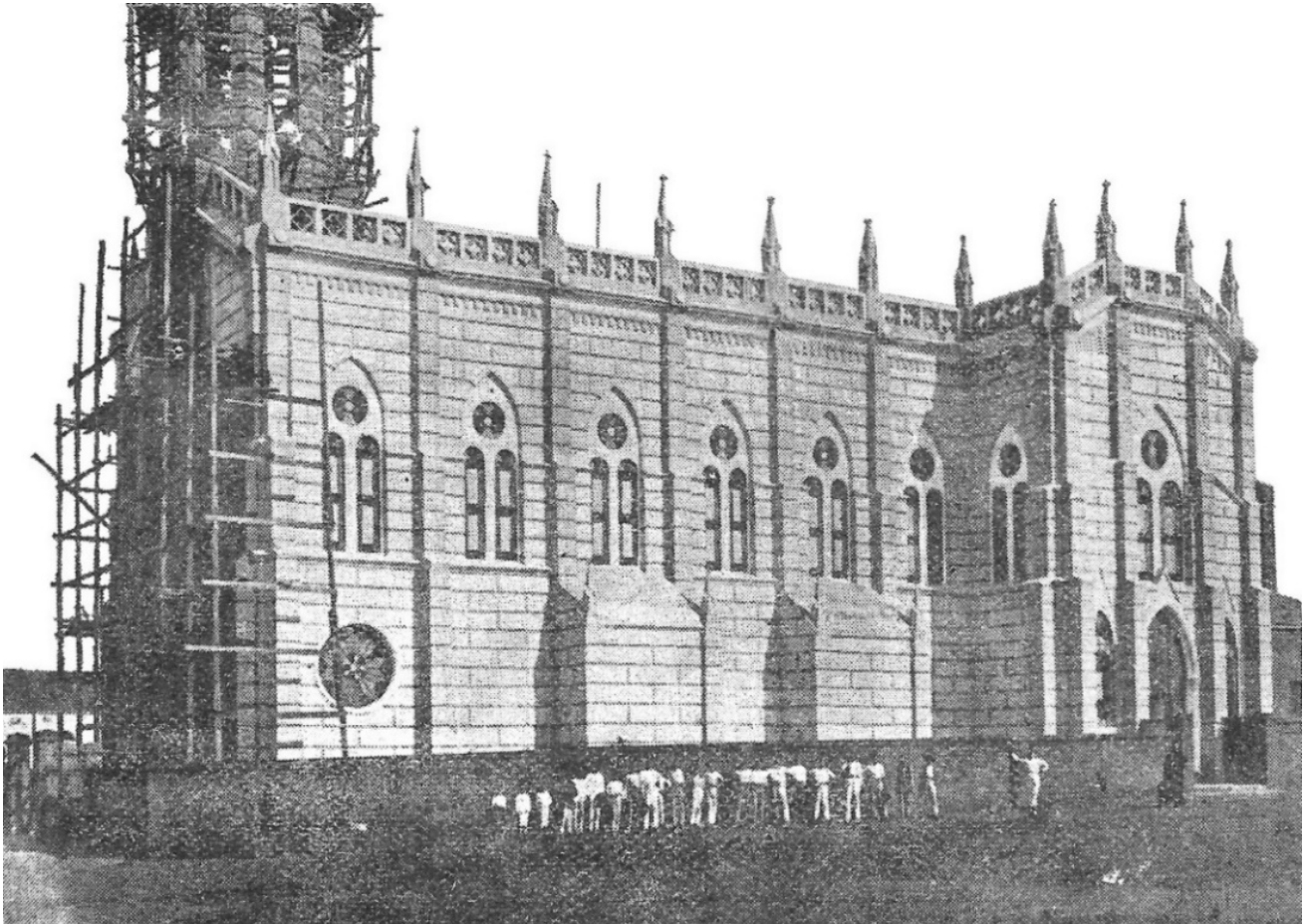
Não podemos deixar de observar que, após esses acontecimentos, surgiram outras importantes instalações na Vila, como o edifício da Igreja Católica, o santuário Nossa Senhora do Rosário, em 1914, sob a direção do bispo da diocese de Ribeirão Preto, Dom Alberto Gonçalves. Em seguida, no ano de 1918, foi criado o clube Botafogo de futebol local, com sede em um estádio próprio também construído no bairro. E em 1920, a Vila recebia o 3º grupo escolar da cidade, chamado Dona Sinhá Junqueira, edificado ao lado da Igreja, em frente à Praça Coração de Maria, onde existia um coreto que acabou demolido e substituído por um busto do próprio Tibério. Contudo, é importante destacar que essas novas instalações não foram feitas no perímetro primitivo do bairro, e sim em uma expansão que parece ter ocorrido na segunda década do século XX. Vejamos na *Figura 36* um mapa de localização desses lugares e também, na *Figuras 37, 38, 39 e 40* algumas imagens do período.

Figura 36: Vista aérea da Vila Tibério e representação em planta baixa, primeira metade do século XX



Fonte: Arquivo do autor.

Figura 37: Igreja Nossa Senhora do Rosário em construção, na segunda década do século XX



Fonte: Jornal da Vila (2019).

Figura 38: 3º Grupo escolar Dona Sinhá Junqueira, meados da década de 1940



Fonte: Museu online Escola Dona Sinhá Junqueira (2017).

Figura 39: Escola Dona Sinhá Junqueira, meados da década de 1930



Fonte: Museu online Escola Dona Sinhá Junqueira (2017).

Figura 40: Vista da Praça Coração de Maria, primeira metade do século XX: à esquerda a Igreja Nossa Senhora do Rosário, à direita a Escola Dona Sinhá Junqueira, e a seu lado esquerdo, o antigo Coreto



Fonte: Jornal da Vila (2019).

Figura 41: Busto de Tibério Augusto Garcia de Senna, feito por Thirso Cruz e instalado na Praça Coração de Maria



Fonte: Jornal da Vila (2019).

Diante do que vimos neste trabalho, entendemos que a presença da “indústria” em Ribeirão Preto nada teve a ver com a formação da Vila Tibério. Não podemos, porém, afirmar o mesmo em relação ao crescimento e desenvolvimento do bairro, principalmente com a chegada de uma filial da Cia. Antarctica no local, na segunda década do século XX, sucedendo em uma pequena expansão acompanhada por instalações de fundamento religioso, esportivo, educacional e de lazer. Em uma busca, realizada no arquivo do 1º Cartório de Imóveis de Ribeirão Preto, apuramos que as negociações mais antigas do bairro constam apenas a partir de 1928, ou seja, bem mais adiante de sua formação. Temos então uma lacuna nas documentações que nos impossibilitam quaisquer hipóteses ou conclusões sobre os imóveis na Vila Tibério em seu período de formação. Dentre as inúmeras buscas que fizemos, tudo o que encontramos sobre o loteamento está registrado no 1º Cartório de Notas local. Nesse sentido, vale então aprimorar nosso questionamento inicial e novamente perguntar: qual a influência da fábrica da Cia. Cervejaria Antarctica no crescimento e desenvolvimento do bairro Vila Tibério? Essa é uma inquietação que poderá, talvez, ser respondida em um próximo trabalho.



Considerações Finais



Ao longo deste trabalho, vimos duas famílias confluindo, em períodos diferentes, para a região de Ribeirão Preto. A primeira delas, a dos Reis de Araújo, recém-chegada da região ourífera do país, ainda na primeira metade do século XIX, apossava terras locais sem nelas produzir de forma sistemática. Acabaram se consolidando na região como grandes latifundiários em um período em que ainda não havia despontado, desde o fim do ciclo do ouro, um produto brasileiro primário de interesse internacional. A segunda família, a dos Franco de Moraes, tendo Tibério como braço direito do patriarca, vinha passando pelas localidades cafeeiras do país, mudando-se para Ribeirão Preto na década de 1870, momento em que o café havia se tornado o principal produto da pauta exportadora nacional e a Vila do Ribeirão já apresentava uma forte tendência ao cultivo dessa espécie.

A “aposta” dos Franco de Moraes, como vimos, foi a de investir o máximo possível em terras, recorrendo, para isso, ao crédito hipotecário. Foi dessa forma que negociaram com a família Reis que, além de concentrar uma grande porção de terras na região, passou a ver vantagens na descentralização e venda de suas propriedades. Certamente, a estratégia financeira de ambas as famílias se deu em função da crescente valorização da terra, o principal ativo econômico desde a Lei de Terras, em 1850. Outro fator que fez ambos os grupos familiares convergirem as negociações, foi a grande especulação que havia sobre a fertilidade incomum do solo ribeirão-pretano.

Vimos, então, duas gerações de famílias com trajetórias distintas que buscavam adaptar-se às mudanças econômicas, sociais e políticas do século XIX: a família Reis, que viu a possibilidade de liquidar suas terras, adquiridas por apossamento, em um momento de alta dos preços desse que seria, de 1850 em diante, o principal ativo econômico; e a família Franco de Moraes que, recorrendo ao crédito, pensou conseguir saldar sua dívida e aumentar seu patrimônio com as promessas de produtividade da “terra roxa” e da valorização do café.

Como muitos, os Franco de Moraes buscavam inserção nesse novo contexto econômico marcado, sobretudo, pelo problema da substituição da mão-de-obra escrava por outras formas de

exploração da força de trabalho. Essa transição liberaria recursos para o investimento nos meios de produção que, nesse período, eram a terra e as novas tecnologias, e não mais os escravos. O grupo liderado por João Franco compreendia essa estratégia pela metade: havia o interesse na aquisição de terras, mas sem a liquidação dos cativos. Não há, portanto, uma inversão de capitais, mas uma tentativa de conciliar os dois ativos, mesmo quando todos sinais da abolição já eram visíveis. Essa estratégia contraditória de João Franco, sogro de Tibério, é consequência da permanência de referências, práticas e a mentalidade de uma fração de cafeicultores em declínio, a dos “barões do café”, produtores de primeira hora, estabelecidos no Vale do Paraíba, local onde os Franco residiram por bastante tempo.

Mesmo com todos os indícios de que a escravidão se aproximava do fim – a proibição da importação de cativos, o aumento da taxa, a alta nos preços dessa mão-de-obra, os incentivos à imigração e a criação da Hospedaria em São Paulo; o desenvolvimento de maquinários de beneficiamento de café, incompatíveis com o trabalho escravo; as próprias leis como a Eusébio de Queiroz, do Ventre Livre e dos Sexagenários, acompanhadas por um debate público fortemente marcado pela crítica à escravidão, feitas por figuras importantes como José do Patrocínio, Luís Gama, Joaquim Nabuco, entre outros – os Franco de Moraes ainda assim insistiram nos antigos padrões produtivos, levando-os a uma crise financeira irreversível.

Nossa pesquisa mostra, portanto, que os sujeitos envolvidos não conseguiam equacionar o conflito existente entre o tradicionalismo, trazido do Vale do Paraíba, e as tendências mais modernas do oeste paulista. Essa foi uma das causas da falência dos Franco de Moraes, que representavam a paradoxal “modernização conservadora” brasileira. Ao longo do tempo, essa tensão mostrou-se inconciliável, levando à falência e, conseqüentemente, à fragmentação das terras acumuladas, processo acelerado com a morte de João Franco em 1893.

Foi nesse mesmo ano que seu genro e contador passa a vender parte das terras herdadas, formando lotes que dariam origem ao bairro Vila Tibério. Ao que nos parece, Tibério não possuía as mesmas aspirações que seu sogro: galgar o *status* de grande cafeicultor, tornar-se coronel e acumular poder na cidade. Seu envolvimento político, assim como sua capacidade de mobilizar recursos financeiros, eram modestos. Além disso, a ambiciosa e frustrada tentativa de crescimento de João Franco parece ter dissuadido Tibério de seguir o caminho trilhado pelo seu sogro. Seu perfil de pequeno negociador de terras se confirmou em Ribeirão Preto, repetindo o que vinha fazendo desde os tempos em que viveu em Descalvado: vender, pontualmente, pequenos terrenos.

Essa tendência comportamental foi reforçada por fatores objetivos, como as condições naturais da gleba herdada. Um dos problemas crônicos da região em questão era o das enchentes sazonais, que inviabilizavam a produção agrícola naquele solo. Outro fator determinante da estratégia de Tibério foi a qualidade das terras que, segundo o laudo emitido por especialista, não era compatível com o cultivo. As vantagens geográficas dessa gleba consistiam na proximidade em relação ao quadrilátero central da cidade, espaço de realização das trocas comerciais do

varejo; bem como a existência de uma estação ferroviária dentro de seus limites. A locomotiva e a contiguidade ao centro comercial produziam uma atração sobre os arrabaldes, imprimindo uma dinâmica urbana ao seu entorno, embora a separação entre rural e urbano não fosse ainda muito nítida.

Acreditamos que esses aspectos aqui discutidos, alguns de um viés mais subjetivo e outros muito objetivos, podem ter sido as causas fundamentais da formação desse novo bairro. Assim, em resposta à nossa primeira indagação, que motivou e instigou todo o nosso percurso de pesquisa, concluímos que a Vila Tibério não sofreu, nesse período inicial de sua formação, qualquer influência da indústria, ao contrário do que afirmam memorialistas e até mesmo parte da literatura acadêmica local.

Entendemos que é necessário discutir alguns conceitos, visto que muitas vezes pequenas fabriquetas e oficinas são genericamente consideradas indústrias, produzindo uma falsa noção sobre as dinâmicas sócio espaciais. Bairros industriais e vilas operárias possuem uma dinâmica própria, não detectável na Vila Tibério ao final do século XIX e início do XX. Não encontramos nos registros cartoriais qualquer relação entre a chegada de fábricas à cidade e o loteamento de terras. Tampouco encontramos fontes, primárias ou secundárias, que nos permitam compreender uma sociabilidade operária na Vila Tibério dentro do período estudado.

A própria estação da Cia. Mogiana, por exemplo, outrora existente na Vila Tibério, foi um elemento industrial a serviço do capital cafeeiro, sendo o traçado de seus trilhos determinados por cafeicultores, e não por uma burguesia industrial. As grandes indústrias instaladas naquela região, como a Cia. Cervejaria Paulista e a Cia. Cervejaria Antártica, chegaram à Ribeirão Preto na segunda década do século XX, isto é, muito tempo depois da venda dos primeiros lotes da Vila. Portanto, não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre a chegada dessas indústrias e o loteamento original do bairro. O que pode ser levantado em pesquisas futuras é se essas empresas exerceram algum impacto sobre a população e o desenvolvimento da Vila Tibério em um momento posterior à formação original do bairro.

A literatura local converge sobre a primazia das atividades econômicas ligadas ao café na formação de Ribeirão Preto. Nossa pesquisa conclui que a Vila Tibério não foi uma exceção, ou seja, as causas de sua formação devem ser buscadas na dinâmica da economia cafeeira e não fora dela. A causa do loteamento da Vila foi a quebra de uma família cafeeira, não plenamente adaptada ao novo momento econômico e a conseqüente dispersão de seu patrimônio.

É preciso salientar que apesar de realizar transações comerciais com grandes nomes da cafeicultura – como Martinho Prado, Henrique Dumont e Antonio Monteiro de Barros –, Tibério não era um cafeeiro, mas um agente localizado nos setores intermediários desse grupo social heterogêneo. A formação da Vila resultou da destinação possível de um patrimônio fundiário de uma família que se desagrega em função da morte de seu chefe e de seu fracasso em tornar-se uma das grandes referências dessa modalidade de cultivo.



REFERÊNCIAS



MEMÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. **Instituto Vacínico do Império**. MAPA, 2016.

ANTUNES, C; FERREIRA, F.; PÁSSARO, T. Entre Trilhos: uma viagem de histórias pela primeira estrada de ferro paulista, a *São Paulo Railway*. São Bernardo do Campo: 2017.

ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de. Fim do tráfico. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.) **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 232.

BASILE, Marcello O. N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In. LINHARES, M. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 225.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro**: aspectos políticos. São Paulo: Edusp, 2005. p. 65.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Lisboa: Perspectiva, 1992. p. 53

BRIOSCHI, L. Os Caminhos do Ouro. In BACELLAR, C.; BRIOSCHI, L. (org.) **Na estrada do Anhangüera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.

BRIOSCHI, L. Uma rede fundiária em transição. In BACELLAR, C.; BRIOSCHI, L. (org.) **Na estrada do Anhangüera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 109.

BUENO, B. P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, 2009.

Camara municipal. **Almanach da Província de São Paulo**, São Paulo, quinto anno, p. 482, 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/829161/per829161_1887_00005.pdf

Camara municipal. **Almanach da Província de São Paulo**, São Paulo, quinto anno, p. 479, 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/829161/per829161_1887_00005.pdf

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. **Memória: as legislaturas municipais de 1874 a 2016**. Ribeirão Preto: 2015. 118 p.

CAMARGO, José Benedito S. O Processo eleitoral em Ribeirão Preto – 1876 a 1886. **Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, p. 12. No prelo.

CARVALHO, Diego Francisco de. Café, ferrovias e crescimento populacional: o florescimento da região noroeste paulista. **A Revista Histórica**, São Paulo, ed. 27, ano 03, novembro. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao27/materia02/>

CHALHOULB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 2017. p. 143.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 226.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. **Joaquim Saldanha Marinho**. Dibrarq, 2017. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/marinho-joaquim-saldanha-1816-1896>

DEMARTINI JR, Zeférino; GATTO, Luana A. M.; LAGES, Roberto O.; KOPPE, Gelson L. Henrique Dumont: how a traumatic brain injury contributed to the development of the airplane. **Revista Arq Neuro-psiquiatr**, Curitiba, v. 77, n. 1, p. 60-62, jan. 2019

ECCLESIASTES. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Ave Maria, 1992. p. 816.

EMBOABA, Osmani. *História da Fundação de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto, 1956.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001. p. 700.

FOLHA DE SÃO PAULO. Coleção Folha Fotos Antigas do Brasil. **O Café: uma moeda forte para o país**. 1. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2012. 64 p. (Coleção Folha Fotos antigas do Brasil, v. 16)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2010.

FORNER, Larissa Aparecida. **Francisco Schmidt: o colono que se tornou o 'rei do café' (1890-1924)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 35. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09012018-190830/publico/2017_LarissaAparecidaForner_VCorr.pdf

FRAGOSO, João Luís. *Economia Brasileira no Século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In. LINHARES, M. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 163.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Recife: Global, 1933. p. 220.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977. p. 47-53.

GARCIA, Valéria Eugênia; BORTOLUCCI, Maria Angela P. de Castro e Silva. Ribeirão Preto: Leituras urbanas de uma história rural. **URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade**, Campinas, v. 7, n. 10, p. 220, jan./ago. 2015.

GARCIA, Valéria Eugênia. **Do Santo? Ou de quem...: Ribeirão Preto Gênese da Mercadoria**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000. p. 330.

GODOY, José Henrique Artigas de. **Coronelismo em Ribeirão Preto de 1889 a 1937**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000. p. 55-56

GODOY, José Henrique Artigas de **Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no oeste paulista (1889-1930)**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 44

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **O desmanche das ferrovias paulistas**. 2016.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 61.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Camanducaia**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/camanducaia/panorama>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Levantamento censitário de 2018: território e ambiente**. Ribeirão Preto: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KASTEIN, Luiz Carlindo Arruda. Conheça Descalvado. **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Descalvado**. Descalvado, p. 26. No prelo.

KELLY, Patrick. **The universal cambist, and commercial instructor**. Londres: 1811.

LAGES, J. A. **Fundadores: a saga de Manoel Fernandes do Nascimento**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2012. p. 08.

LAGES, José Antonio. **Ribeirão Preto Revisitada**. Ribeirão Preto: Nova Enfim, 2016. p. 18.

LAGES, José Antonio. **Ribeirão Preto: da figueira à barra do retiro**. São Paulo: Nelpa, 2010.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: dados biográficos 1828-2001**. Supremo Tribunal Federal, 2001.

LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

LOPES, L. S. A formação do município de Ribeirão Preto e o surgimento do comércio e da indústria. In Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto (org.) **Um espelho de 100 anos: Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto 1904-2004**. Ribeirão Preto: ACI, 2004. p. 167-177.

LOPES, Luciana Suarez. **Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. p.11

MACHADO, Humberto Fernandes. José do Patrocínio e a luta contra a indenização aos “Republicanos de 14 de maio”. In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. Crédito privado antes da grande depressão do século XX: o mercado hipotecário. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 776. Out./Dez. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612014000400004>

MARCONDES, Renato Leite; OLIVEIRA, Jorge Henrique Caldeira de. Negociantes de imóveis durante a expansão cafeeira em Ribeirão Preto (1874-1899). **Texto para discussão: série econômica**, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: https://www.fearp.usp.br/images/pesquisa/Anexos/Publicacoes/Textos_discussao/REC/2003/wpe36.pdf

MARCONDES, Renato Leite. Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914) *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 307. Abr./Jun. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-41614824rlm>

MARQUES, Leandro Maia. **As pequenas indústrias de Ribeirão Preto (1870 a 1930)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 66.

MARTINS, Ana Luiza. Elixir do mundo moderno. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 5, 2010.

MARTINS, E; SILVA, A. F. D.; RICARDINO, A. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do Estado de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 42, p. 113-122, set./dez. 2006.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 33.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café**. São Paulo: Hucitec, 1938. p.23

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998. p. 174-175.

MIRANDA, N. R. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. **Revista do CAAP**, Belo Horizonte, v. XVII, n. 2, 2011.

MITTERMAYER, C. J. A. **Tratado da Prova em Matéria Criminal**. Tradução: Alberto Antonio Soares. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000146.pdf>

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O Aprofundamento do Regionalismo e a Crise do Modelo Liberal. In. LINHARES, M. (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 308.

MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana. **Monte Alegre: dos tempos do café à Faculdade de Medicina**. 1992.

MOURA, Denise A. S. de. Mulheres e dote no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 246-247, jan. 2002.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO SÃO PAULO. **Sobre o MI/História**. São Paulo. Disponível em: <https://museudaimigracao.org.br/sobre-o-mi/historia>

MUSEU DO CAFÉ FRANCISCO SCHMIDT. **Filhos do Café: Ribeirão Preto da terra roxa, tradicional em ser moderna**. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2010. p.12

MUSEU ONLINE DONA SINHÁ JUNQUEIRA. **História da Escola e acervo digital para acesso público**. Ribeirão Preto. Disponível em: https://prezi.com/k8bbrwnvh1_m/museu-online-escola-estadual-dona-sinha-junqueira/

NOTÁVEIS DO DIREITO. **Jornal Carta Forense**, São Paulo, 3 maio 2012. Disponível em: <http://www.carteforense.com.br/conteudo/colunas/joaquim-inacio-ramalho-o-barao-de-ramalho/8631>

POCAI, Elvino. **In Memoriam: Martinho Prado Júnior**. São Paulo, 1944. p. 19.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 56-65.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil Crioulo**: Cia das Letras, 1995.

ROSSETO, Francisco Pedro. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiases” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. **An. Mus. Paul.**, São Paulo, v. 14, n. 2, Jul./Dez. 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142006000200006>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Indicador de São Paulo: administrativo, judicial, industrial, profissional e comercial**. São Paulo, primeiro ano, 1878. Disponível em: file:///C:/Users/Carol/Downloads/45000011701_Output.o.pdf

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 282.)

SILVA, Adriana C. Borges da. **Campos Eliseos e Ipiranga: memórias do antigo barracão**. Ribeirão Preto: COC, 2006. p. 70.

SILVA, Marcos José Diniz. **História da Maçonaria**: memória coletiva, escrita histórica e legitimação de uma potência no Ceará. São Paulo: Editora, 2010.

SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985. p. 56.

SOUZA, Ana Carolina V. de. Matinho Prado Júnior: um empresário agrícola no interior paulista. **A Revista Histórica**, São Paulo, ed. 35, abril. 2009.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 266

WALKER, Thomas W.; BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Dos Coronéis à Metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto do século XX**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000. p. 40.

ZAMBONI, Débora Prado. **A Função Social e a Refuncionalização do Território Ferroviário da Cia. Mogiana em Ribeirão Preto**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. p. 35. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/4339/4716.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

ZAMBONI, Ernesta. **Processo de formação e organização da rede fundiária da área de ribeirão preto (1874 à 1900)**: uma contribuição ao estudo de estrutura agrária. 1978. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978. p.76.

ZAMBONI, Maria Célia. **A Mogiana e o Café**. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual de São Paulo, 1993. p. 11-12.

Documentos

AGRADECIMENTO. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 00279, p. 2, 07 outubro 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=9106

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Câmara Municipal, livro 343: atas das formações das mesas paroquiais de 1877.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Câmara Municipal de Ribeirão Preto: Código de Posturas, de 1889.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Antigos, Caixa 5A, de 19 e 21 de março de 1877.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Habeas-Corpus de João Franco de Moraes Octávio de 12 de abril de 1879.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Protesto de João Franco de Moraes Octávio de 11 de dezembro de 1879.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: processo de Sequestro de João Franco de Moraes Octávio de 24 de abril de 1879.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Processos Crimes Antigos, caixa 12A: escritura de hipoteca da fazenda Laureano de 14 de fevereiro de 1878.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto. Acervo fotográfico.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Setor de Microfilmagem: atas das reuniões da 7ª Legislatura de Ribeirão Preto, de 29 de setembro de 1892 a 7 de janeiro de 1896.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Setor de Microfilmagem: atas das reuniões da 10ª Legislatura de Ribeirão Preto, de 15 de agosto de 1903 a 26 de setembro de 1903.

Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 68 de Registro de Óbitos, ordem n.º 295, fls. n.º 37 de 19 de março de 1934.

Cartório do 1º ofício de Registro Civil de Ribeirão Preto – Livro C n.º 13 de Registro de Óbitos, ordem n.º 510, fls. n.º 13 de 16 de julho de 1900.

Cartório do 2º ofício de Notas de Descalvado, livros de n.º 04-fls. 65v. a 67, 99 e 100; 05-fls. 01 e 02; 10-fls. 54 a 55v., 60v. a 61v., 63 e 64; 11-fls. 03v. a 05, 26v. a 27v., 30v. a 35v. e 75 a 77v.; 15-fls.06 e 07.

Cartório do 1º ofício de Notas de Ribeirão Preto, livros de n.º 01-fls. 107 e 108; 04-fls. 94 e 97; 04A-fl. 163; 12-fls. 125 e 127; 14-fls. 01 e 39; 16-fl. 21; 20-fl. 35; 21-fl. 34; 22-fl. 30; 23-fl. 09; 24-fl. 15; 25-fls. 98, 103, 108 e 188; 26-fl. 18; 29-fl. 76; 30-fl. 69; 35-fl. 150; 38-fl. 88; 41-fls. 133 e 141; 42-fls. 02 e 28; 43-fl. 55; 43A-fl. 37; 44-fl. 159; 44A-fls. 180v. e 183v.; 45-fl. 42v.; 46A-fl. 351; 50-fl. 78; 59-fls. 69 a 71.

DA FAZENDA DE CAFÉ A CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ENSINO E PESQUISA. **Jornal da USP**, Campus Ribeirão Preto, 24 outubro 2016. Disponível em: jornal.usp.br/?p=281845

EXPEDIENTE DA PRESIDENCIA. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano IV, n. 00557, p. 3, 30 maio 1857. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=090972_01&pagfis=2134&url=http://memoria.bn.br/docreader#

FOLHETIM. **Jornal Pacotilha**, Maranhão, ano VII, n. 00025, p. 3, 31 janeiro 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=168319_01&pagfis=6119

NOTICIÁRIO. **Jornal da Tarde**, São Paulo, ano I, n. 00175, p. 2, 30 abril 1879. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=713120&pagfis=681&url=http://memoria.bn.br/docreader#>

MOVIMENTO REPUBLICANO. **Gazeta Nacional**, Rio de Janeiro, ano II, n. A00111, p. 3, 15 maio 1888. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/104264/per104264_1888_A00111.pdf

PARTE JUDICIARIA. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 75, n. 00191, p. 5, 9 julho 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=21754

PARTE OFFICIAL. **Correio Paulistano**, São Paulo, ano XXXIV, n. 09277, p. 1, 04 agosto 1887. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_04&pagfis=9188

PARTE OFFICIAL. **Diário de São Paulo**, São Paulo, ano XII, n. 03412, p. 2, 02 maio 1877. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=709557&pagfis=13726>

TELEGRAMMAS. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano 75, n. 00054, p. 2, 23 fevereiro 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_08&pagfis=20339

TIBÉRIO LOTEOU A VILA E FOI ATÉ VEREADOR DA CIDADE. **Jornal Da Vila**, Ribeirão Preto, ano XI, n. 123, p. 4, dezembro de 2015.

APÊNDICE A - Cronologia

Século XVIII

1726 – Início da distribuição de sesmarias ao longo do Caminho dos Goiáses.

1733 – Família Reis recebe o pouso no Caminho do Ouro.

Século XIX

1808 – Família Reis ocupa terras em São Simão abrindo a fazenda da Figueira.

1817 – Nascimento de João Franco em São João Batista do Atibaia, interior de São Paulo.

1822 – Abolição nacional do sistema sesmeiro.

1834 – Disputa judicial de terras entre as famílias Reis e Dias Campos.

1840 – Nascimento de Tibério em Camanducaia, Minas Gerais.

1846 – Fim do processo judicial resultando na formação da fazenda do Laureano.

1850 – Lei de terras: início do processo de fragmentação das terras da Laureano.

1857 – João Franco torna-se Comissário Vacinador em Belém do Descalvado.

1858/64 – Casamento de Tibério e Deolinda.

1866 – Tibério torna-se secretário da Câmara Municipal de Belém do Descalvado.

1868 – Inauguração da primeira estrada de ferro paulista.

1870 – Década de entrada do café no novo este paulista.

- Década de maior crescimento nacional, segundo Caio Prado.
- Década de início da crise de superprodução, chamada a Grande depressão.
- 1871** – Ribeirão torna-se Vila, pela Lei Provincial de nº. 67.
- Instauração da Lei do Ventre Livre.
- 1876** – Publicação do estudo de Luís Pereira Barreto sobre as terras de Ribeirão Preto.
- Chegada de Tibério à Ribeirão Preto.
- 1877** – Família Reis vende as terras da Laureano à João Franco: início do processo de aglutinação das terras da Monte Alegre.
- João Franco torna-se fabriqueiro, coletor de impostos e vereador na vila do Ribeirão Preto.
- Construção do casarão da fazenda Monte Alegre.
- 1878** – Realização da hipoteca das terras da Monte Alegre.
- 1879** – Início da campanha abolicionista no Brasil.
- João Franco é acusado de “Sequestro de terras” da fazenda Monte Alegre.
- Prisão de João Franco por tentativa de assassinato.
- João Franco sofre “Protesto” por permutar terras endividadas.
- 1880** – Década de taxação sobre escravos e decadência do trabalho servil.
- Início das negociações de Tibério em Ribeirão.
- 1883** – Chegada da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro.
- 1884/85** – João Franco dá continuidade a ampliação da Monte Alegre.
- 1885** – Falecimento de Gertrudes, esposa de João Franco e mãe de Deolinda.
- 1886** – Surgimento da Sociedade Promotora da Imigração
- 1887** – Inauguração da Hospedaria de Imigrantes na cidade de São Paulo.
- 1888** – Abolição da escravatura
- João Franco afilia-se ao Partido Republicano.
- 1890** – A família Franco vende a fazenda Monte Alegre a Francisco Schimdt.
- 1892** – Tibério torna-se vereador em Ribeirão Preto.
- 1893** – Falecimento de João Franco.
- Venda dos primeiros lotes da Vila Tibério.

Século XX

1900 – Falecimento de Tibério.

1903 – Pagamento da dívida a Elisiano, deixada por Tibério (feita com terras da fazenda Ribeirão Preto Abaixo, parte da atual Vila Tibério).

1904 – Mudança na denominação das ruas da Vila Tibério.

1907 – Ligação da energia elétrica em parte da Vila Tibério.

1911 – Chegada da Cia. Cervejaria Antártica na Vila Tibério.

1913 – Chegada da Cervejaria Paulista, na baixada do centro de Ribeirão Preto, muito próximo à Vila Tibério.

1914 – Construção do Santuário Nossa Senhora do Rosário na Vila Tibério.

1918 – Criação do Botafogo Futebol Clube na Vila Tibério.

1913 – Construção 3º grupo escolar da cidade, Dona Sinhá Junqueira, na Vila Tibério.

1922 – Chegada da siderúrgica Companhia Eletro Metalúrgica Brasileira em Ribeirão Preto.

1934 – Morte de Deolinda.

APÊNDICE B - Lista de arquivos pesquisados

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Casa da Memória

Arquivo do 1º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Preto

Arquivo do 1º Tabelião de Notas da Comarca de Ribeirão Preto

Arquivo do Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas do 1º Subdistrito de Ribeirão Preto

Arquivo da Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Arquivo do Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de Descalvado

Arquivo do Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede da Comarca de Descalvado

Arquivo da Câmara Municipal de Descalvado

Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG

Arquivo da Paróquia Imaculada Conceição de Camanducaia

//

ANA CAROLINA VALENTE RIBEIRO

VILA TIBÉRIO: DE ARRAIAL A BAIRRO INDUSTRIAL?

SÃO CARLOS-SP
2022

